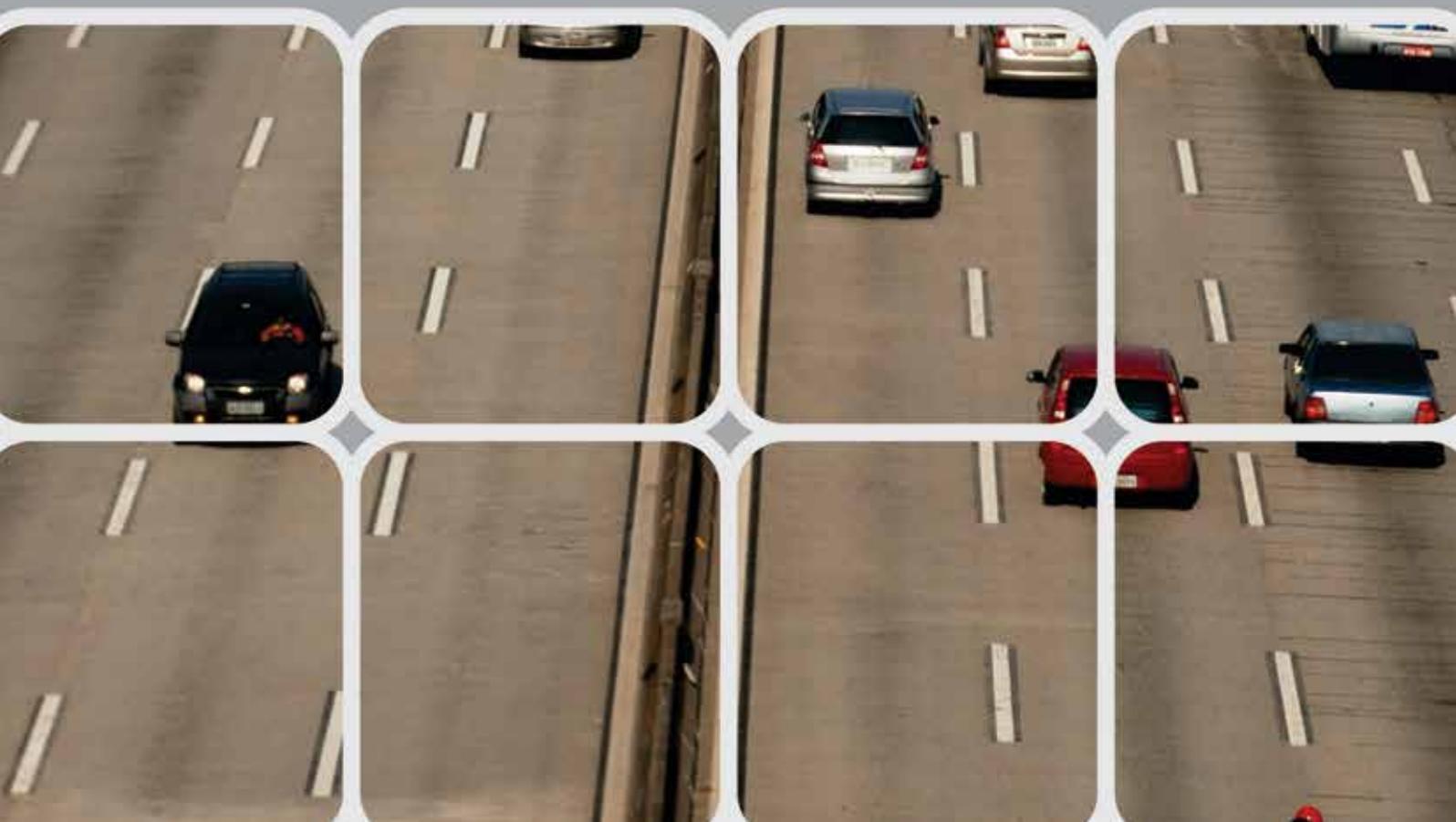




Agência Nacional de Transportes Terrestres
RELATÓRIO ANUAL 2011



RELATÓRIO ANUAL ANTT 2011

Catálogo na Fonte
Centro de Documentação - CEDOC

A636r Agência Nacional de Transportes Terrestres
(Brasil).
Relatório Anual 2011 / Agência Nacional de Transportes
Terrestres , ano 9, n.º 05: ANTT, 2012.

X p.: il.

1. Administração Pública. 2. Agência Reguladora. 3.
Relatório. 4. ANTT. 5. Brasil. I. Título.

CDU - 658



Agência Nacional de Transportes Terrestres

RELATÓRIO **2011**
ANUAL



Missão

Assegurar aos usuários adequada prestação de serviços de transporte terrestre e exploração de infraestrutura rodoviária e ferroviária outorgada.

Mensagem da Diretoria

A Agência Nacional de Transportes Terrestres buscou aperfeiçoar sua gestão estratégica através da implantação do Escritório de Projetos e Processos, com o objetivo de apoiar o acompanhamento de suas ações. A decisão contribuiu para disseminar boas práticas de gerenciamento no âmbito da instituição. O grau de maturidade obtido nesse processo levou à revisão dos indicadores de desempenho institucionais, para ampliar a capacidade de decisão dos gestores da Agência.

A edição da Resolução 3.688, instituindo a Agenda Regulatória para o biênio 2011/12, consolidou os temas objetos de atuação prioritária da agência, compromisso de transparência que a instituição assumiu perante a sociedade. Permite ao cidadão e ao mercado regulado a possibilidade de acompanhar passo a passo o desenvolvimento dos temas constantes da agenda e ainda poder participar ativamente da atividade regulatória (<http://agendaregulatoria.antt.gov.br>).

Três resoluções publicadas em julho abrem nova etapa no marco regulador do sistema ferroviário de cargas. Por elas, a Agência aprovou o regulamento dos usuários desses serviços, tratou das operações do direito de passagem e tráfego mútuo e criou normas para pactuar metas de produção por trecho e também de metas de segurança para as concessionárias da malha ferroviária.

Coube à Superintendência de Serviços de Transporte de Cargas editar a regulamentação sobre o transporte de produtos perigosos, com procedimentos de prevenção de riscos ao meio ambiente, à saúde das pessoas e à segurança pública. Material de divulgação destacou o dignificado dessas normas.

Em relação ao projeto do Trem de Alta Velocidade, que vai ligar o Rio de Janeiro a São Paulo e Campinas, foi aprovada pelo Congresso a Empresa do Trem de Alta Velocidade (ETAV) e definida nova modelagem para escolha dos responsáveis pela implantação do projeto. Haverá um leilão para definir o fornecedor da tecnologia e o operador do sistema e, posteriormente, outro para escolher o encarregado da obra.

A Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (ProPassBrasil) seguiu seu curso, com a apresentação do resultado de pesquisa feita pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) em todo o País, para dimensionar a demanda desse transporte. Foi concluída a fase de realização de audiências presenciais em várias capitais (para tratar da modelagem da licitação e para discutir o edital e o contrato), sendo o processo remetido ao Ministério do Transporte para posterior deliberação.

A Superintendência de Exploração de Infraestrutura Rodoviária concluiu os procedimentos para o leilão da BR-101 (ES-BA), mais uma etapa no processo de concessão da malha rodoviária federal. Também em 2011 adotou-se a sistematização da operação de alerta nos feriados alongados nas rodovias concedidas.

Em ação conjunta com as concessionárias a agência orienta para que se coloque em prática operação especial nas rodovias, reforçando medidas de atendimento aos usuários nesses dias. Foi reforçada a atuação da fiscalização móvel em rodovias e terminais rodoviários, além da consolidação da presença desses agentes nos terminais.

Sumário



10 Estrutura Organizacional



12 Gestão Estratégica



16 Concessões Rodoviárias



94 Acordos Internacionais e Projetos Especiais



98 Gestão Organizacional



114 Relacionamento com a Sociedade



24 Concessões Ferroviárias



33 Transporte de Carga



38 Transporte de Passageiros



122 Ética e Controle



70 Fiscalização



76 Estudos e Pesquisas



80 Marcos Regulatórios

Estrutura Organizacional

DIRETORIA COLEGIADA

DIRETOR-GERAL

Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira

DIRETORES

Ivo Borges de Lima
Jorge Luiz Macedo Bastos
Wagner de Carvalho Garcia
Mario Rodrigues Junior

ÓRGÃOS LIGADOS À DIRETORIA-GERAL

Procuradoria Geral
Corregedoria
Ouvidoria
Auditoria Interna
Secretaria-Geral
Gabinete do Diretor:

- Assessoria de Comunicação Social - ASCOM
- Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentar - ASPAR
- Centro de Documentação - CEDOC
- Coordenadoria Especial de Processamento de Autos de Infração e Apoio às Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - COESP

SUPERINTENDÊNCIAS

Superintendência de Estudos e Pesquisas - SUEPE
Superintendência Executiva - SUEXE
Superintendência de Exploração de Infraestrutura Rodoviária - SUINF
Superintendência de Fiscalização - SUFIS
Superintendência de Gestão - SUDEG
Superintendência de Marcos Regulatórios - SUREG
Superintendência de Serviços de Transporte de Cargas - SUCAR
Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS

UNIDADES REGIONAIS

UNIDADE REGIONAL DO RIO DE JANEIRO - URRJ

Endereço: Av. Marechal Câmara, nº 167, 11º andar - Ed. Le Bourget - Castelo - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20020-80

UNIDADE REGIONAL DE SÃO PAULO - URSP

Endereço: Av. Paulista, 37, Edifício Centro Cultural Paulista, 8º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP: 01311-902

UNIDADE REGIONAL DE MINAS GERAIS - URMG

Endereço: Av. Cristóvão Colombo, nº 485, 14º andar - Bairro Funcionários - Belo Horizonte - MG - CEP: 30140-140

UNIDADE REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL - URRS

Endereço: Rua João Guimarães, 285 - Bairro Santa Cecília - Porto Alegre - RS - CEP: 90630-170

UNIDADE REGIONAL DO CEARÁ - URCE

Endereço: Av. Luciano Carneiro, nº 2255-A, térreo - Vila União - Fortaleza - CE - CEP: 60410-691

UNIDADE REGIONAL DO MARANHÃO - URMA

Endereço: Rua 9, nº 10 - Bairro Vinhais - São Luiz - MA - CEP: 65071-110

UNIDADE REGIONAL DA BAHIA - URBA

Endereço: Av. Tancredo Neves, 1632 - Ed. Salvador Trade Center - Torre Norte - sala 611 - Caminho das Árvores - Salvador - BA - CEP: 41820-020

Gestão Estratégica

ESCRITÓRIO DE PROJETOS E PROCESSOS

Em decorrência da Gestão Estratégica da ANTT e no intuito de apoiar suas unidades no gerenciamento dos Projetos Estruturantes delimitados no Planejamento Corporativo 2009-2012, implementou-se o Escritório de Projetos e Processos. Além de apoiar na gestão do portfólio de projetos, o EPP também assistirá aos chefes de processos após seu mapeamento, a fim de auxiliá-los na sua implantação e na construção e acompanhamento dos seus indicadores. O EPP é responsável pelo aprimoramento e disseminação das práticas de gestão de projetos e processos, dando apoio institucional e metodológico aos Gestores e Chefes de Projetos ou Processos, estabelecendo padrões, métodos e fornecendo informações à administração e demais partes interessadas da Agência.

A edição da Deliberação Nº 158/2011, além de instituir o EPP, também trouxe atribuição de competências aos Gestores e Chefes de Projeto ou Processo. Aprovou a revisão dos Projetos Estruturantes e a definição dos Macroprocessos e Processos Estruturantes do Plano Estratégico Corporativo 2009-2012 da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

ACOMPANHAMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

No que tange o acompanhamento do Planejamento Estratégico, foram realizados em 2011 três Ciclos de Avaliação, para apresentação dos resultados dos Projetos Estruturantes bem como dos Indicadores de Desempenho. O 5º Ciclo de Avaliação ocorreu em Maio para a exposição dos resultados do primeiro trimestre de 2011. O 3º Seminário Anual do Planejamento Estratégico aconteceu em agosto do citado ano, com uma retrospectiva dos dois anos da implantação da Gestão Estratégica na ANTT e apresentação dos dados dos projetos e indicadores referentes ao segundo trimestres de 2011. Com a realização do 7º Ciclo, em dezembro de 2011, pôde-se apresentar os dados obtidos pelos Projetos Estruturantes e Indicadores de Desempenho no 3º trimestre do ano. Vale ressaltar que todos os dados são atualizados trimestralmente no Sistema de Acompanhamento da Gestão Estratégica, o GesANTT (<http://gesantt.antt.gov.br>).

No decorrer do processo de acompanhamento do Planejamento Estratégico 2009-2012 observou-se a necessidade de revisão dos Indicadores de Desempenho. Após avaliação com as áreas técnicas, concluiu-se pela alteração das formas de cálculo de alguns indicadores, pela junção de outros e pela exclusão de dois deles. A Deliberação Nº 271/2011 aprovou a revisão dos Indicadores de Desempenho e atribuiu ao Núcleo de Gestão Corporativa a coordenação das ações necessárias à consecução do processo de revisão. Para além da revisão dos indicadores, foi possível verificar avanço no grau de maturação da estratégia. Nesse sentido, apontou-se a necessidade de revisão dos elementos estratégicos ao longo do ano de 2012, seja para reavaliação de indicadores de desempenho ou objetivos estratégicos, seja para aprimoramento dos resultados a serem obtidos.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O planejamento estratégico da ANTT 2009/2012 foi elaborado com o objetivo de aprimorar os processos de gestão e racionalizar o uso dos recursos disponíveis para melhor atender às demandas da sociedade.

Todas as ações foram idealizadas com base na missão da ANTT, qual seja “assegurar aos usuários adequada prestação de serviços de transporte terrestre e exploração da infraestrutura rodoviária e ferroviária outorgada”.

O ano de 2011 destaca-se por ter sido o período de maturação da gestão estratégica com a revisão dos indicadores de desempenho.

A mensuração dos objetivos estratégicos é observada por uma curva ascendente entre 2009 e 2010, quando 19% que atingiram as metas previstas em suas ações em 2009 passaram para 66% em 2010, demonstrando uma maturação positiva do processo.

Em 2011, pôde-se verificar um processo diferenciado. Dos mesmos objetivos considerados em 2009 e 2010, no ano de 2011 apenas 52% atingiram as metas previstas em suas ações o que implica num decréscimo de 14 pontos percentuais.

No entanto, este comportamento deveu-se pelo início do processo de revisão dos indicadores de desempenho, decorrente da percepção da não aderência de alguns deles aos objetivos estratégicos vinculados e por terem baixa utilidade ao processo de tomada de decisão deixaram de ser mensurados.

Essa questão influenciou nos valores mensurados, entretanto demonstra um fator positivo de maturação do processo de acompanhamento do Planejamento Estratégico 2009-2012.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Os indicadores de desempenho da Gestão Estratégica da ANTT foram adotados em agosto de 2009 e, por meio da mensuração trimestral dos principais serviços e produtos associados ao alcance dos objetivos estratégicos, têm contribuído para tomada de decisão na Agência.

Mensurados individualmente, observa-se um aumento do número de indicadores que obtiveram resultado igual ou superior às metas estabelecidas. Em 2009 eram 43%; 2010, 63% e em 2011, 64% dos indicadores alcançaram ou superaram suas metas.

No decorrer do processo de implantação e maturação do Planejamento Estratégico por meio dos Ciclos de Avaliação, que ocorrem trimestralmente, verificou-se a necessidade de revisar os Indicadores de Desempenho, uma vez que alguns deles não eram aderentes e de baixa utilidade ao processo de tomada de decisão dos gestores. Durante o 3º Seminário Anual do Planejamento Estratégico, realizado em agosto de 2011, analisou-se a evolução da mensuração dos indicadores ao longo dos Ciclos de Avaliação, o que permitiu apontar alguns indicativos de ação, como aumento do grau de maturidade da Agência, estabilidade no desempenho – possibilitando estabelecer metas mais ousadas, constatação de que alguns indicadores obtinham baixo desempenho ou não eram mensurados e necessidade de redução da quantidade de indicadores para focar a avaliação.

A partir dessas constatações, deu-se início ao processo de Revisão dos Indicadores. Foram contemplados os questionamentos de 18 indicadores apontados em Relatório de Auditoria da Controladoria Geral da União, abrangendo avaliação da efetividade – aderência à estratégia e utilidade à tomada de decisão do gestor, avaliando sua mensurabilidade e propondo a criação de novos, quando aplicável.

A Revisão dos Indicadores contou com a participação ampla dos técnicos, visando ao comprometimento com as modificações necessárias e sua posterior mensuração.

As propostas foram validadas pelas equipes técnicas e concluiu-se pela exclusão de quatro indicadores, a criação de um novo indicador, alteração de outros sete e a substituição seis indicadores.

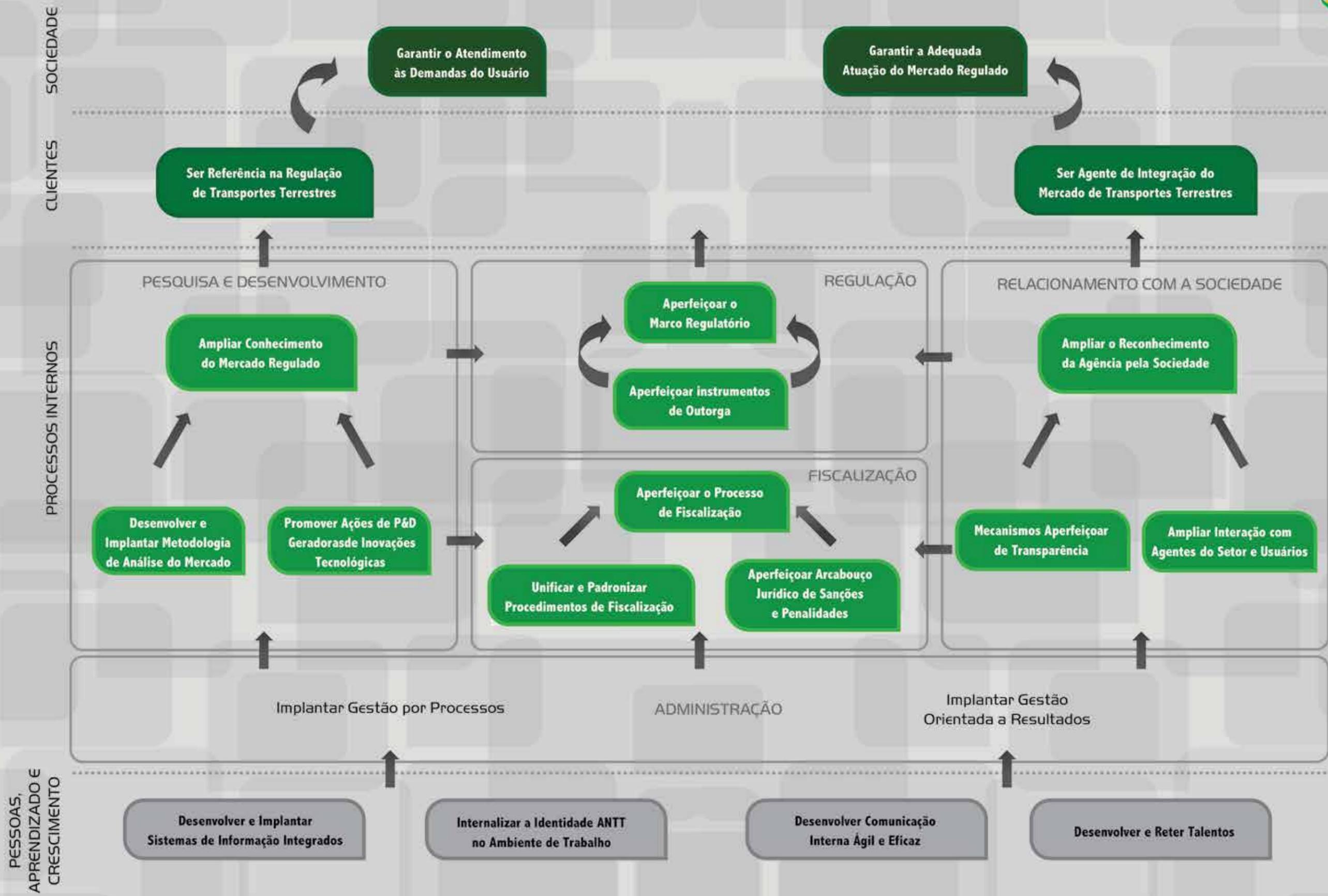
Como resultado do processo, apontou-se a necessidade de revisão dos elementos estratégicos ao longo do ano de 2012, seja para reavaliação de indicadores de desempenho ou objetivos estratégicos, seja para aprimoramento dos resultados a serem obtidos, o que denota uma elevação no grau de maturidade no acompanhamento e desenvolvimento da estratégia da ANTT.

Assim, a revisão de cerca de 50% dos indicadores estratégicos da Agência demonstrou a adequabilidade da maioria. A ausência de mensuração de parcela relevante dos indicadores é decorrente da inexecução de ações necessárias à mensuração continuada. Ou seja: o indicador é adequado; importa executar ações que permitam sua mensuração.

Este é um processo contínuo que é resultado da necessidade de adequação da estratégia à realidade e às mudanças, o que demonstra a maturidade do processo e conseqüentemente da Gestão Estratégica na Agência.



Mapa Estratégico



Concessões Rodoviárias

EXPLORAÇÃO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

No ano de 2011, a ANTT executou diversas atividades no âmbito da Exploração da Infraestrutura Rodoviária.

CONCESSÕES MINEIRAS e CONCESSÃO DA BR-101/ES/BA

Durante o ano de 2011, a ANTT encaminhou complementações, visando sanar dúvidas e incorreções apontadas pelo Tribunal de Contas da União em relação aos estudos para concessão das rodovias BR-040 e BR-116, e atender aos Acórdãos nº 682/2010-TCU-Plenário e nº 683/2010-TCU-Plenário. No período, a Agência também iniciou o processo de licitação para a concessão da rodovia BR-101/ES/BA, da divisa RJ/ES até o entroncamento com a BA-698 (acesso a Mucuri-BA).

FISCALIZAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL DAS CONCESSÕES

A ANTT acompanhou e supervisionou os serviços das Concessionárias do 1º Lote de Concessões Rodoviárias Federais (CONCER, CONCEPA, CRT, ECOSUL, NOVADUTRA e PONTE), que encontram-se em fase de Operação e Melhoramentos das Rodovias. Os servidores da Agência também fiscalizaram os serviços executados na Fase de Recuperação, Operação e Melhoramentos, com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações previstas nos contratos das concessões inseridas no 2º Lote de Concessões de Rodovias Federais.

Na segunda etapa de concessões de rodovias, fase II, a **VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS** teve sua última praça de pedágio autorizada a iniciar a cobrança da tarifa (a partir de 31 de julho de 2011).

PRINCIPAIS ATIVIDADES DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização dos Contratos de Concessão dos quatorze lotes rodoviários federais sob responsabilidade da ANTT foi realizada com o objetivo de se verificar o cumprimento dos parâmetros de desempenho bem como a execução das obras e serviços, obrigatórios ou não, previstos no contrato e seus anexos. Para subsídio à fiscalização das atividades realizadas durante a Concessão, além do cumprimento do programa de vistorias previsto no Plano Anual de Fiscalização, foram utilizados os Relatórios Técnico-Operacionais e Físico-financeiros – RETOFFS e os Relatórios de Monitoração dos diversos elementos da Rodovia apresentados pelas concessionárias, assim como os Relatórios Mensais elaborados pelas Unidades Regionais, que contemplam um consolidado das principais ocorrências observadas nas inspeções realizadas nas rodovias.

Ao longo do ano de 2011, foram analisados 168 RETOFFs e 712 Relatórios de Monitoração apresentados pelas concessionárias. Também foram objeto de análise no exercício em questão, 216 Relatórios Mensais de Fiscalização encaminhados pelas Unidades Regionais desta Agência. Foram realizadas diversas

atividades em cumprimento ao Plano Anual de Fiscalização. Entre janeiro e dezembro foram efetuadas 1.112 ações de fiscalização nas Rodovias Federais Concedidas. Como resultados das atividades da Fiscalização foram emitidos 7.415 (sete mil quatrocentos e quinze) Termos de Registro de Ocorrência – TROs, que são avisos às concessionárias de inadequações detectadas, determinando correção, com prazo previsto em dispositivo regulatório. No mesmo exercício foram lavrados 76 (setenta e seis) Autos de Infração – AIs e 32 (trinta e duas) Notificações de Infração – NIs, todos relativos a anomalias e inconformidades verificadas nas rodovias ou inconformidades nos relatórios de monitoração ou ainda inexecuções de obras, os quais originaram a abertura de 108 (cento e oito) Processos Administrativos Simplificados – PAS para apuração de infração e aplicação de penalidades por descumprimento contratual. Posteriormente, as inconformidades foram sanadas pelas Concessionárias, mas a correção da infração não eximiu a autuação da aplicação da penalidade, assim os PAS prosseguiram o rito processual normal, com o julgamento de 49 defesas prévias em primeira instância, 42 recursos em segunda instância e a 29 análises de recursos com pedido de reconsideração à Diretoria Colegiada.

Foi realizada a primeira fiscalização de parâmetros de desempenho no trecho concedido à VIABAHIA, a fim de se constatar o cumprimento dos indicadores constantes no Programa de Exploração da Rodovia, visando determinar o percentual relativo ao Desconto de Reequilíbrio a ser aplicado à Tarifa Básica de Pedágio.

Os convênios com a Polícia Rodoviária Federal foram acompanhados por pessoal das Unidades Regionais e da Sede. Estes convênios visam, por meio de recursos fornecidos pelas Concessionárias, o aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal necessário à execução dos serviços de policiamento e apoio à fiscalização nas rodovias que compõem a 1ª fase da 2ª Etapa do Programa Federal de Concessões Rodoviárias. Os recursos são utilizados para aquisição de materiais, equipamentos e serviços de manutenção e recuperação de viaturas, equipamentos de informática, aparelhos e instrumentos de fiscalização, equipamentos de telefonia e comunicação, dispositivo de sinalização viária, algemas, lanternas, trenas, coletes de proteção balística, cassetetes, bastões retráteis, botas, capacetes, luvas, serviços de manutenção de bens, serviço de limpeza e conservação predial, locação de bens e seguro de veículos.

REGULAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

Durante o ano de 2011 foi publicada uma nova resolução e abertas ou dado andamento a 2 audiências públicas e 2 reuniões participativas.

USO E OCUPAÇÃO DA FAIXA DE DOMÍNIO

A partir da Deliberação n.º 157/2010, de 12/05/2010, publicada no Diário Oficial da União em 18/05/2010, a SUINF passou a autorizar o uso e ocupação das faixas de domínio, tendo em vista a delegação dessa competência, que antes era da Diretoria Colegiada.

Durante todo o ano de 2011, foram publicadas 163 (cento e sessenta e três) Portarias da SUINF com autorizações de uso e ocupação das faixas de domínio pela ANTT, sendo 135 (cento e trinta e cinco) autorizações originárias e 28 (vinte e oito) concessões de novo prazo, de modo que é possível verificar um aumento na emissão de autorizações, de aproximadamente 55% (cinquenta e cinco por cento), em comparação às 105 (cento e cinco) autorizações emitidas durante o ano de 2010. Além das autorizações emitidas por meio de Portarias, a SUINF autorizou prorrogações de prazos para execução de obras já autorizadas por meio da expedição de 23 (vinte e três) Ofícios.

PROJETOS E PESQUISAS EM DESENVOLVIMENTO COM A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

1) CONCEPA:

- Estudo de desempenho de pavimento experimental com objetivo de validar método racional brasileiro de dimensionamento de pavimentos flexíveis;
- Análise dos efeitos de excesso de carga e de alteração na composição de misturas asfálticas no desempenho de pavimentos flexíveis;
- Solução estrutural para alargamento de pontes existentes e reforço de fundação - Solução mista em concreto e aço;
- Desenvolvimento de modelos de evolução do dano por fadiga em pavimentos flexíveis através da teoria do dano contínuo;
- Compatibilização dos valores de IRI e QI para correspondência de nível de irregularidade em rodovias tipo Freeway;
- Estudo de desempenho de pavimento experimental com objetivo de validar método racional brasileiro de dimensionamento de pavimentos flexíveis- parte 2.

2) NOVADUTRA:

- Participação em cursos, congressos e seminários na área de engenharia rodoviária;
- Utilização, nas condições das rodovias brasileiras, do novo método de dimensionamento mecanístico-empírico de pavimentos – MEPDG;
- Capacitação da equipe técnica para realizar a avaliação de matérias e misturas asfálticas, utilizando os ensaios do Superpave;
- Recebimento, acompanhamento de montagem, calibração e aprendizado da operação de novos equipamentos de laboratório;
- Elaboração do projeto funcional da nova pista ascendente e adequação do projeto funcional da pista ascendente em descendente da Serra das Araras.

3) CRT:

- Monitoramento das condições climáticas associadas às condições geológico-geotécnicas da Rodovia BR-116/RJ e seu entorno.

4) PONTE:

- Monitoração das juntas de construção das aduelas do trecho sobre o mar da Ponte Rio-Niterói;
- Projeto Básico para a implantação da passagem subterrânea sob a praça renascença nos acessos à ponte Presidente Costa e Silva, lado Niterói, precedido de atualização dos estudos de tráfego e ajustes na geometria da solução conceitual;
- Estudo de alternativas técnicas e operacionais para solução dos problemas de saturação de tráfego na interseção do acesso de descida da Ponte pela Avenida Jansen de Mello com a Rua Marechal Deodoro, em Niterói;
- Implantação de Laboratório de Urgência.

5) AUTOPISTA FERNÃO DIAS:

- Avaliação laboratorial e in situ da tecnologia de reciclagem a frio com uso de emulsão asfáltica e com de cimento para reabilitação de pavimentos;
- Desenvolvimento de metodologia de projeto de monitoração estrutural para pontes rodoviárias.

6) AUTOPISTA LITORAL SUL:

- Avaliação de formação de trilhas de rodas com diferentes tipos de mistura;
- Avaliação de métodos de dosagem de misturas asfálticas e sua relação com as propriedades mecânicas;
- Avaliações de estabilidade e do desempenho de sistemas de proteção de taludes rodoviários em uma costa litorânea instrumentada.

7) AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT:

- Avaliação da técnica de reciclagem a frio de capa com emulsão polimerizada;
- Avaliação da relação entre a energia conservada e fadiga/deformação permanente;
- Avaliação da relação entre a energia conservada e fadiga/deformação permanente – Parte 2;
- Avaliação de um segmento crítico mediante a aplicação da metodologia de pesquisa do tipo “antes” e “depois”.

8) CONCR:

- Avaliação do comportamento de dois tipos de revestimentos asfálticos, dosados pelo método SUPERPAVE, sob ação do tráfego real na BR-040 – trecho Juiz de Fora/Rio de Janeiro;

FISCALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE SEGUROS DAS CONCESSIONÁRIAS RODOVIÁRIAS

Foi efetuada análise e fiscalização dos seguros e garantias, referentes ao ano de 2011, das quatorze concessionárias de rodovias federais, objetivando avaliar a adequação dos programas apresentados pelas concessionárias com o exigido nos Contratos de Concessão.

Foi analisada a alteração da localização da praça de pedágio P5 e a inclusão de segmento no trecho rodoviário concedido explorado pela concessionária AUTOPISTA LITORAL SUL.

Foi analisada a repactuação do contrato de concessão da concessionária ECOSUL. Foi analisada a implantação de novo acesso à rodovia BR-290/RS, no trecho explorado pela Concessionária CONCEPA.

Foi desenvolvida a metodologia de cálculo das taxas de desconto a serem utilizadas na inclusão de novos investimentos nos contratos de concessão de rodovias através do fluxo de caixa marginal.

Foram analisadas metodologias de cálculo para determinar o fluxo de caixa do contrato concessão internacional da Ponte sobre o Rio Uruguai, na fronteira entre Brasil e Argentina.

GESTÃO DOS CONTRATOS DE EXPLORAÇÃO DAS RODOVIAS CONCEDIDAS

ANÁLISE DAS INEXEÇÕES EM 2011

Foram concluídas as análises das inexecuções das 14 (quatorze) Concessionárias de Rodovias Federais em relação às obrigações estabelecidas nos Programas de Exploração das Rodovias – PER ou no Programa de Exploração da Ponte – PEP, para o ano de 2011, com a elaboração de 12 (doze) Pareceres de Inexecuções, que resultaram na publicação de 10 (dez) Portarias. As demais análises fizeram parte das Notas Técnicas de Revisão.

A apuração das inexecuções das obras previstas em 2011 tem como consequência a proposta da postergação do cronograma de obras e serviços previstos nos Programas de Exploração da Rodovia – PER das Rodovias para 2012.

Destacamos que a análise das inexecuções foi realizada utilizando as informações dispostas nos Relatórios das obras executadas em 2011 apresentados pelas Concessionárias e pelas Unidades Regionais. Além da apuração financeira das inexecuções das obras previstas em 2011, também foi descrito, nos Pareceres, todo o histórico relativo aos Processos de todos os Projetos e Propostas de Declaração de Utilidade Pública das obras previstas, entre outros, de forma a balizar à SUINF na apuração da responsabilidade pelas inexecuções verificadas.

REVISÃO DOS PROGRAMAS DE EXPLORAÇÃO

Foram concluídas as análises das Propostas de Revisão dos PERs e PEP, apresentadas pelas Concessionárias, das 14 (quatorze) Concessionárias de Rodovias Federais, com a elaboração de 18 (dezoito) Notas Técnicas, que foram submetidas à Diretoria para apreciação.

Após o término das Notas Técnicas foram geradas 11 (onze) Propostas de alteração do PER/PEP e 15 (quinze) Propostas de Cronogramas Físico-Financeiros. Além disso, foram realizadas as atualizações do PER/PEP anteriores da 1ª etapa de concessões que se encontram desatualizados, conforme as inclusões realizadas nos processos de revisão e modificações dos cronogramas de serviços e obras e ainda, correções

gramaticais relacionadas à ortografia, concordância e regência possíveis. Tais ações foram realizadas com restrições para que fosse preservada a integridade dos textos.

ACOMPANHAMENTO DOS CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS

A verificação do cumprimento das obrigações contratuais e dos cronogramas físico-financeiros das concessionárias foi realizada por meio do acompanhamento da execução das obras e serviços estabelecidos nos planejamentos anuais relativos ao ano de 2011. Também foram levados em consideração os Relatórios Técnico-Operacionais Físico-Financeiros, as informações encaminhadas pelas Unidades Regionais (Relatórios de Inexecuções), Postos de Fiscalização e pela Gerência de Fiscalização, além daquelas obtidas nas inspeções realizadas ao longo das rodovias.

QUADRO GERAL DO PROGRAMA FEDERAL DE CONCESSÕES ADMINISTRADAS PELA ANTT

Concessionária	Rodovia	Trecho	Extensão (KM)
1º Etapa			
Nova Dutra	BR.116 RJ/SP	RJ-SP	402,00
Ponte	BR.101 RJ	Ponte Rio/Niterói	13,20
CONCER	BR. 040 MG/RJ	RJ-JF	179,90
CRT	BR. 116 RJ	RJ/Teresópolis/Paraíba	142,50
CONCEPA	BR.290 RS	Osório/Porto Alegre	121,00
ECOSUL	BR. 116/293/392/RS	Pólo de Pelotas	623,00
2º Etapa – Fase I			
Autopista Planalto Sul	BR-116/PR/SC	Curitiba – Divisa SC/RS	412,70
Autopista Litoral Sul	BR-376/PR-PB-101/SC	Curitiba – Florianópolis	382,30
Autopista Régisbittencourt	BR-116/SP/PR	SP – Curitiba	401,60
Autopista Fernão Dias	BR-381/MG/SP	BH – SP	562,10
Autopista Fluminense	BR-101/RJ	Ponto Rio-Niterói-Divisa RJ/ES	320,10
TRANSBRASILIANA	BR-153/SP	Div. MG/SP – Div. SP/PR	321,60
Rodovia Do Aço	BR-393/RJ	Div. MG/RJ – Entr. BR 116	200,40
TOTAL			13 Trechos
			4.083,20
2º Etapa – Fase II			
Via Bahia	BR -116/BA	Feira De Santana – Div. BA/MG	554,10
	BR – 324/BA	Salvador – Feira De Santana	113,20
	BA - 526	Entr. BR 324. Entr. BA 528	9,30
	BA - 528	Entr. BA 526. Base Naval Aratu	4,00
TOTAL			4 Trechos
			680,60

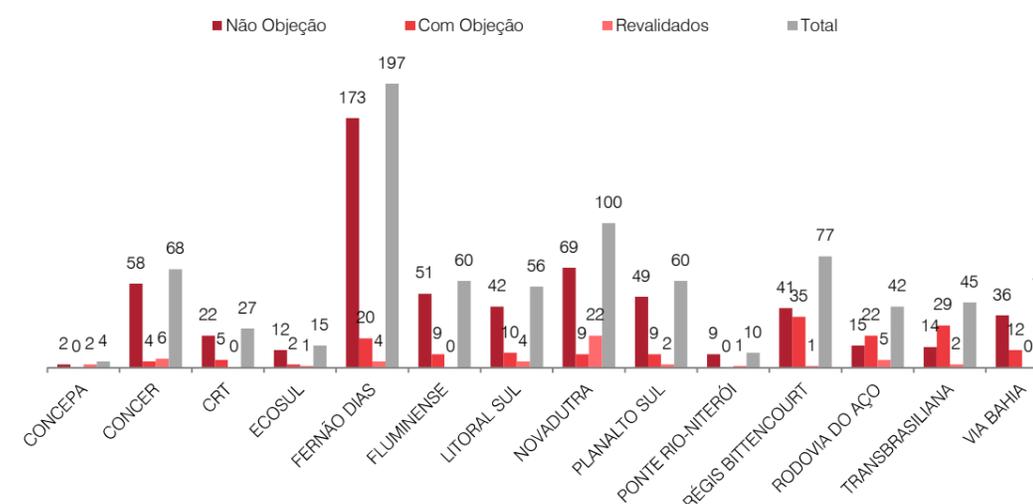
3º Etapa – Fase I – A LICITAR			
Fase a licitar	BR – 04 DF/GO/MG	DF-Juiz De Fora	936,80
	BR – 116/MG	DIV. BA/MG – Div. MG/RJ	816,70
TOTAL			02 Trechos
			1.753,50
3º Etapa – Fase II – A LICITAR			
Fase a licitar	BR-101/ES/BA	DIV. RJ/ES – Acesso a Mucuri (BA-698)	475,9
TOTAL			01 Trecho
			475,9

ANÁLISE DE PROJETOS EXECUTIVOS

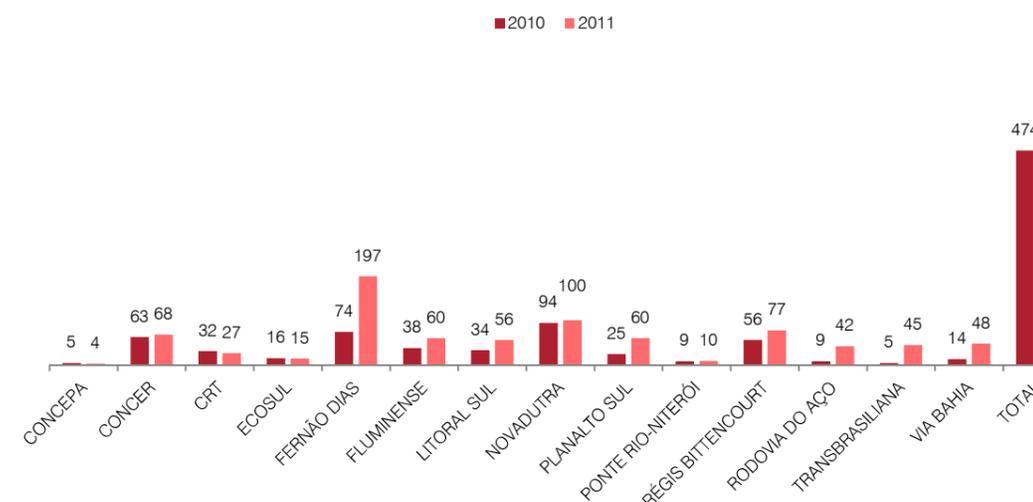
Durante o ano de 2011, foram gerados 809 (oitocentos e nove) Relatórios de Análise de Projetos no período de janeiro a dezembro de 2011, dos quais, foram emitidos 593 (quinhentos e noventa e três) pareceres técnicos referentes a análises favoráveis aos projetos executivos de obras de infraestrutura, o que corresponde a um aumento de 71% em relação ao ano anterior (474). Veja gráfico a seguir.

Concessionárias	Não Objeção	Com Objeção	Reavaliados	Total
CONCEPA	2	0	2	4
CONCER	58	4	6	68
CRT	22	5	0	27
ECOSUL	12	2	1	15
Fernão Dias	173	20	4	197
Fluminense	51	9	0	60
Litoral Sul	42	10	4	56
NOVADUTRA	69	9	22	100
Planalto Sul	49	9	2	60
Ponte Rio-Niterói	9	0	1	10
Régis Bittencourt	41	35	1	77
Rodovia Do Aço	15	22	5	42
TRANSBRASILIANA	14	29	2	45
Via Bahia	36	12	0	48
TOTAL	593	166	50	809

Relatório de Análises de Projetos gerados em 2011



Relatório de Análise de Projetos



ANÁLISE E APROVAÇÃO DOS PLANEJAMENTOS ANUAIS

O Planejamento Anual tem por objetivo a definição de um programa de obras e serviços a serem executados e acompanhados pelas equipes de fiscalização e de gestão dos Contratos de Concessão. Foram analisadas as propostas de planejamento Anual apresentadas pelas Concessionárias para o ano de 2011. Após os esclarecimentos fornecidos pelas Concessionárias e após as correções realizadas, foram as referidas propostas aceitas pela ANTT.

ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS

Dentre os documentos emitidos (Ofícios, Ofícios Circulares, Memorandos, Memorandos Circulares, Pareceres Técnicos, Notas Técnicas e Relatórios de Análise de Projetos, que abordaram aspectos técnico-operacionais relativos à infraestrutura da malha rodoviária concedida e aos contratos de concessão.

Esses documentos foram emitidos em função das análises das proposições apresentadas pelas Concessionárias, análise de estudos, análise de projetos, análise das propostas de revisão, análise das inexecuções, análise das propostas de Declaração de Utilidade Pública, ou solicitações de informações formuladas pelo Tribunal de Contas da União – TCU, Ministério Público Federal – MPF, Ministérios Públicos dos Estados e Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, nas três esferas de jurisdição, federal, estadual e municipal, entre outros.

DECRETOS EXPROPRIATÓRIOS

As propostas de Declaração de Utilidade Pública são apresentadas pelas Concessionárias e geram processos administrativos, que tramitam não só no âmbito da ANTT, mas também no Ministério dos Transportes e na Casa Civil, antes da expedição dos Decretos Presidenciais.

Desde a abertura dos processos até a publicação dos Decretos Presidenciais, as propostas passam por análises técnicas, na SUINF, e jurídicas, na PRG, sendo que o encaminhamento das propostas ao Ministério dos Transportes pressupõe a aprovação pela Diretoria Colegiada da ANTT, por meio da publicação de Deliberações.

As análises técnicas geraram, durante o ano de 2011, 54 (cinquenta e quatro) Pareceres Técnicos, tendo sido encaminhadas, ao Ministério dos Transportes, 41 (quarenta e uma) propostas de Declaração de Utilidade Pública, referentes a áreas cuja desapropriação se faz necessária para a execução de obras nas Rodovias Federais Concedidas, de modo que é possível notar um crescimento de 64% (sessenta e quatro por cento) em comparação com as 25 (vinte e cinco) propostas encaminhadas em 2010.

Durante o período, 16 (dezesesseis) Decretos Presidenciais foram publicados a partir de propostas encaminhadas, sendo algumas delas ainda referentes ao ano anterior.

APOIO À PRG EM 2011

A **Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUINF** realizou 550 (quinhentos e cinquenta) informações em resposta a pedidos de subsídios jurídicos emanados da Procuradoria Geral, para a defesa judicial da ANTT envolvendo demandas oriundas do Ministério Público Federal – MPF, dos Ministérios Públicos dos Estados e do Poder Judiciário, bem como a análise de projetos de lei remetidos à ANTT pelo Congresso Nacional.

PROJETOS ESTRUTURANTES

REVISÃO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DA 1ª ETAPA DE CONCESSÕES DE RODOVIAS

Após a realização de uma comparação entre todos os contratos de concessão sob responsabilidade da ANTT elaborou-se um contrato modelo.

Foram realizados estudos para proposta metodológica de utilização de Fluxo de Caixa Marginal para inserção de investimentos não previstos no contrato de concessão,

Foi aprovada em 07.04.11, a Resolução nº 3651 que Aprova a metodologia de recomposição do equilíbrio

econômico-financeiro dos contratos de concessão de rodovias federais da 1ª Etapa, da 2ª Etapa – Fase I e do Pólo Pelotas, em decorrência de novos investimentos e serviços.

Foram elaboradas minutas de Termos Aditivos para 13 concessionárias.

Foi analisada a repactuação do contrato de concessão da concessionária ECOSUL e elaborada uma minuta de termo aditivo.

Foi elaborada uma minuta de PER Modelo, que deverá ser submetido à audiência pública.

Foi elaborada minuta de contrato modelo e submetida à Gerência de Atos Normativos e Outorgas da SUREG.

Foi elaborada a minuta de resolução sobre metodologia de cálculo das taxas de desconto a serem utilizadas na inclusão de novos investimentos nos contratos de concessão de rodovias através do fluxo de caixa marginal.

PADRONIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE OUTORGA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

Avançou-se na elaboração de manuais específicos para a outorga, englobando todos os procedimentos, desde os estudos da área a ser concedida até a efetiva assinatura do contrato. Foi elaborada minuta de edital modelo e submetida à Gerência de Atos Normativos e Outorgas da SUREG.

FORTALECIMENTO DA FISCALIZAÇÃO DAS CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

CONVÊNIOS DE APARELHAMENTO

Foi assinado, entre a Concessionária da Rodovia Osório-Porto Alegre S/A – CONCEPA e o Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF, com a interveniência da ANTT, o Convênio destinado a promover o aparelhamento necessário à execução dos serviços de policiamento e fiscalização de tráfego nas Rodovias BR-116/RS e BR-290/RS - e seus acessos.

Além disso, foi publicado, no Diário Oficial da União, o extrato do Convênio para o mesmo fim assinado no fim de 2010 entre a ViaBahia Concessionária de Rodovias S/A e o DPRF, referente às Rodovias BR-116/BA, BR-324/BA, BA-526 e BA-528, trecho Salvador/BA – Feira de Santana/BA – Divisa BA/MG e seus acessos.

Para os 08 (oito) Convênios assinados no ano de 2009, com a mesma finalidade, foram apuradas as despesas efetuadas pelas Concessionárias, considerando os respectivos anos de concessão, de modo a verificar a correta utilização dos valores disponibilizados, o que gerou a emissão de 08 (oito) Notas Técnicas.

Dessa forma, a ANTT acompanha, atualmente, 10 (dez) Convênios de aparelhamento assinados entre o DPRF e as Concessionárias.

EMIÇÃO DE TERMOS DE ANUÊNCIA DE ÁREA

Em 2011, foram elaboradas cerca de 27 (vinte e sete) minutas de Termos de Anuência de áreas confrontantes com as rodovias federais concedidas, de modo a possibilitar a emissão do referido documento pela SUINF, um crescimento de 42% se comparado as 19 (dezenove) minutas elaboradas em 2010.

TERMOS ADITIVOS A CONTRATOS

Em 2011, começaram-se os trabalhos visando a edição de vários termos aditivos aos Contratos de Concessão das concessionárias, os quais tem previsão de assinatura em 2012.

CONCESSÕES FERROVIÁRIAS

Em 2011, a ANTT cumpriu o Calendário de Fiscalização programado para o exercício. Ao longo do ano, foram realizadas inspeções operacionais nas 11 concessionárias (12 malhas). A finalidade é avaliar os aspectos de segurança e condições operacionais oferecidas pelas concessionárias, quanto à qualidade da prestação do serviço público de transporte ferroviário concedido, conforme disposto nos Contratos de Concessão e no Regulamento do Transporte Ferroviário – RTF.

Foram efetuadas 147 inspeções técnico-operacionais, programadas e eventuais.

Em 2011, foram realizadas inspeções na malha concedida que tem 28.575 Km, conforme abaixo:

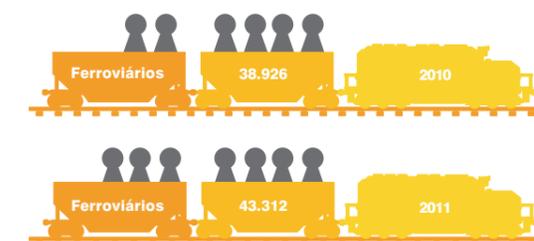
Ferrovias Fiscalizadas em 2011

Ferrovia	Extensão
Ferrovia Tereza Cristina S.A (Tereza Cristina)	164 km
Estrada de Ferro Paraná - Oeste S.A (FERROESTE)	248 km
América Latina Logística Malha Norte S.A (FERRONORTE)	617,74 km
VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A - Sub Concessão FNS (Norte-Sul)	720 km
Companhia Vale do Rio Doce / CVRD (Estrada de Ferro Carajás)	892 km
Companhia Vale do Rio Doce / CVRD (Estrada de Ferro Vitória-Minas)	905 km
MRS Logística S.A (Sudeste)	1.674 km
América Latina Logística Malha Oeste S.A (Oeste Ferrovia)	1.945 km
América Latina Logística Malha Paulista S.A (Paulista)	1.989 km
TRANSNORDESTINA Logística S.A (Nordeste)	4.207 km
América Latina Logística Malha Sul S.A (Sul)	7.304 km
Ferrovia Centro-Atlântica S.A (Centro-Leste)	8.066 km

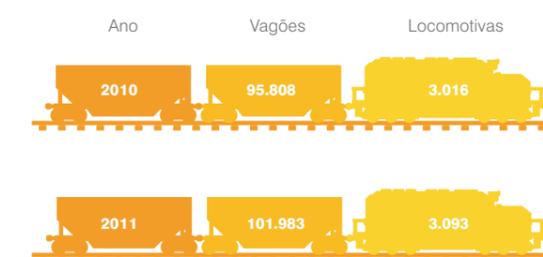
Índice de Acidentes
Acidentes por milhões de trens x km



Quadro de Pessoal das Concessionárias
Próprio e terceirizado



Frota
Unidades



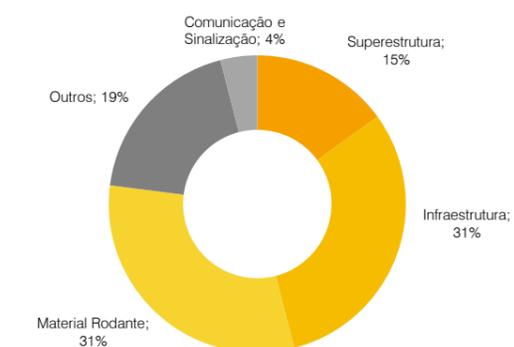
Investimentos do Setor
Valores em R\$ milhões



Produção de Transporte
Bilhões de toneladas x km úteis



Investimento



INSPEÇÕES FERROVIÁRIAS

INSPEÇÕES PROGRAMADAS

Têm a finalidade de avaliar os aspectos de segurança e as condições operacionais oferecidas pelas Concessionárias, no que diz respeito à prestação dos serviços públicos de transporte ferroviário concedido, contando com o seu apoio obrigatório, conforme dispõem os Contratos de Concessão e Arrendamento.

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES DA INSPEÇÃO TÉCNICA

- Avaliar o estado da infra e superestrutura da via permanente das malhas concedidas, bem como se estes estão adequados ao volume de cargas transportado, ao trem-tipo utilizado e às velocidades praticadas;
- Identificar defeitos pontualmente graves e que possam colocar em risco o movimento dos trens, alertando imediatamente os representantes da concessionária na inspeção e notificando a concessionária por meio de ofício para que os defeitos sejam sanados ou para que seja apresentado cronograma para correção dos defeitos detectados, ou ainda, em caso extremo, determinando a paralisação do tráfego nesse segmento até a devida correção;
- Avaliar a qualidade e a atualização dos trabalhos de manutenção e conservação da via permanente, verificando a compatibilidade das cargas dinâmicas com o tipo de superestrutura existente;
- Verificar itens de segurança, com destaque aos locais de passagens em nível, e as principais características técnicas da linha.

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES DA INSPEÇÃO OPERACIONAL

- Verificar a conformidade das operações da Concessionária às disposições legais em vigor, particularmente com as resoluções pertinentes emanadas pela ANTT, e, também, aos seus regulamentos operacionais;
- Apurar as condições de condução de trens formados;
- Verificar o quantitativo e a capacitação do pessoal envolvido nas operações ferroviárias, em especial, os dispositivos dos regulamentos operacionais;
- Apurar as condições de operação e manutenção da frota operacional;
- Conhecer a disponibilidade de recursos para atendimento da demanda (existente e reprimida) e o atendimento adequado aos usuários;
- Verificar a fidedignidade das informações prestadas mensalmente, via Sistema de Acompanhamento e Fiscalização de Transporte Ferroviário (SAFF);
- Atualização dos registros de informações operacionais disponíveis na ANTT;
- Registrar os investimentos em equipamentos, sistemas e processos operacionais realizados ou a realizar;
- Verificar a implementação de novas tecnologias voltadas para a eficiência e segurança da operação ferroviária;
- Identificar os procedimentos operacionais de chaves, licenciamentos, cobertura das telecomunicações, cruzamentos de trens e de sinalização;
- Inspeccionar as operações em Pátios e Terminais, com enfoque especial naqueles com significativa movimentação de produtos perigosos, suas principais facilidades e equipamentos existentes, buscando conhecer as grandezas da atividade envolvida, e, principalmente, promover visita técnica nos terminais de clientes instalados nos locais, visando conhecer as demandas, tendências, o atendimento e a realização de uma verificação da consistência dos dados de produção registrados pelas concessionárias no Sistema de Acompanhamento e Fiscalização de Transporte Ferroviário (SAFF);
- Apurar os procedimentos de manutenção do material rodante inspecionando as principais instalações de abastecimento e manutenção de locomotivas e de vagões, verificando suas condições físicas, inclusive equipamentos, frota atendida, investimentos realizados e programados, separação de resíduos sólidos e líquidos e demais dados julgados necessários para o completo entendimento da logística de oficinas e postos de revisão da malha.

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES NAS INSPEÇÕES DE ATIVOS FERROVIÁRIOS ARRENDADOS

Verificação “in loco” das condições de uso, conservação e de manutenção dos ativos ferroviários vinculados aos contratos de concessão com as seguintes avaliações:

EDIFICAÇÕES (ESTAÇÕES, CASAS, ARMAZÉNS, POSTOS DE MANUTENÇÃO, ETC.):

- Estrutura;
- Paredes e telhados;
- Instalações hidráulicas e elétricas;
- Pintura e limpeza;
- Aspectos de segurança patrimonial.

PÁTIOS FERROVIÁRIOS:

- Número de linhas secundárias;
- Indicação da existência de: estação, armazéns, residências, outras edificações, passagens em nível;
- Indicação da existência de invasões;
- Potencial de alienação;
- Alterações de layout.

OFICINAS DE MANUTENÇÃO. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO, PREVENTIVA E CORRETIVA, COM ÊNFASE EM:

- Estado geral das instalações e dos principais equipamentos utilizados;
- Produção;
- Mão de obra disponível (pessoal próprio ou terceirizado);
- Principais serviços executados (serviço próprio ou terceirizado).

LOCOMOTIVAS:

- Motorização;
- Equipamentos elétricos;
- Dispositivos e componentes elétricos de baixa, média e alta tensão;
- Cabine (equipamentos de comando e controle em geral);
- Truques e rodeiros;
- Aparelhos de choque e tração (engates, mandíbulas e outros acessórios);
- Dispositivos de freios (válvulas, cilindros de freios e dispositivos auxiliares);
- Caldeiraria e pintura, com ênfase na observação da pintura da identificação;
- Situação operacional: imobilizado ou em operação.

VAGÕES:

- Truques e rodeiros;
- Aparelhos de choque e tração (engates, mandíbulas e outros acessórios);
- Dispositivos de freios (válvulas, cilindros de freios e dispositivos auxiliares);
- Demais dispositivos (escotilhas de carregamento e bocas de descarga, válvulas de descarga, portas, teto, etc.);
- Caldeiraria e pintura, com ênfase na observação da pintura da identificação.

Em complemento às Inspeções Programadas ou Eventuais também são consultadas, via web ou nas sedes das concessionárias, aos sistemas operacionais de concessionárias para verificação das imobilizações de material rodante.

INSPEÇÕES EVENTUAIS TÉCNICAS E OPERACIONAIS

São motivadas, basicamente, por acidentes ferroviários graves, requerimentos para liberação de tráfego público, bem como por questionamentos e solicitações do Ministério Público, Tribunal de Contas da União e outros órgãos públicos, comprovações sobre uma solicitação de registro de usuário dependente, denúncia visando a obtenção de melhores informações para as possíveis decisões das referidas demandas.

Pode ser realizada, também, para subsidiar a elaboração e implantação de regulamentos com a finalidade de melhoria na qualidade e segurança do transporte ferroviário de cargas e, ainda, em decorrência de acidente ferroviário.

RELATÓRIOS DE INSPEÇÃO

São elaborados Relatórios de Inspeções Técnicas e Operacionais após a execução da fiscalização

programada ou eventual, descrevendo pontos relevantes, de acordo com o definido no Plano de Fiscalização Técnico-Operacional nas Ferrovias.

Após execução da fiscalização programada ou eventual, são elaborados Relatórios de Inspeção nos Ativos Ferroviários Arrendados, com base no disposto no Art. 4º do Regulamento dos Transportes Ferroviários e nas cláusulas contratuais: Nona – Das Obrigações das Partes e Décima Segunda – Das Fiscalizações, objetivando principalmente informar as condições dos bens imóveis e material rodante arrendado e/ou sob a guarda da concessionária, nos pátios e ao longo da malha concedida. São informados também o total de bens inspecionados, discriminando-os em operacionais e não operacionais.

NOTIFICAÇÃO

Em 2011, das 94 notificações expedidas às Concessionárias, 83 ofícios destinaram-se a solucionar as deficiências constatadas nas inspeções técnicas e operacionais e 11 relacionados a ativos ferroviários.

Vale ressaltar que, as Concessionárias notificadas ficam sujeitas à aplicação das penalidades cabíveis (advertência ou multa), de acordo com a respectiva infração à cláusula contratual e ao regulamento vigente, caso não efetuem nos prazos determinados as devidas providências para solucionar as deficiências constatadas nas inspeções.

Nos casos de imobilização de material rodante, as concessionárias são notificadas para fornecerem as informações sobre a causa e para que adotem providências para a mobilização.

No ano de 2011, foram autuados 67 Processos Administrativos no âmbito dos quais foram aplicadas 113 penalidades de multa, sendo que 27 correspondem a 9 processos autuados em 2010.

ACOMPANHAMENTO E REGULAMENTAÇÃO DAS CONCESSÕES FERROVIÁRIAS

As Concessionárias de Transportes Ferroviário de Cargas enviaram à ANTT, por meio do Sistema de Acompanhamento e Fiscalização do Transporte Ferroviário - SAFF, as informações relativas ao desempenho operacional para acompanhamento e controle dos índices contratuais. Contam nesse sistema os dados especificados na tabela 1.

ESTABELECIMENTO DE NOVAS METAS CONTRATUAIS

No ano de 2011, foram concluídas pactuações de Metas de Produção e Segurança para o quinquênio 2011 – 2015, por meio das Resoluções que se seguem conforme abaixo:

- As Metas de todas as Concessionárias estão sendo analisadas em virtude da publicação e consequente implementação da RESOLUÇÃO ANTT Nº 3.696, de 14 de julho de 2011, que Aprova o Regulamento para pactuar as metas de produção por trecho e metas de segurança para as concessionárias de serviço público de transporte ferroviário de cargas.

DEMAIS PACTUAÇÕES DE METAS:

RESOLUÇÃO Nº 3.667, DE 04 DE MAIO DE 2011: Estabelece as Metas Anuais de Produção e de Redução de Acidentes, para o quinquênio 2011/2015, relativas à Ferrovia Norte Sul S.A.

RESOLUÇÃO Nº 3.710, DE 25 DE AGOSTO DE 2011: Acolhe as justificativas apresentadas pela Ferrovia Norte Sul para o não atendimento da meta contratual de produção no ano de 2010.

RESOLUÇÃO Nº 3.711, DE 25 DE AGOSTO DE 2011: Não acolhe as justificativas apresentadas pela FERROESTE para o descumprimento da meta contratual de produção no ano de 2010.

RESOLUÇÃO Nº 3.712, DE 25 DE AGOSTO DE 2011: Acolhe as justificativas apresentadas pela Transnordestina Logística S.A. - TLSA para o não atingimento da meta contratual de produção no ano de 2010; rejeita as razões apresentadas para o descumprimento da meta contratual de redução de acidentes no ano de 2010; e repactua, com observações, as metas para os anos de 2011/2014.

RESOLUÇÃO Nº 3.713, DE 25 DE AGOSTO DE 2011: Não acatar o Recurso Administrativo, de 16 de maio de 2011, apresentado pela TLSA para o não atingimento das metas contratuais de produção e de redução de acidentes no ano de 2009, mantendo a penalidade aplicada.

Acompanhamento das metas de produção e de redução de acidentes

Concessionárias	Ano	Produção em tku (10 ⁹)			Segurança		
		Meta	Realizado	Variação	Meta	Realizado	Variação
América Latina Logística Malha Sul S.A. Concessão - 01/03/97	2006	14,90	18,35	23,17%	30,50	13,82	-54,69%
	2007	15,30	17,30	13,06%	29,00	10,35	-64,31%
	2008	17,90	17,58	-1,79%	18,00	15,60	-13,33%
	2009	18,45	17,27	-6,42%	17,80	16,96	-4,72%
	2010	19,09	17,57	-7,94%	17,60	17,40	-1,14%
América Latina Logística Malha Paulista S.A. Concessão - 01/01/99	2006	2,21	2,29	3,55%	38,00	33,67	-11,39%
	2007	3,07	2,17	-29,46%	31,00	26,05	-15,97%
	2008	3,57	3,20	-10,29%	27,00	26,90	-0,37%
	2009	6,85	7,27	6,17%	25,00	27,51	10,04%
	2010	7,39	8,37	13,21%	24,55	23,58	-3,95%
América Latina Logística Malha Oeste S.A. Concessão - 01/07/96	2006	2,52	1,42	-43,54%	92,00	261,35	184,08%
	2007	3,15	1,19	-62,30%	68,00	67,53	-0,69%
	2008	3,93	1,34	-65,83%	54,00	46,66	-13,59%
	2009	1,50	1,58	5,33%	43,00	27,20	-36,74%
	2010	1,57	1,99	26,71%	28,82	26,42	-8,33%
América Latina Logística Malha Norte S.A. Concessão - 19/05/89	2006	-	-	-	-	-	-
	2007	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	7,60	9,45	24,35%	18,80	21,56	14,68%
	2010	8,13	10,00	23,04%	18,60	10,62	-42,90%
Companhia Vale do Rio Doce - CVRD Estrada de Ferro Vitória a Minas Concessão - 01/07/97	2006	17,20	17,25	0,29%	22,10	5,78	-73,83%
	2007	17,80	17,98	1,02%	21,30	4,07	-80,89%
	2008	17,30	17,12	-1,05%	12,20	2,84	-76,72%
	2009	13,51	13,83	2,34%	12,20	3,82	-68,69%
	2010	14,50	15,37	6,03%	12,20	3,56	-70,82%
Companhia Vale do Rio Doce - CVRD Estrada de Ferro Carajás Concessão - 01/07/97	2006	3,30	4,73	43,45%	12,20	7,43	-39,10%
	2007	3,40	4,55	33,96%	12,20	4,39	-64,02%
	2008	4,00	3,71	-7,22%	12,20	6,62	-45,74%
	2009	2,05	2,53	23,19%	12,20	5,50	-54,92%
	2010	2,32	3,07	32,32%	12,20	4,98	-59,18%
Ferrovia Centro-Atlântica S.A. Concessão - 01/09/96	2006	11,40	10,29	-9,74%	49,00	20,54	-58,08%
	2007	12,80	11,68	-8,74%	40,00	17,89	-55,28%
	2008	10,70	11,13	4,01%	28,00	18,06	-35,50%
	2009	10,36	10,63	2,63%	27,44	22,76	-17,06%
	2010	10,70	11,41	6,64%	26,89	23,86	-11,27%
2011	10,90	10,15	-6,84%	26,35	24,02	-8,84%	

Ferrovia Tereza Cristina S.A. Concessão - 01/02/97	2006	0,13	0,18	40,66%	28,00	10,16	-63,71%
	2007	0,13	0,19	45,72%	26,00	15,27	-41,27%
	2008	0,17	0,21	22,60%	20,00	10,00	-50,00%
	2009	0,18	0,20	15,71%	20,00	11,51	-42,45%
	2010	0,18	0,18	5,71%	20,00	9,66	-51,70%
	2011	0,18	0,17	-1,30%	20,00	13,78	-31,10%
MRS Logística S.A. Concessão - 01/12/96	2006	34,78	47,00	35,12%	23,50	6,98	-70,30%
	2007	36,17	51,76	43,09%	23,00	6,33	-72,48%
	2008	49,00	55,49	13,25%	18,00	4,26	-76,33%
	2009	51,00	51,12	0,23%	16,50	4,60	-72,12%
	2010	53,00	57,30	8,12%	15,00	5,41	-63,93%
	2011	55,00	61,05	10,99%	13,50	7,52	-44,30%
Transnordestina Logística S.A. Concessão - 01/01/98	2006	1,40	0,68	-51,58%	220,00	149,72	-31,95%
	2007	1,82	0,96	-47,11%	175,00	114,46	-34,59%
	2008	0,93	0,92	-1,08%	140,00	174,12	24,37%
	2009	0,93	0,73	-21,50%	120,00	167,82	39,85%
	2010	0,77	0,73	-5,42%	120,00	196,65	63,88%
	2011	0,74	0,68	-7,49%	160,00	196,43	22,77%
VALEC - Eng. Const. e Ferrovias S.A. Subconcessão Ferrovia Norte Sul Concessão - 20/12/07	2006	-	-	-	-	-	-
	2007	-	-	-	-	-	-
	2008	1,80	1,02	-43,25%	12,20	14,07	15,33%
	2009	1,10	1,16	5,01%	14,00	2,71	-80,64%
	2010	1,80	1,52	-15,36%	14,00	8,13	-41,93%
	2011	1,75	1,88	7,63%	17,00	15,38	-9,53%
Estrada de Ferro paraná Oeste - FERROESTE Concessão em 23/05/89	2006	-	-	-	-	-	-
	2007	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	0,45	0,33	-27,47%	12,20	4,02	-67,05%
	2010	0,57	0,21	-62,59%	12,20	4,47	-63,36%
	2011	0,65	0,15	-76,90%	12,20	4,95	-59,43%

Fonte SAFF

Observações:

- Metas de Produção – Bilhões de TKU
- Índice de Acidentes – Acidentes/Milhão de Trem.KM
- Informações de 2011 consolidadas

REGULAMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

- Minuta de Resolução de normatização da forma de elaboração e critérios técnicos a serem adotados pelas concessionárias de serviços públicos de transporte ferroviário de cargas na apresentação do **Plano Trienal de Investimentos – PTI**;
- Minuta de Resolução para regulamentação de operações de direito de passagem e tráfego mútuo visando à integração do Sistema Ferroviário Federal. **Direito de Passagem e Tráfego Mútuo**;
- Minuta de Resolução que trata do **Regulamento dos Usuários dos Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas** foi aprovada dando origem à **RESOLUÇÃO Nº 3.694, DE 14 DE JULHO DE 2011 – REDUF**;
- A proposta de Resolução que estabelece critérios e procedimentos para a delimitação, manutenção e utilização da **Faixa de Domínio** e dos bens operacionais nela contidos;
- Minuta de Resolução para regulamentação de pactuação das Metas de Produção e Segurança por Trecho para as Concessionárias de serviço público de transporte ferroviário de cargas. **Metas de Produção e Segurança por Trecho**.

DEMAIS ATIVIDADES

ANÁLISE DE OBRAS

No âmbito de projetos ferroviários, desenvolveram-se as atividades de análise das solicitações de autorização de obras e investimentos apresentados pelas Concessionárias, com vistas a subsidiar os processos de autorização, com fundamento no art. 24 da lei 10.233/01.

Merecem destaque os projetos da Expansão da Ferronorte (260 km), entre Alto Araguaia e Rondonópolis, cujos projetos foram submetidos à análise da ANTT em 25/05/2009. Foi expedidas as Resoluções nº 3.042, de 17/2/2009, autorizando o início das obras. Concluída a análise dos projetos do Segmento II, no qual foi expedida a Resolução nº 3.304, de 22/10/2009.

PROJETOS ESTRUTURANTES DA ANTT DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O referido projeto compreende o desenvolvimento de uma proposta de Modelo de Concessões para as novas concessões que separe a gestão da infraestrutura da operação ferroviária e a revisão do Marco Regulatório de concessões vigentes, com vistas a incentivar a operação de compartilhamento de infraestrutura (Direito de Passagem e Tráfego Mútuo) e a pactuação de Metas de Produção por Trecho.

A Resolução nº. 3.694, de 14 de julho de 2011, que “Aprova o Regulamento dos Usuários dos Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas”, consolida as regras referentes aos direitos dos usuários dos serviços de transporte ferroviário de cargas.

A Resolução nº. 3.695, de 14 de julho de 2011, que “Aprova o Regulamento das Operações de Direito de Passagem e Tráfego Mútuo”, visando à integração do Sistema Ferroviário Nacional.

GIGFER - GESTÃO COM INTELIGÊNCIA GEOGRÁFICA DOS ATIVOS FERROVIÁRIOS

O referido projeto compreende a realização de instrumentos de gestão, pesquisas e métodos para coleta de dados dos Bens Arrendados no âmbito das outorgas de Serviço Público do Transporte Ferroviário de Cargas com a elaboração de Manual correspondente, bem como supervisionar e acompanhar o levantamento de campo a ser realizado pelas Concessionárias, e também dos investimentos no âmbito das outorgas de Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas estabelecidas para subsidiar a análise regulatória em questões de reversibilidade, receitas alternativas, contrato de arrendamento e base de remuneração tarifária.

REVISÃO DA AGENDA REGULATÓRIA PARA O SETOR FERROVIÁRIO BRASILEIRO

Agenda Regulatória é um instrumento que indica as matérias que demandarão uma atuação prioritária da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, ao longo de um determinado período e está organizada em oito Eixos Temáticos, dentro dos quais têm-se os Eixos “Transporte Ferroviário de Cargas”, “Exploração da Infraestrutura Ferroviária e Arrendamento de Ativos Operacionais”, “Transporte Rodoviário de Cargas” e “Transporte Multimodal”.

PROPOSTAS DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA – DUP

- Ferrovia Integração Oeste Leste – FIOL
- Ferrovia Tereza Cristina S.A. - FTC

Transporte de Cargas

TRANSPORTE AUTORIZADO DE CARGAS

REGISTRO E HABILITAÇÃO DE TRANSPORTADORES E OPERADORES

Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas - RNTRC

A atividade econômica do Transporte Rodoviário de Cargas realizado em vias públicas, no território nacional, por conta de terceiros e mediante remuneração, exercido por pessoa física ou jurídica em regime de livre concorrência, conforme estabelecido na Lei nº 11.442/2007, depende de prévia inscrição no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTRC.

Essa atividade foi regulamentada pela Resolução ANTT nº 3056/2009, e a inscrição e manutenção do RNTRC é de competência da GETAR/SUCAR.

O RNTRC contempla transportadores cadastrados em três categorias, a saber: as Empresas de Transporte Rodoviário de Cargas – ETC, as Cooperativas de Transporte Rodoviário de Cargas – CTC, e os Transportadores Autônomos de Cargas – TAC.

A Resolução nº 3056/09 previu que os registros e a renovação destes no RNTRC deveriam ser realizados de forma presencial nos postos de atendimento próprios ou em locais credenciados pela ANTT.

Percebendo a necessidade de ofertar mais postos de atendimento ao registro, a SUCAR/GETAR firmou Acordos de Cooperação Técnica com entidades de abrangência nacional para abertura de postos de registros do Transportador no RNTRC.

Atualmente, a rede de postos de atendimento ao cadastro de transportadores no RNTRC conta com, aproximadamente, 480 postos credenciados abrangendo todo o território nacional.

Até 31 de Dezembro de 2011, esta rede já havia registrado mais de 641 mil transportadores e mais de 1,6 milhões de veículos no RNTRC.

Total de Transportadores e Frota Registrados

A Tabela 01 mostra o quantitativo de transportadores registrados na base de dados do RNTRC e o respectivo total de veículos por categoria, considerando tanto os recadastramentos quanto os novos registros efetivados até 31 de Dezembro de 2011.

Ressalte-se que estes números podem variar dia a dia tendo em vista novos registros, eventuais cancelamentos ou suspensões de Certificados e a modificação na frota dos transportadores cadastrados.

Tabela 1 - RNTRC - Atualizada em 31/12/2011

Tipo de Transp.	Número de Registros	Número de Veículos	Veículos / Transportador
TAC	540.388	749.400	1,4
ETC	100.934	854.315	8,5
CTC	278	11.496	41,3
TOTAL	641.600	1.615.211	2,5

Novos registros e recadastramentos realizados em 2011

Conforme disposto na Resolução ANTT nº 3056/2009, os transportadores rodoviários de cargas devem se apresentar à ANTT ou a entidades que atuam em cooperação com a Agência para se adequarem aos termos estabelecidos na referida Resolução.

No decorrer do ano de 2011, essa adequação ensejou as seguintes atividades:

Tabela 2 - RNTRC

Atividade	Total em 2011
Novos Cadastros	99.475
Recadastramentos	63.347
Alterações de frota	361.534

Idade Média da Frota

A Tabela 03 apresenta a idade média (em anos) da frota atual cadastrada no RNTRC:

Tabela 3 - Idade média dos veículos

Tipo de Veículo	Autônomo	Empresa	Cooperativa	Total
Caminhão Leve (3,5t A 7,99t)	19,1	8,1	12,4	13,2
Caminhão Simples (8t A 29t)	22,7	10,2	16,7	16,5
Caminhão Trator	16,9	7,1	14,6	12,9
Caminhão Trator Especial	15,1	5,9	13,0	11,3
Caminhonete / Furgão (1,5t A 3,49t)	9,7	5,9	6,7	7,4
Reboque	18,1	12,9	15,8	15,6
Semirreboque	13,7	8,1	11,3	11,0
Semirreboque com 5ª roda / BITREM	8,0	4,7	2,6	5,1
Semirreboque Especial	12,9	6,9	6,6	8,8
Utilitário Leve (0,5t A 1,49t)	13,1	6,0	7,8	9,0
TOTAL	19,1	8,4	13,4	13,4

HABILITAÇÃO PARA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERNACIONAL DE CARGAS:

A atividade do Transporte Rodoviário Internacional de Cargas – TRIC, no âmbito do Cone Sul, obedece às normas estabelecidas nos acordos internacionais sobre transporte e trânsito internacional e nas legislações nacionais de cada país, tendo sido aprovada no Brasil pelo Decreto nº 99.704/1990, que dispõe sobre o Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre entre o Brasil, a Argentina, a Bolívia, o Chile, o Paraguai, o Peru e o Uruguai e regulamentado pela Resolução ANTT nº 1.474/2006. Entre Brasil e Venezuela, essa atividade foi aprovada pelo Decreto 2.975/1999 que promulga o Acordo sobre o Transporte Internacional de Passageiros e Cargas.

Com amparo nas normas citadas, no ano de 2011 foram concedidas as habilitações e as autorizações, conforme a tabela 04:

Tabela 4 - Resumo das operações do Transporte Rodoviário Internacional de Cargas - TRIC

Habilitações emitidas em 2011	
Licenças Originárias	174
Licenças Complementares	162

Autorizações emitidas em 2011	
Viagem Ocasional Brasileira	246
Viagem Ocasional Estrangeira	252
Modificação de Frota Brasileira	6.617 ¹
Modificação de Frota Estrangeira	2.611 ²

¹ Equivale ao número de autorizações emitidas

² Equivale ao número de requerimentos processados

A seguir tabelas 05, 06 e 07, contendo o quantitativo das empresas brasileiras e estrangeiras habilitadas, e os respectivos gráficos, para o transporte rodoviário internacional de cargas em 31/12/2011.

Tabela 5 - Empresas habilitadas

Origem	Empresas	Frota
Brasileiras	653	63.306
Estrangeiras	1.210	36.387

Gráfico 1 - Proporção entre empresas transportadoras no mercado internacional - Cone Sul

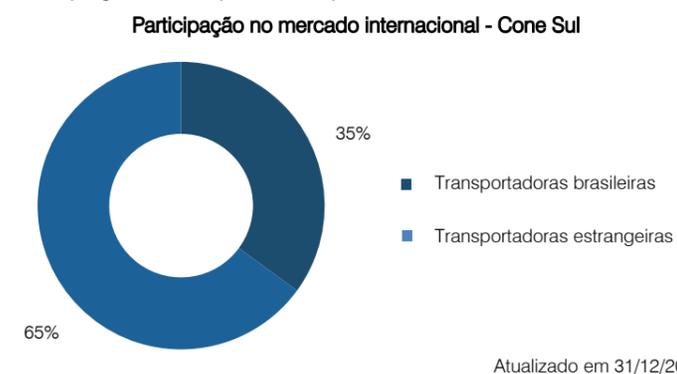


Gráfico 2 - Proporção da frota habilitada no Mercado Internacional - Cone Sul

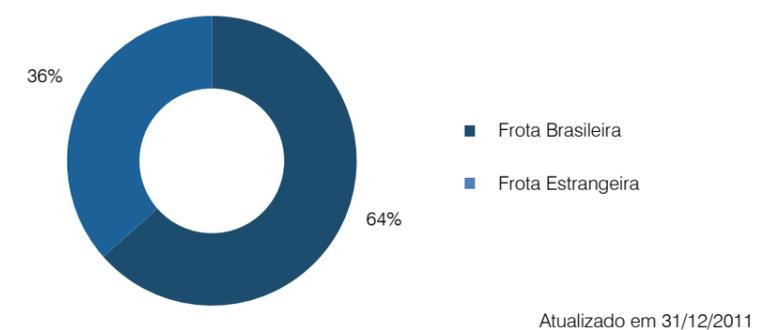
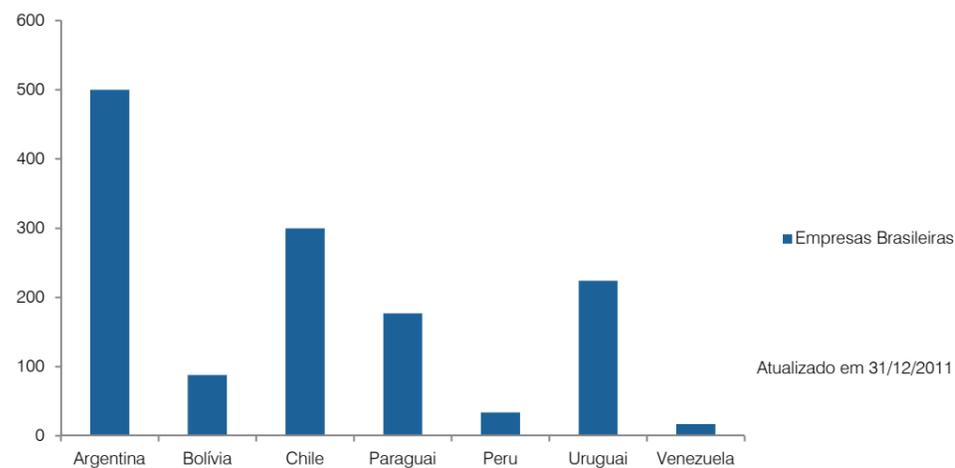


Tabela 6 - Empresas brasileiras habilitadas em 31/12/2011

País de Destino	Empresas	Frota
Argentina	500	48.633
Bolívia	88	8.752
Chile	300	30.812
Paraguai	177	27.541
Peru	34	2.066
Uruguai	224	23.399
Venezuela	17	1.076

Obs: Uma mesma empresa e um mesmo veículo podem ser habilitados para mais de um país.

Gráfico 3 - Destino das empresas Brasileiras habilitadas - Cone Sul

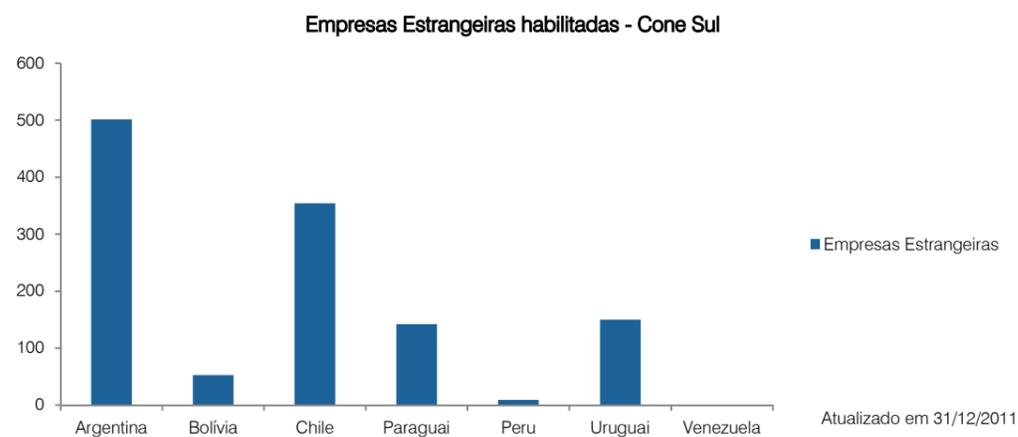


Atualizado em 31/12/2011

Tabela 7 - Empresas estrangeiras habilitadas em 31/12/2011

País de Origem	Empresas	Frota
Argentina	501	18.446
Bolívia	53	1.686
Chile	354	6.179
Paraguai	142	9.229
Peru	9	357
Uruguai	150	3.351
Venezuela	1	15

Gráfico 6 - Empresas estrangeiras habilitadas no tráfego com o Brasil



Atualizado em 31/12/2011

HABILITAÇÃO DE OPERADOR DE TRANSPORTE MULTIMODAL – OTM:

A habilitação como OTM é obrigatória para as pessoas jurídicas, que sob um único contrato, realizem o transporte de cargas utilizando mais de uma modalidade de transporte. O Operador de Transporte Multimodal é responsável pela operação desde a origem até o destino.

A habilitação do Operador de Transporte Multimodal – OTM é regulamentada pela Resolução ANTT nº 794/2004 e pode ser concedida a empresas brasileiras e estrangeiras. A habilitação pode ainda estar amparada pelo Acordo Sobre Facilitação do Transporte Multimodal entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (Decreto nº 1.563/95).

Em 2011, foram habilitados 45 OTM. A Tabela 08 apresenta o número de Operadores habilitados, em 31/12/2011.

Tabela 8 - Empresas habilitadas como OTM em 31/12/2011

OTM Habilitados	
Empresas Brasileiras	420 ¹
Empresas Estrangeiras	1
TOTAL	421

Atualizado em: 31/12/2011

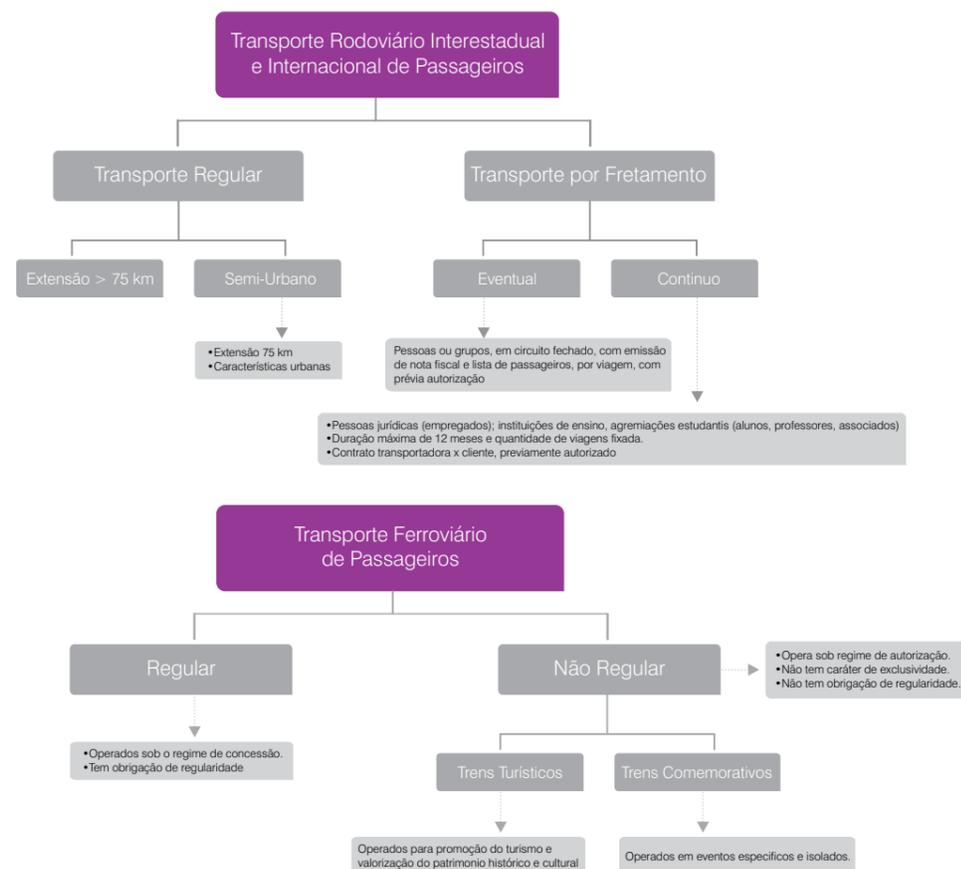
¹ Incluem as habilitações amparadas pelo Acordo Sobre Facilitação do Transporte Multimodal entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. (Decreto nº 1.563/95).

Transporte de Passageiros

Na estrutura organizacional da ANTT, compete à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros – SUPAS a gestão da atividade referente ao Serviço de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros e do Serviço de Transporte Ferroviário de Passageiros, realizado na malha ferroviária concedida.

CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS

Os serviços de transporte de passageiros sob responsabilidade da ANTT são classificados conforme esquema a seguir.



TRANSPORTE REGULAR RODOVIÁRIO INTERESTADUAL DE PASSAGEIROS

MODIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO OPERACIONAL DE SERVIÇOS REGULARES

Nos termos do Decreto nº 2.521/98, os prestadores de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros sob regime regular podem solicitar, ao ente regulador, modificações dos serviços por eles prestados, nas seguintes situações: modificação do serviço *strictu sensu* e alteração operacional do serviço. As modificações dependem de aprovação prévia e expressa da ANTT, baseada em aspectos técnicos e mercadológicos. Já as alterações operacionais dos serviços são livres ao prestador, desde que haja comunicação à ANTT com antecedência mínima de 15 dias da efetiva alteração. Ressalta-se que somente para a alteração de pontos de parada coincidente com Terminal Rodoviário são exigidos o pedido justificado e a prévia aprovação desta Agência. Em 2011, foram analisadas 541 (quinhentos e quarenta e uma) modificações de serviços solicitadas via documento, conforme quadro a seguir.

Modificações/Alterações Operacionais Serviços - Por tipo

Ação	Meses												Total Anual
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Subtotal Mensal	36	32	30	36	46	69	47	88	42	42	38	35	541
Alteração de Horários/Frequência	19	8	8	11	4	9	20	30	15	12	7	10	153
Alteração de Esquema Operacional	8	6	4	8	29	29	18	22	12	9	8	11	125
Implantação de serviços	3	7	5		4	10	6	6	7	9	12	1	70
Paralisação de serviços	1	1	2	3	1	1	2	24	2	1	1	0	39
Implantação de seções	3	5	2	8	5	5	1	2	0	2	3	2	38
Inclusão e Exclusão de veículos	2	5	6	1	1	2	0	0	1	0	4	6	28
Alteração de itinerário	0	0	1	5	1	2	0	0	1	5	1	4	20
Supressão de seções	0	0	1	0	1	11	0	1	1	0	1	0	16
Implantação de serviços diferenciados	0	0	0	0	0	0	0	2	0	4	1	1	8
Alteração de dados - Linha	0	0	1	0	0	0	0	1	3	0	0	0	5
Autorização de Viagem Parcial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Implantação de viagem semidireta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Paralisação de serviços diferenciados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reativação de serviço complementar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SUPAS, GERPA, Sistema de Gerenciamento de Permissões - SGP, 2011.

Dentre as alterações operacionais solicitadas via documento, as alterações de horários/frequências tiveram um incremento de, aproximadamente, 447% entre 2010 e 2011. Tal aumento pode ter ocorrido em decorrência da prática de tarifas promocionais, situação em que a alteração de horário via Sistema de Gerenciamento de Permissões – SGP implicaria o cancelamento da promoção por parte da empresa.

As alterações de esquemas operacionais de serviços apresentaram um acréscimo de 86% em 2011 em relação a 2010. Outros pedidos de alteração de serviço que sofreram acréscimos consideráveis no período são: implantação de serviços, que apresentou apenas nove solicitações em 2010, aumentando em 70, ou seja 677%, em 2011, e, supressão de seções (+128%).

Comparando-se os dados de 2011 com os de 2010 pode-se identificar que houve redução considerável nas implantações de serviços diferenciados (-83%).

De um modo geral, verifica-se um acréscimo de 41% nas solicitações de modificações/alterações operacionais entre 2010 e 2011, via documento, mesmo com pleno funcionamento dos sistemas automatizados de gestão.

Terminal Adicional – Resoluções nº 767/2004 e nº 1979/2007

O processo consiste na solicitação de autorização para utilização de terminal adicional por parte da empresa permissionária/autorizatória especial que deverá ser instruído com as informações citadas no art. 2º da Resolução nº 767/2004.

No ano de 2011 foram analisadas 3 (três) solicitações de utilização de Terminal Adicional, sendo deferidos 2 (dois) pedidos.

Operação Simultânea – Resoluções nº 1.421/2006 e nº 2.551/2008

Trata-se de pedido de utilização de um único ônibus para a operação simultânea de serviços de mesma categoria de transporte rodoviário de passageiros, operados por uma mesma permissionária.

Em 2011, foram analisados 92 (noventa e dois) processos de solicitações de operação simultânea, conforme quadro a seguir.

Operações simultânea de serviços

Meses												Total
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
5	3	4	5	10	6	13	11	13	10	6	6	92

Fonte: SUPAS, GERPA, 2011.

Ocorreu em 2011 um aumento de aproximadamente 44% nas solicitações de operação simultânea de serviços em relação a 2010. Do total de pleitos analisados, 38% foram solicitações de prorrogação de autorizações concedidas em 2010. Infere-se a partir de tal incremento que as transportadoras estão buscando a racionalização dos serviços por elas operados.

Frequência Mínima – Resoluções nº 597/2004, nº 2275/2007 e nº 2528/2008

Em 2011, foram analisados os pleitos conforme quadro apresentado a seguir.

Redução de frequência mínima

Ação	Total
Arquivamento/Desistências	9
Pleitos deferidos ⁽¹⁾	35
Pleitos indeferidos ⁽¹⁾	24
Pleitos em andamento	68
Total de processos	135

Considerados somente os pleitos cujas portarias foram publicadas em 2011.
Fonte: SUPAS, GERPA, 2011.

Procedimentos realizados

Procedimento	Total
Comunicação de impossibilidade de atendimento do pleito.	30
Solicitação de informações e/ou esclarecimentos complementares.	63
Deferimento de pleitos	43
Indeferimento de pleitos	26
TOTAL	162

Fonte: SUPAS, GERPA, 2011.

Em 2011, houve 135 solicitações de redução de frequência mínima, o que comparando com 2010 (129 pleitos), representou um aumento de 4,7%. Foram deferidos 43 pleitos, embora somente 34 tenham tido portaria publicada em 2011, devido principalmente à publicação da Deliberação nº 68/2011, que estabeleceu procedimentos internos que passaram a demandar mais tempo para a deliberação dos pleitos. Foram indeferidos 26 pleitos em 2011, o que representou o dobro dos pleitos indeferidos em 2010.

Utilização de Ônibus de Terceiros – Resoluções nº 870/2005 e nº 1417/2006

Trata-se de utilização de ônibus de outras empresas, sejam permissionárias, autorizatárias especiais, fretamento e turismo, que estejam regularizados junto à ANTT nas hipóteses constantes do art. 2º da Resolução nº 1417/2006, devendo o requerimento ser instruído com a documentação exigida no art. 3º da citada legislação. O quantitativo de pleitos analisados consta no quadro a seguir.

Pedidos de utilização de ônibus de terceiros

Ação	Meses												Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
▪ Autorizatárias sob regime especial para autorizatárias sob regime especial (a)	3	10	5	2	2	2	0	4	1	0	3	5	37
▪ Autorizatárias (empresas do fretamento) para autorizatárias sob regime especial (b)	6	19	5	9	3	3	1	5	2	0	17	21	90
▪ Autorizatárias e Autorizatárias Especiais para Autorizatárias Especiais (c)	0	1	1	3	1	10	3	0	1	1	9	2	29
▪ Decisão judicial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
▪ Montadora para permissionária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAIS	9	30	11	14	6	15	4	9	4	1	29	28	156
▪ Indeferidos	1	2	2	7	2	2	2	1	0	0	0	1	18

Fonte: SUPAS, GERPA, 2011.

Convenção: (a) do serviço regular para o regular; (b) do fretamento para o regular; (c) do serviço regular e fretamento para o serviço regular.

Os meses de novembro e dezembro representaram aproximadamente 37% do total de pleitos analisados durante o ano. Tal percentual pode ser justificado pelo fato de que 100% dos pleitos foram fundamentados no inciso I, art. 2º, da Resolução ANTT nº 1417/2006, que estabelece um prazo máximo de até 90 dias para utilização de veículos de propriedade de outra empresa para atendimento de variação incomum e temporária de demanda de um serviço, sobretudo em períodos e datas festivas, religiosas e feriados prolongados.

Em comparação com os dados de 2010, a utilização de ônibus de autorizatárias sob regime especial para autorizatárias também sob o regime especial apresentou uma redução de 42% em 2011, sendo que 76% dos empréstimos ocorreram de autorizatárias (serviço fretado) para autorizatárias em regime especial (serviço regular). Os casos de indeferimento, em 2011, aumentaram em 29% no período.

Em 2011, foram indeferidos 18 pleitos de utilização de veículos de terceiros (28% a mais que em 2010). Tais indeferimentos são devidos principalmente à falta de comprovação de demanda atípica que justifique o empréstimo de veículo, quantidade insuficiente de motoristas cadastrada no SISMOT e a veículos das cedentes não cadastrados no SISFRET ou no SGP-Frota.

Tarifa Promocional – Resolução nº 1928/2007

Consiste na possibilidade de reduzir valor da tarifa pelas empresas permissionárias/autorizatárias em regime especial em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos usuários. Foram requeridos e cadastrados no SGP 18.632 pedidos sobre tarifa promocional, como demonstra quadro a seguir.

Solicitação/cancelamento de tarifa promocional - VIA SGP

Ação	Meses												Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Tarifa promocional (Via SGP)	915	757	1.212	1.056	959	2.631	1.514	1.710	2.085	1.170	3.277	1.346	18.632

Fonte: SUPAS, GERPA, SGP, 2011.

Ressalte-se que as datas referem-se ao período de solicitação e não necessariamente de implementação da tarifa promocional.

Transferência de Serviços – Resoluções nº 1445/2006 e nº 3076/2009

Os processos de transferência de linhas fundamentados na Resolução ANTT nº 1.445/06 foram arquivados devido à publicação das Resoluções ANTT nºs 2868 e 2869/08 e alterações, que transformaram as permissões em autorizações em regime especial. A Resolução ANTT nº 3076/09 estabelece os critérios e procedimentos para a transferência de serviços operados por empresas que possuem autorização sob regime especial. Ao longo de 2011 foram autorizadas a transferência de 3 (três) serviços a 3 (três) empresas operadoras.

CADASTRAMENTO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE REGULAR

Ativação de Frota – Resolução nº 839/2005

Trata-se de procedimento de cadastramento de veículos, de responsabilidade das empresas prestadoras de serviços, no SGP, via internet. Após o pré-cadastro, devem enviar cópias do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos – CRLV, da apólice de seguros e de contrato de arrendamento, se houver, para sua **ativação**. Somente após ativação no sistema, é que as empresas podem operar seus veículos. No quadro a seguir é apresentado o quantitativo de ônibus ativos e pendentes de ativação, destacando que não necessariamente todos os veículos que estão ativos estão sendo utilizados pela transportadora.

Frota de ônibus ativos e pendentes de ativação

Mês	Situação	Número de Veículos
Janeiro	Ativos	16.611
	Pendentes de ativação	1.600
Fevereiro	Ativos	16.641
	Pendentes de ativação	1.621
Março	Ativos	16.805
	Pendentes de ativação	1.597
Abril	Ativos	16.821
	Pendentes de ativação	1.469
Maio	Ativos	16.667
	Pendentes de ativação	1.598
Junho	Ativos	16.631
	Pendentes de ativação	1.586
Julho	Ativos	16.564
	Pendentes de ativação	1.742
Agosto	Ativos	16.271
	Pendentes de ativação	2.190
Setembro	Ativos	16.516
	Pendentes de ativação	2.079
Outubro	Ativos	16.492
	Pendentes de ativação	1.962
Novembro	Ativos	16.718
	Pendentes de ativação	1.914
Dezembro	Ativos	16.778
	Pendentes de ativação	1.904

Fonte: SUPAS, GERPA, SGP-FROTA, 2011

Por iniciativa da ANTT, foi solicitado às empresas transportadoras a atualização, junto às Seguradoras, dos dados relativos às apólices de seguros dos veículos constantes do Banco de Seguro de Responsabilidade Civil – SRC. Além disso, foi solicitado que as empresas transportadoras atualizassem as informações sobre acessibilidade dos ônibus constantes do banco de dados do SGP-Frota para veículos fabricados a partir de 2008 que, conforme previsão legal, devem sair de fábrica, desde então, adaptados.

Cadastro de Motoristas – Resolução nº 1971/2007

Conforme disciplina a Lei nº 9.503/07 (Código de Trânsito Brasileiro), é obrigatório o cadastramento dos

motoristas e o encaminhamento das certidões criminal federal e estadual de cada um. Nos quadros a seguir são apresentados dados relativos à quantidade de motoristas ativos, demitidos e pendentes de ativação no período.

Motoristas ativos, demitidos e pendentes de ativação

Mês	Situação	Quantidade	Mês	Situação	Quantidade
Janeiro	Ativo	25.184	Julho	Ativo	27.133
	Demitido	18.444		Demitido	21.560
	Pendente Ativação	3.914		Pendente Ativação	4.558
Fevereiro	Ativo	25.413	Agosto	Ativo	27.574
	Demitido	19.401		Demitido	21.837
	Pendente Ativação	3.966		Pendente Ativação	4.900
Março	Ativo	25.679	Setembro	Ativo	28.064
	Demitido	19.780		Demitido	22.123
	Pendente Ativação	4.021		Pendente Ativação	5.152
Abril	Ativo	26.042	Outubro	Ativo	28.711
	Demitido	20.288		Demitido	22.372
	Pendente Ativação	4.117		Pendente Ativação	5.384
Maio	Ativo	26.407	Novembro	Ativo	29.144
	Demitido	20.696		Demitido	22.494
	Pendente Ativação	4.234		Pendente Ativação	6.021
Junho	Ativo	26.817	Dezembro	Ativo	27.133
	Demitido	21.198		Demitido	21.560
	Pendente Ativação	4.366		Pendente Ativação	4.558

Fonte: SUPAS, GERPA, SISMOT, 2011.

Ressalte-se que, conforme disposições da Resolução ANTT nº 1971/2007, as permissionárias e autorizatárias somente poderão usar serviços de condutores regularmente cadastrados nesta Agência. Foi solicitado à empresa a atualização dos dados de todos os motoristas constantes do SISMOT, estando o processo em andamento.

Empresas e Serviços Regulares por tipo de Serviço

Relativamente ao ano anterior, a quantidade de empresas autorizatárias especiais de serviços regulares de transporte rodoviário de passageiros não sofreu alteração significativa. Em relação a 2010 houve o aumento de 3 (três) empresas em relação ao total de empresas no final de 2011, totalizando 260 (duzentos e sessenta). A variação do quantitativo de empresas transportadoras em operação é decorrente, principalmente, de decisões judiciais.

No quadro a seguir são apresentadas as empresas autorizatárias especiais de serviços regulares de transporte rodoviário de passageiros por tipo.

Empresas e serviços regulares por tipo de serviço

Discriminação	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Empresas Permissionárias e Autorizatárias Especiais ¹	259	259	259	258	257	259	262	260	261	262	263	260
Serviços Regulares Ativos ²	2.716	2.723	2.713	2.710	2.680	2.674	2.658	2.661	2.659	2.664	2.652	2.655
Básicos ³	1.790	1.792	1.793	1.790	1.781	1.780	1.767	1.761	1.760	1.762	1.752	1.750
Complementares ⁴	523	523	517	517	512	511	505	505	505	505	502	502
Diferenciados	403	408	403	403	387	383	386	395	394	397	398	403

Fonte: SUPAS, GERPA, Sistema de Gerenciamento de Permissões - SGP, 2011.

¹ Inclui empresas permissionárias, autorizatárias especiais e por autorização judicial.

² Inclui serviços autorizados por decisão judicial.

³ Serviços inicialmente outorgados, permissões, hoje 36 permissionárias e as demais autorizatárias especiais ou por autorização judicial.

⁴ Serviços autorizados, a partir de um serviço básico, após a promulgação da CF de 1988, com base no Regulamento em vigor, Decreto no 92.353/86, revogado pelo Decreto no 952/93. Os serviços existentes até a publicação do Decreto no 96.756/88, foram, por este, transformados em básicos, no regime de permissão. As variações são decorrentes dos ajustes introduzidos após análise das permissões (Acórdão do TCU nº 1.918/2003 - Plenário).

REAJUSTE DAS TARIFAS DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS – RESOLUÇÕES Nº 1.627/2006 E Nº 2.130/2007

Atualmente, tanto os serviços de longa distância quanto o semiurbano são reajustados por meio de fórmulas paramétricas que consideram os custos operacionais desses serviços. As fórmulas contêm índices oficiais de preço estabelecidos pela Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Para o serviço semiurbano os índices são apurados de maio de um ano a abril do ano seguinte, e resultou no reajuste de 4,639%, aplicado a partir de 31 de julho de 2011, conforme Resolução ANTT nº 3.689/2011. Para o serviço de longa distância, os índices são apurados de junho de um ano a maio do ano seguinte, e resultou em um reajuste de 5,017% aplicado a partir de 1º de julho de 2011, conforme Resolução ANTT nº 3.687/2011.

OUTRAS ATIVIDADES

Serviços Regulares Autorizados Implantados

Durante o ano, 98 (noventa e oito) serviços de transporte rodoviário de passageiros passaram a operar por autorização da ANTT ou por decisão judicial. Autorizados pela ANTT foram 51 serviços, todos diferenciados; por autorização judicial foram cadastrados 47 serviços.

Serviços Regulares Paralisados

Em relação à paralisação de serviços de transporte rodoviário de passageiros, com o objetivo de manter a qualidade dos serviços, foi publicada a Resolução ANTT nº 3.076, de 26/03/2009 que, dentre outros procedimentos, estabeleceu critérios e procedimentos para a paralisação de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros operados sob o regime de autorização especial. Ao longo de 2011, foram paralisados 134 (cento e trinta e quatro) serviços, que somente foram deferidos após constatação de que os usuários não ficariam desassistidos.

Atendimento a Solicitações Envolvendo Permissonárias e Autorizatórias em Regime Especial

Dentre as diversas atividades da ANTT, no âmbito de regulação e controle da prestação dos serviços de transporte interestadual, internacional e semiurbano de passageiros, é importante destacarmos as ações elencadas a seguir:

Atendimento a solicitações diversas de permissonárias e autorizatórias em regime especial

Ação	Meses												Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Solicitações gerais por parte de representantes de empresas permissonárias, Órgãos Públicos, Políticos, Associações, Decisões Judiciais etc.	11	13	12	12	17	28	18	23	20	9	13	33	209
Audiência Judicial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Denúncias de empresas e usuários	10	7	11	5	7	8	4	5	8	5	2	3	75
Envio de Certidões / Informações / Esclarecimentos	12	3	8	7	7	5	3	7	12	5	7	5	81
Solicitação de linha (Estudos de Viabilidade)	5	9	10	3	4	3	5	22	7	8	9	11	96
Terminal Rodoviário Adicional	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	3
Recursos Administrativos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cópia de processos	2	8	1	5	13	3	4	7	6	8	6	3	66
Audiências Públicas	0	0	2	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3
TOTAL	40	40	44	32	48	47	35	65	53	36	37	56	533

Fonte: SUPAS, GERPA, 2011.

Coleta de Dados Operacionais – Resolução nº 3524/2010

De acordo com a Resolução ANTT nº 3524/2010, as empresas devem enviar para a ANTT os Dados de Desempenho Operacional e dos Balancetes Analíticos Mensais relativo ao desempenho operacional. A ANTT disponibiliza, via web, o sistema SISDAP para que as mesmas acessem e informem os dados solicitados. Dentre as informações prestadas constam aquelas referentes ao atendimento ao deficiente físico e ao idoso. No quadro a seguir consta o quantitativo de empresas operadoras que enviaram os dados nos prazos previstos na legislação.

Coleta de dados operacionais

Ação	Percentual Médio de Empresas que Prestaram Informações
Coleta de Dados Operacionais 1º trimestre de 2011	75%
Coleta de Dados Operacionais 2º trimestre de 2011	75%
Coleta de Dados Operacionais 3º trimestre de 2011	72%
Coleta de Dados Operacionais 4º trimestre de 2011 (*)	61%

Fonte: SUPAS, GERPA, Dados preliminares SISDAP, 2011.
(*) Dados fornecidos até 15/02/2011.

Para as empresas que não apresentam os dados no prazo estipulado, é solicitado à SUFIS que proceda à autuação das empresas inadimplentes, bem como fica impossibilitada a análise de diversas solicitações de alteração ou modificação de serviço.

ESTUDOS DE VIABILIDADE

O estudo de viabilidade é realizado quando há solicitação de autorização para operar uma linha ou requer instauração de processo de licitação para determinada linha.

Se o estudo indicar que a ligação tem potencial de exploração autônoma, ou seja, considerando apenas sua seção principal, é enviado ofício à empresa informando sobre a viabilidade. Contudo, considerando que se encontra definida a rede de linhas a serem licitadas no ProPass Brasil, informa-se também à empresa que essas linhas serão consideradas para futuras licitações.

Em caso de inviabilidade indicada pelo estudo, a empresa também é comunicada via ofício, ressaltando que após o processo licitatório serão definidas regras para adequação do serviço prestado com vista a atualizá-lo e aperfeiçoá-lo, incluindo a possibilidade de implantação de seção e, caso a ligação pretendida preencha os requisitos estabelecidos, a cidade poderá ser atendida diretamente por transporte interestadual de passageiros.

Foram realizados 101 estudos de viabilidade em decorrência das solicitações das empresas sobre pedidos de linhas.

TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS

Para prestação de serviços de transporte rodoviário internacional de passageiros é condição essencial o acordo entre os países. Atualmente, o Brasil possui acordo com os seguintes países: República da Argentina, Estado Plurinacional de Bolívia, República do Chile, República do Paraguai, República do Peru e República do Uruguai, firmado por meio do Decreto nº 99.704, de 20 de novembro de 1990; República Bolivariana da Venezuela, firmado por meio do Decreto nº 2.975, de 1º de março de 1999; República Cooperativista da Guiana, firmado por meio do Decreto nº 5.561, de 10 de outubro de 2005. E, ainda, encontra-se em andamento acordo com a Guiana Francesa. Além desses, ainda há os acordos fronteiriços considerados instrumentos necessários para a cooperação e desenvolvimento das regiões ao longo da fronteira em comum, tendo o trabalho conjunto das autoridades nacionais e municipais de ambos os países, que permita dar soluções aos problemas que envolvam a competência dos países signatários.

No caso do Brasil, há a obrigatoriedade legal de licitação para a delegação da prestação de serviços regulares rodoviários internacionais de passageiros, processo que está em andamento.

TEMPORADA TURÍSTICA

Os serviços de temporada turística internacional visam suprir um aumento de demanda em certas épocas do ano (alta temporada). São divididos em duas categorias: permanente e não permanente. Atualmente a temporada turística permanente está acordada entre Brasil e a Argentina e entre o Brasil e o Uruguai e a temporada turística não permanente entre Brasil e a Argentina.

O serviço de temporada turística permanente é aquele criado e acordado entre os países para atender à demanda em seção de uma linha internacional já existente. Este serviço, no Brasil, é realizado necessariamente pela empresa que opera a linha originária. Atualmente há 8 (oito) serviços de temporada turística permanente acordados com a Argentina e 2 (dois) com o Uruguai. Vale registrar que não há obrigatoriedade na prestação destes serviços visto que são operados de acordo com a demanda. A seguir, o quadro com descrição dos procedimentos relativos ao transporte internacional, bem como o quantitativo realizado.

Resumo dos procedimentos relativos ao transporte internacional

Ações	Total
Expedição/Renovação de Licenças Originárias	43
Expedição/Renovação de Licenças Complementares	17
Habilitação de frota de veículos que exploram serviços regulares internacionais	34
Modificação de serviços	19
Temporada permanente	3
Temporada turística não permanente	2
Atividades Diversas	59
Subtotal por Mês	177

Fonte: SUPAS, GERPA 2011.

A seguir, quadro resumo da agenda de trabalho do transporte internacional.

Reuniões MERCOSUL, Bilateral e Trilateral

Tipo	Discriminação
ATIT	XIV Reunião da Comissão de Seguimento do Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre – ATIT – Lima 29/11 e 1/12/11.
SGT 5 _ Transportes Do Mercosul	XLII Reunião do SGT-5 – Transportes do Mercosul – Montevideu 26,27 e 28/10/2011.
	Reunião Técnica Preparatória PA a XLII Reunião do SGT 5 – Transportes do MERCOSUL – Montevideu 28,29 e 30/09/2011.
Bilaterais	XII Reunião Bilateral Brasil/Bolívia – Santa Cruz de La Sierra, 03/11/2011.
	XXXII Reunião Bilateral Brasil/Paraguai – Foz do Iguaçu, 30 e 31/08/2011.
Trilaterais	II Reunião do Grupo de Trabalho Trilateral do Corredor Interoceânico, Bolívia, Brasil e Chile – Santa Cruz de La Sierra, 4 e 5/11/2011.

Fonte: SUPAS, GERPA, 2011.

TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS

Após a edição da Resolução ANTT nº 3.000/09, esta SUPAS passou a responder pela gestão, regulamentação e controle da execução quanto à prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros regular e não regular e com finalidade turística, histórico-cultural e comemorativa.

TRANSPORTE REGULAR FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS

Atualmente, existem dois trechos na malha federal concedida onde são prestados os serviços de transporte de passageiros de caráter regular: a Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM, entre os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais e a Estrada de Ferro Carajás - EFC, que percorre os Estados do Pará e Maranhão, ambos os serviços estão sob a responsabilidade da concessionária VALE S.A.

Serviço de transporte ferroviário de passageiros

Trecho	UF	Extensão (KM)	Concessionária	Outorga
Parauapebas/São Luis - Estrada de Ferro Carajás –EFC	PA/M A	892	Companhia Vale do Rio Doce - CVRD	Decreto de 27/06/1997
Vitória/Belo Horizonte - Estrada de Ferro Vitória-Minas –EFVM	ES/M G	664	Companhia Vale do Rio Doce - CVRD	Decreto de 27/06/1997

Fonte: ANTT, Concessões Ferroviárias, Trens de Passageiros, 2011.

Trens regulares (passageiros transportados) - 2011

Empresa	Trecho	Total Ano
VALE	Parauapebas/São Luis - EFC	341.535
	Vitória/Belo Horizonte - EFVM	966.794
TOTAIS		1.308.329

Fonte: ANTT, Concessões Ferroviárias, Evolução do Transporte Ferroviário, 2011.

TRANSPORTE TURÍSTICO E COMEMORATIVO – RESOLUÇÃO Nº 359/2003.

Trata-se de autorização para o transporte ferroviário não regular e eventual de passageiros, com finalidade turística ou comemorativa, onde a empresa interessada solicita a operação do serviço, mediante apresentação de requerimento acompanhado da documentação especificada na Resolução nº. 359/2003.

No ano de 2011, foram autorizadas 4 (quatro) operações para trens turísticos e comemorativos, além de 26 (vinte e seis) já autorizadas nos anos anteriores a 2011.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DO SERVIÇO REGULAR

Dentre os sistemas utilizados, destaca-se o Sistema de Gerenciamento de Permissões - SGP, utilizado na gestão e controle do serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional regular de passageiros, que utiliza base de dados georreferenciada, permitindo uma interface dinâmica, integrada e de fácil utilização, possibilitando visualização e manipulação gráfica dos dados.

Quanto à acessibilidade ao sistema, foram realizados 7.253 acessos ao SGP via Web, sendo que o principal motivo foi o cadastramento de tarifa promocional, seguido de alterações de quadro de horários.

Com a implantação do SGP, as empresas passaram a acessar diretamente o sistema para realização de agendamentos e alterações, conforme se verifica nas tabelas a seguir.

Alterações nos quadros de horários via documento - por ano

Anos	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Quantidades	1.176	759	1.651	927	884	142	28	153

Fonte: SUPAS, GERPA, TRANSP/SGP, Período de 2004 a 2011.

Alterações nos quadros de horários via SGP - por mês

Ação	Meses												Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Alteração de Horários (Via SGP)	53	86	91	57	100	112	146	111	128	93	83	139	1.199

Fonte: SUPAS, GERPA, SGP, 2011.

Solicitações/cancelamentos de tarifa promocional - Via SGP

Ação	Meses												Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Tarifa promocional (Via SGP)	915	757	1.212	1.056	959	2.631	1.514	1.710	2.085	1.170	3.277	1.346	18.632

Fonte: SUPAS, GERPA, SGP, 2011.

Em 2011, houve um aprimoramento do Sistema de Gerenciamento de Permissões – SGP, com pequenas adequações, o que permitiu maior agilidade, confiabilidade, dentro outras melhorias.

Observa-se que em 2011, ocorreu aumento tanto nas alterações de quadro de horários (+56%), quanto no cadastramento de tarifas promocionais (+20%) via SGP, em comparação a 2010. Tais alterações, na maior parte, visam a uma melhor adequação dos serviços às necessidades dos usuários e empresas.

OUVIDORIA

Esta Superintendência respondeu aproximadamente 1.144 informações à Ouvidoria, envolvendo todos os tipos de assuntos, dentre os quais: estatuto do idoso, operação irregular dos serviços de transporte interestadual e internacional de passageiros, passe livre da pessoa com deficiência, dentre outros.

REGULAÇÃO E OUTORGA

Uma das atividades da SUPAS consiste na elaboração de regulamentos e planos de outorga de serviços de transporte de passageiros.

ProPass Brasil

A SUPAS desenvolveu instrumentos e atividades necessárias ao processo de licitação e outorga dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros que operam atualmente sob o regime de Autorização Especial.

O ProPass Brasil - Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros, foi criado por meio da Deliberação nº 407/2008, com o objetivo de reestruturar o transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, com distância superior a 75 km e com distância igual ou inferior a 75 km, decorrente da definição da nova rede de transporte, a partir da apresentação dos elementos operacionais e da disponibilização dos estudos de viabilidade econômico-financeiros desses serviços. Nos subitens seguintes, são relatadas as atividades relacionadas à preparação dos instrumentos de delegação (PGO, Editais e Contratos), relativos aos serviços interestaduais de longa distância (rodoviário), interestaduais semiurbanos e internacionais (de longa distância e semiurbanos), envolvendo:

- A obtenção dos insumos necessários pesquisas de campo (oferta e demanda) e estudos técnicos (custos dos serviços; características e reclassificação dos serviços interestaduais semiurbanos; racionalização de rede; condições necessárias à delegação administrativa dos serviços semiurbanos; avaliação do regime de delegação dos serviços internacionais);
- A elaboração dos Planos de Outorgas, com os projetos básicos correspondentes;
- A elaboração de Editais de Licitação e das minutas dos Contratos de Permissão;
- A aprovação dos instrumentos por parte do Ministério dos Transportes (PGO) e do Tribunal de Contas da União (Editais e minutas de contratos);
- A realização de Audiências Públicas (PGO's e Editais);

SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERESTADUAL DE PASSAGEIROS, OPERADOS COM ÔNIBUS DE CARACTERÍSTICAS RODOVIÁRIAS – LONGA DISTÂNCIA.

Audiência Pública 120/2011

Em 9 de agosto de 2011, iniciou-se a Audiência Pública nº 120/2011, que trata do Plano de Outorga encaminhado ao Ministério dos Transportes em 26 de maio de 2011, por meio do Ofício nº 329/2011/GAB/DG, aprovado em 02 de agosto de 2011, referente aos serviços operados por ônibus de características rodoviárias. Durante o período de contribuições iniciado em 9 de agosto de 2011 e finalizado em 13 de outubro de 2011, foram realizadas sessões públicas em Fortaleza - CE (17/8/2011), Porto Alegre - RS (19/8/2011), São Paulo - SP (23/8/2011), Brasília - DF (23/9/2011), Recife - PE (21/9/2011), Belo Horizonte - MG (23/9/2011) e Rio de Janeiro - RJ (3/10/2011).

Ao final do processo de recebimento de contribuições na Audiência Pública 120/2011, foram recebidas 256 contribuições, abordando 791 tópicos do Plano de Outorgas. O processo da Audiência Pública contou com a participação de vários setores da Agência e desta SUPAS – ASCOM, Ouvidoria, Procuradoria – Geral, GERPA e GEROT, envolvendo 65 servidores.

Plano de Outorga e Projetos Básicos

Adequações considerando a Audiência Pública nº 120/2011. Durante a realização da Audiência Pública, iniciou-se o trabalho de análise das contribuições recebidas com estudos que objetivam o aprimoramento do Plano de Outorgas, conforme descrito a seguir:

- Ajustes no escopo de linhas e seções a licitar, implicando:
 - A incorporação de mercados novos relevantes;
 - A incorporação das seções interestaduais de linhas internacionais;
 - A incorporação de linhas com extensão igual ou inferior à 75 km não mantidas nos Planos de Outorgas dos serviços semiurbanos
 - A incorporação das linhas com contrato vigente com previsão de término entre os anos de 2013 e 2014;
 - A análise de solicitações de implantação de linhas/seções sugeridas na Audiência Pública por meio da realização de estudos de viabilidade e análise de frequência, com vistas a avaliar a possibilidade de incorporá-las na rede de linhas prevista para licitação.
- Avaliação e análise para criação de novas linhas provenientes da divisão de linhas com origem e destino na mesma UF para atender mercados interestaduais;
- Realização de estudos sobre o nível de eficiência, visando à definição do Índice de Aproveitamento mais adequado para o trecho crítico e para os diferentes períodos típicos mensais (pico e entrepico) considerando impacto na frota e no IAP médio do sistema;

- Revisão de itinerários redundantes e reativação dos considerados mais eficientes, dado o tipo de pavimento;
- Revisão dos parâmetros operacionais e econômico-financeiros (frequências, tempo de ciclo, nível de concorrência, frota, quadro de horários e coeficientes tarifários);
- Reequilíbrio dos lotes em função das alterações realizadas;
- Revisão da frota reserva, incluindo avaliação espacial em decorrência da necessidade de atender, sobretudo, linhas mais longas;
- Revisão da relação de linhas constantes no Decreto do Conselho Nacional de desestatização - CND para desestatização dos serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros.

Após a conclusão da análise das contribuições da Audiência Pública nº 120/2011 será feita a revisão do Plano de Outorga e dos projetos básicos para dar continuidade ao Processo licitatório e elaboração de Nota Técnica consolidando as alterações realizadas.

Divulgação

Para divulgação do ProPass Brasil foram realizadas as seguintes atividades:

- Elaboração de três cartilhas objetivando facilitar a compreensão da sociedade sobre aspectos relevantes da licitação. Essas cartilhas foram distribuídas nas seções públicas da Audiência Pública 120/2011 e em eventos realizados na ANTT;
- Elaboração de um *hotsite* específico sobre o ProPass Brasil (<http://propass.antt.gov.br>), com o objetivo de divulgar informações e esclarecer dúvidas sobre o assunto. No site é possível:
 - Acompanhar as últimas notícias relacionadas ao ProPass Brasil;
 - Acessar documentos relacionados à licitação, como cartilhas, relatórios e apresentações;
 - Consultar localidades que serão atendidas e dados do ProPass por Estado;
 - Acessar as matérias tratadas no âmbito das Audiências Públicas relacionadas ao ProPass;
 - Consultar as perguntas frequentes;
 - Encaminhar dúvidas e questionamentos referentes à licitação à ANTT.
- Divulgação ampla da Audiência Pública 120/2011, e suas 8 sessões públicas, em vários canais de comunicação – aviso de publicação nos jornais de maior circulação, em rádios, em chamamentos via Ofícios-convites, no site eletrônico da ANTT, entre outros.

Adicionalmente, durante o segundo semestre, realizou-se o atendimento às solicitações da imprensa por informações relacionadas à pesquisa de campo realizada e sobre a licitação dos serviços operados por ônibus rodoviário e respostas a questionamentos de usuários provenientes do site do ProPass e da Ouvidoria da ANTT.

Elaboração do Edital de Licitação, Contrato, e respectivos anexos

No segundo semestre de 2011, foram finalizados estudos com vistas à adequação das minutas de Edital de Licitação e do Contrato de Permissão, com várias reuniões de trabalho técnico e junto ao corpo diretivo da ANTT. Nesse sentido, foi desenvolvido, entre outros, o plano de negócios a ser incluído como requisito de qualificação das proponentes à licitação dos serviços, e adequados os estudos referentes aos critérios para adequação e expansão dos serviços ao longo do prazo contratual (regras de flexibilização) e ao sistema de avaliação de desempenho das permissionárias.

Concluídas as tratativas institucionais e os trabalhos técnicos necessários para a definição de matérias regulatórias e diretrizes jurídico-legais necessárias, firmaram-se as minutas do edital de licitação e do contrato de permissão, aprovadas no âmbito da Diretoria Colegiada desta Agência. Ao final do ano, foi aberto o processo da Audiência Pública nº 121/2011 (10/01/12 a 09/03/2012), com o objetivo de obter subsídios e informações adicionais sobre as Minutas do Edital de Licitação e Contrato de Permissão dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros, operados por ônibus do tipo rodoviário, oportunidade em que os interessados poderão encaminhar seus pleitos e sugestões relacionados à matéria objeto do processo.

SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERESTADUAL DE PASSAGEIROS – SEMIURBANO

Dando continuidade aos trabalhos realizados no âmbito do Contrato nº 006/2010, firmado com o objetivo de realizar pesquisas e estudos para obter subsídios para o processo de licitação dos Serviços de Transporte Rodoviário Semiurbano Interestadual de Passageiros, foram entregues pela FIPE, no 2º semestre de 2011, novas versões dos Produtos 4b, referente à modelagem operacional e econômico financeira dos Serviços Semiurbanos que atendem a região do Distrito Federal e dos Municípios de seu entorno; 7a.2, composto

pelos Projetos Básicos, e pelas minutas de Edital de Licitação e de Contrato de Permissão dos Serviços Semiurbanos que atendem a região do Distrito Federal e dos Municípios de seu entorno; e 8, Sumário Executivo do trabalho. As novas versões dos produtos foram analisadas, com a aprovação dos Produtos 4b e 7a.2. No que se refere ao Produto 8, continuaram as tratativas junto à contratada com vistas a realizar os ajustes necessários nos documentos encaminhados à ANTT.

Elaboração do Plano de Outorga e Projetos Básicos

Após os ajustes necessários nos produtos provenientes do Contrato nº 006/2010 e do aprofundamento das discussões referentes aos modelos funcional, de remuneração, de gestão e controle, e jurídico, inclusive com a confecção das planilhas de referência para cálculo dos coeficientes tarifários a serem incluídas nos Projetos Básicos e elaboração de documentação contendo a metodologia utilizada e documentação com os resultados obtidos para cada Projeto Básico, foi finalizado o Plano de Outorga e os Projetos Básicos referentes aos serviços de transporte rodoviário semiurbano de passageiros da região do Distrito Federal e seu Entorno, encaminhado ao Ministério dos Transportes em 1º de novembro de 2011, assim como o Plano de Outorga e os Projetos Básicos das demais regiões do país, enviado para análise pela Procuradoria-Geral da ANTT em 09 de dezembro de 2011.

Elaboração do Edital de Licitação, Contrato, e respectivos anexos

Com base nos produtos originários do Contrato nº 006/2010, foram iniciadas discussões técnicas e adequações nos documentos que resultarão no Edital de Licitação, Contrato de Permissão e seus respectivos anexos.

Delegação Administrativa

Foi dada continuidade às tratativas institucionais com o Governo do Distrito Federal com o objetivo de buscar um modelo de licitação que favoreça uma possível integração entre o sistema de transporte interestadual semiurbano de passageiros com o sistema de transporte coletivo de passageiros do Distrito Federal, tendo em vista a sobreposição dos dois sistemas de transporte.

Nesse sentido, técnicos da SUPAS participaram de Audiência Pública sobre a Concessão de Serviços do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (STPC-DF), realizada em 14 de dezembro de 2011, que teve como objetivo debater o novo modelo de concessão dos serviços do STPC-DF e apresentar o Sistema Integrado de Mobilidade (SIM) adotado no âmbito do Distrito Federal.

SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS – LONGA DISTÂNCIA E SEMIURBANO

Dando continuidade ao trabalho referente aos serviços de transporte rodoviário internacional de passageiros, após concluir a análise do tema em questão, a ANTT encaminhou ao Ministério dos Transportes, em 25 de julho de 2011, processo administrativo contendo estudos que indicam a necessidade de alteração do regime de delegação dos serviços regulares de transporte rodoviário internacional de passageiros.

A ANTT aguarda posicionamento do Ministério dos Transportes para dar continuidade ao trabalho.

REGULAÇÃO - ESTUDOS E RESOLUÇÕES

A SUPAS realizou estudos regulatórios e está conduzindo os processos de elaboração dos marcos regulatórios aplicáveis aos serviços de sua competência.

Aponta-se, na confecção dos atos normativos, a participação da SUREG, na análise da conformidade com a legística dos atos normativos, e da PRG, na análise das questões jurídicas suscitadas e da conformidade legal. Dentre os temas regulatórios abordados, destacam-se:

ACESSIBILIDADE

Estabelece normas e procedimentos para assegurar a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida na prestação dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros. Após o recebimento das contribuições e a realização de sessão presencial durante o 1º semestre de 2011 (Audiência Pública nº114/2011), ao longo do 2º semestre, foi iniciada a análise das contribuições recebidas.

UTILIZAÇÃO DE TERMINAL ADICIONAL

Dentro de um mesmo município: Altera a Resolução ANTT nº 767/07 que regula critérios e procedimentos

para autorização da utilização de terminal rodoviário adicional, dentro de um mesmo município, em ponto de seção autorizado, nos serviços regulares de transporte interestadual e internacional de passageiros, localizado após o início da viagem. Iniciou-se, no 2º semestre de 2011, a preparação de minuta de resolução, com o objetivo de rever a Resolução ANTT nº 767/07, de forma a ampliar o acesso ao sistema de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

BILHETES DE PASSAGEM

Substitui a Resolução ANTT nº 978/05 que fixa procedimentos relativos à venda de bilhetes de passagem nos serviços regulares de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e dá outras providências. Após o recebimento das contribuições e a realização de sessão presencial durante o 1º semestre de 2011 (Audiência Pública nº113/2011), ao longo do 2º semestre foi realizada a análise das contribuições recebidas. Elaborada nova minuta a ser submetida em Audiência Pública no 1º semestre de 2012.

ESQUEMA OPERACIONAL ESPECÍFICO

Alteração do § 4º, art. 2º, Título V, da Resolução ANTT nº 18, de 23 de maio de 2002: visa desenvolver os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional semiurbano de passageiros, tendo em vista as peculiaridades deste tipo de serviço.

Iniciou-se, no 2º semestre de 2011, estudos técnicos com o objetivo de estabelecer esquema operacional que efetivamente reflita os fatores que caracterizam a operação de transporte semiurbanos.

CARACTERÍSTICAS, ESPECIFICAÇÕES E PADRÕES TÉCNICOS DOS VEÍCULOS - DEFINIÇÕES

A serem observados nos ônibus utilizados na operação dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, assim como os multiplicadores tarifários a serem adotados nos serviços diferenciados.

No 2º semestre de 2011, deu-se continuidade às discussões referentes à minuta de resolução que trata das características, especificações e padrões técnicos a serem observados nos ônibus utilizados na operação dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, assim como os multiplicadores tarifários a serem adotados nos serviços diferenciados. Elaborada minuta a ser submetida à Audiência Pública no 1º semestre de 2012.

APLICAÇÃO DE PENALIDADES

Revisão da Resolução ANTT nº 233/03 e da Resolução ANTT nº 3075/09 que dispõem às infrações no Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros.

Durante o 2º semestre de 2011, iniciaram-se os estudos para atualização da legislação de penalidades, de forma a proporcionar mais segurança jurídica tanto na aplicação de penalidades quanto no julgamento de recursos.

ESTUDO DO USO DE MICROÔNIBUS/VANS, NO TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERESTADUAL DE PASSAGEIROS SOB O REGIME DE FRETAMENTO.

Ao longo do 2º semestre de 2011, foi criado grupo de trabalho que realizou reuniões de trabalho com o objetivo de analisar a possibilidade de permitir a adoção de micro-ônibus, inclusive vans, no transporte rodoviário interestadual de passageiros sob o regime de fretamento.

OUTROS ESTUDOS

MONITRIIP - Monitoramento Autorizado da Operação dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros

A SUPAS vem prestando apoio, no âmbito de suas competências, para a efetivação do Monitoramento Automatizado da Operação dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (MONITRIIP), cuja execução está sob a responsabilidade do Gabinete do Diretor Geral. Reuniões de trabalho foram realizadas com o objetivo de especificar os atributos a serem considerados no MONITRIIP. Com base nas decisões decorrentes de tais reuniões de trabalho, iniciou-se a especificação e o detalhamento de dados a serem coletados via MONITRIIP nos serviços de transporte rodoviário semiurbano de passageiros. Ressalte-se que a definição dos dados a serem coletados nos serviços de transporte rodoviário de passageiros de longa distância já havia sido feita anteriormente.

Ao longo desse trabalho, no 2º semestre de 2011, foram realizadas, visitas técnicas a sistemas de

monitoramento de transportes já em funcionamento no país, assim como a instituições capacitadas a fornecer soluções tecnológicas para o monitoramento de sistemas de transporte, de forma a colher subsídios para o desenvolvimento do MONITRIIP.

Cabe destacar que o projeto está, atualmente, em fase de contratação de empresa para realização de testes e validação dos modelos estudados até então pela ANTT.

Pesquisa de Satisfação do Usuário

Com o objetivo de elaborar Metodologia de Pesquisa de Satisfação dos Usuários de Serviços Regulados pela Agência, foi celebrado, em 20 de abril de 2011, o Contrato nº 006/2011, entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e o Consórcio Transplan/Futura.

De acordo com a Portaria nº 003/SUREG/ANTT, de 25 de abril de 2011, esta SUPAS integra Grupo de Apoio para a gestão do Contrato 006/2011, aportando atribuições eminentemente técnicas, no acompanhamento e fiscalização, tendo em vista a abordagem do transporte regular quanto do fretamento rodoviário interestadual e internacional de passageiros de longa distância e semiurbano, bem como do transporte ferroviário regular e turístico, assuntos afetos à SUPAS. As atividades para realização da Pesquisa de Satisfação do Usuário foram as seguintes:

Reuniões técnicas

- Reavaliação da amostra proposta, em razão da necessidade de utilizar dados de demanda provenientes das pesquisas realizadas pela ANTT no lugar de dados cadastrais disponibilizados pelas operadoras nos serviços de longa distância e semiurbanos e a necessidade de atualizar o escopo de linhas a serem pesquisadas;
- Observações da SUPAS relativas aos instrumentos de pesquisa propostos pela contratada; e a versão preliminar do Relatório 2 – Desenvolvimento da Metodologia da Pesquisa Quantitativa.
- Levantamento para subsidiar a reavaliação da amostra, de:
 - Dados de demanda dos serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros de longa distância (extensão superior a 75 km), com base na pesquisa de campo realizada pela Fipe/ANTT no âmbito do Contrato nº 060/2009;
 - Dados de demanda dos serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros de curta distância (extensão igual ou inferior a 75 km), com base na pesquisa de campo realizada pela Fipe/ANTT no âmbito do Contrato nº 006/2010 e número de viagens cadastradas no SISFRET e SISAUT.
- Participação em workshops que:
 - Apresentava os resultados da pesquisa qualitativa aplicada em todos os segmentos afetos à SUPAS (Produto 01), realizado em julho de 2011; e os resultados da aplicação do teste piloto, realizado para testar os instrumentos de pesquisa para todos os segmentos afetos à SUPAS (Produto 2), realizado em dezembro de 2011.
- Análise do Produto 01, referente aos itens 7.1.1 e 7.1.2, especificados no Termo de Referência da SDP Nº 003/ANTT/BIRD/2010;
- Acompanhamento da aplicação da pesquisa piloto para todas as modalidades (interestadual, semiurbano e ferroviário) nas cidades de Brasília/DF e Vitória/ES;
- Análise do relatório preliminar referente ao Produto 2, que contém os instrumentos de pesquisa utilizados, bem como os resultados do teste piloto, resultando na proposta de diversas alterações.

Outras Atividades

Além das atividades relatadas anteriormente, a SUPAS participou do evento Telecomunicações Ferroviária Brasil Portugal, e das discussões para a construção do acordo de cooperação técnica entre a ANTT e a *European Railway Agency* (ERA).

Transporte Ferroviário de Passageiros entre Luziânia (GO) – Brasília (DF)

Iniciou-se, no 2º semestre de 2011, o desenvolvimento de termo de referência para a contratação de empresa para promover os estudos técnicos necessários para embasar a posterior outorga da prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros na ligação Luziânia(GO) – Brasília (DF), no âmbito do acordo de cooperação técnica entre a ANTT, o Ministério da Integração Nacional, o Ministério dos Transportes, o Distrito Federal, o Estado de Goiás, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO).

Trem de Alta Velocidade (TAV)

A SUPAS participou das discussões acerca do sistema de indicadores adotado na proposta do projeto TAV, apresentando contribuições para seu aperfeiçoamento.

Inspeção Técnica Veicular

Para aperfeiçoar a gestão e o controle do Laudo de Inspeção Técnica (LIT), instrumento que tem por objetivo atestar a segurança dos veículos usados na prestação dos serviços de transporte de passageiros, foram realizadas diversas reuniões internas e externas no intuito de construir o modelo de negócio a ser adotado. As reuniões contaram com a participação de instituições como a Associação Nacional dos Organismos de Inspeção (ANGIS) e o Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN).

Simultaneamente, iniciou-se a construção de documento consolidando as necessidades das diferentes áreas da SUPAS em relação ao LIT, inclusive no que se refere a sistemas de informática para a gestão e controle dos referidos laudos. A SUPAS participou, ainda, de reunião promovida pela Comissão Técnica de Segurança Veicular da Associação Brasileira de Engenharia Automotiva (AEA), que tem como objetivo aprimorar os regulamentos e os procedimentos inerentes à inspeção veicular, de forma a conhecer mais profundamente o processo em questão e colaborar para a melhoria de sua gestão e controle.

Manual de Contabilidade

A SUPAS participou do grupo de acompanhamento da revisão dos manuais de contabilidade da ANTT, trabalho sob a gestão da SUREG, na análise dos modelos de relatórios e da documentação referente às modificações a serem incorporadas ao Manual revisado.

Carta de Serviços

Elaboração, em conjunto com a SUDEG e com a Assessoria da Diretoria Geral, dos itens afetos à SUPAS na Carta de Serviços da ANTT, conforme estabelecido no Decreto nº 6.932/2009 que *“Dispõe sobre a simplificação do atendimento público prestado ao cidadão, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma em documentos produzidos no Brasil, institui a “Carta de Serviços ao Cidadão” e dá outras providências”*.

Reuniões CONFAZ

Dando continuidade às atividades do Grupo de Trabalho constituído pela Portaria DG nº 77/2011 com objetivo de avaliar a possibilidade de agregar o equipamento de emissão de cupom fiscal (ECF) ao Sistema de Monitoramento de Transportes Rodoviário Interestadual de Passageiros – MONITRIIP, foram realizadas reuniões do subgrupo constituído para contribuir com requisitos técnicos com os procedimentos do CONVÊNIO ICMS 84/01, que *“estabelece procedimentos a serem observados pelas empresas prestadoras de serviço de transporte de passageiros, usuárias de equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), nas prestações de serviço de transporte intermunicipal, interestadual e internacional”*.

Em tais reuniões, buscou-se estabelecer adequações no Programa Aplicativo Fiscal (PAF), software utilizado no ECF, de forma a obter informações que permitam monitorar as atividades das empresas de transporte rodoviário interestadual de passageiros e, ainda, alimentar o sistema de avaliação de desempenho das permissionárias.

Adicionalmente, foi dada continuidade aos entendimentos com o objetivo de alinhar as especificações da Resolução ANTT nº 978/2005, que fixa procedimentos relativos à venda de bilhetes aos requisitos do PAF-ECF.

TRANSPORTE RODOVIÁRIO FRETADO INTERESTADUAL E INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS

O transporte fretado de passageiros compreende serviços prestados por empresas credenciadas (detentoras de Certificado de Registro para Fretamento - CRF), em circuito fechado, sem implicar o estabelecimento de serviços regulares, sem venda de bilhete de passagens, com relação de passageiros transportados e emissão de nota fiscal, para transporte eventual, com prévia autorização da ANTT.

A prestação dos serviços sob regime fretado atende o segmento interestadual e internacional. Na prestação dos serviços internacional são observados, além do previsto na Resolução ANTT nº 1.166/05, os Tratados, as Convenções e os Acordos Internacionais, dos quais seja signatário o Brasil, bem como as demais legislações pertinentes. Cabe à ANTT, através da SUPAS/GFRET, autorizar e controlar a prestação do serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento sob as formas: eventual e contínuo. O fretamento eventual são os serviços prestados em caráter ocasional.

O Transporte Fretado Eventual de Passageiros está classificado em diferentes formas de atendimento:

- Turístico: é o serviço prestado por agências de viagem com frota própria ou através da contratação de transportadoras turísticas, para a realização de viagens com finalidade turística, sendo atendidos todos os requisitos para a prática da atividade;
- Multimodal: é a forma de atendimento turístico, dependente de autorização especial, que têm etapas do itinerário realizadas em diferentes meios de transporte;
- Grupos: é o formato turístico, dependente de autorização especial, operado com viagens alternadas de grupos, desde que essas viagens mantenham uma relação de mesma origem e mesmo destino;
- Translado: é a forma de atendimento turístico, dependente de autorização simples, que cumpre o percurso realizado entre as estações terminais de embarque e desembarque de passageiros, meios de hospedagem e locais onde se realizem congressos, convenções, feiras, exposições de negócios e respectivas programações sociais.
- Trabalhadores: é o formato de viagem não turística, dependente de autorização especial, realizado para o transporte eventual de trabalhadores.

O serviço de fretamento contínuo é caracterizado por meio de contrato firmado, para viagens por período determinado, em circuito fechado (ida e volta), com itinerário, quantidade de viagens, frequência e horários pré-estabelecidos, e relação fechada de passageiros, destinado exclusivamente às seguintes entidades: empresas, associações, instituições de ensino ou agremiações estudantis, legalmente constituídas, para o transporte de seus empregados, alunos, professores ou associados; e entidades do poder público, quando não transporta pessoas em veículos próprios.

LEGISLAÇÃO E DISPOSIÇÕES REGULAMENTARES

A Resolução ANTT nº 1.166/2005, publicada no DOU de 25/10/2005, regulamenta os serviços de transporte rodoviário fretado interestadual e internacional de passageiros, por meio do Certificado de Registro para Fretamento - CRF. Em 2011 a SUPAS emitiu 1.654 (um mil, seiscentos e cinquenta e quatro) Certificados de Registro para Fretamento - CRF definitivos, com validade de 2 (dois) anos, para empresas que tiveram suas solicitações de cadastramento ou recadastramento aprovadas para prestação de serviços de transporte fretado de passageiros. A emissão de CRF em 2011, se manteve estável, com um decréscimo de 0,78% em relação ao ano anterior, e um aumento em torno de 8% em relação a 2009. Considerando o total de empresas com CRF ativo no cadastro do SISFRET, é possível inferir que esse acréscimo não representa tendência de crescimento pois trata-se de substituição de CRF definitivo.

Resoluções que autorizam a emissão de CRF

Resolução nº	Data Publicação	Qtd Empresas
3.623 de 19/01/2011	25/01/2011	275
3.639 de 24/02/2011	03/03/2011	111
3.662 de 28/04/2011	05/05/2011	407
3.685 de 08/06/2011	08/06/2011	211
3.692 de 14/07/2011	19/07/2011	180
3.700 de 03/08/2011	09/08/2011	81
3.721 de 28/09/2011	04/10/2011	114
3.740 de 25/11/2011	06/12/2011	275
Total Autorizado		1.654

Fonte: SUPAS, GFRET, 2011.

EMPRESAS HABILITADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO FRETADO

As empresas credenciadas (detentoras de CRF) a prestar serviços fretados de passageiros, por segmento de serviço, com habilitação válida em 31 de Dezembro de 2011, são apresentadas a seguir.

Empresas autorizadas por segmento de serviço

Segmento De Serviço	Empresas	
Interestadual (Exclusivamente)	986	28,3%
Internacional(Exclusivamente)	5	0,1%
Internacional e Interestadual	2.499	71,6%
TOTAL	3.490	100,0%

Fonte: SUPAS, GFRET (SISFRET), 2011.

FROTA DO SERVIÇO FRETADO

A Resolução ANTT nº 1.166, de 05/10/2005, exige das empresas prestadoras de serviços o cadastro de sua frota. As tabelas indicam o quantitativo e finalidade da frota habilitada à prestação dos serviços de fretamento:

Frota credenciada por segmento de serviço

Segmento de Serviço	Veículos	
Interestadual (Exclusivamente)	6.161	26,2%
Internacional(Exclusivamente)	19	0,1%
Internacional e Interestadual	17.309	73,7%
TOTAL	23.489	100,0%

Fonte: SUPAS, GFRET (SISFRET), 2011.

Relativamente ao ano anterior, a quantidade de empresa credenciada e respectiva frota (3.621 empresas e 22.879 ônibus, em 2010) não sofreram alterações significativas. A diferença apresentada em relação ao número de empresas é inferior a 3,62%, já a frota apresenta um acréscimo de 2,67%, que não caracteriza mudança significativa no perfil do mercado – uma diferença de menos 131 empresas no total de 3.490 credenciadas e um incremento de 610 ônibus no total de 23.489.

Quantidade de empresas por número de veículos

Qtd. Ônibus	Empresas Habilitadas			Ônibus Habilitados		
2	1.089	31,2%	31,2%	2.178	9,3%	9,3%
3 a 5	1.424	40,8%	72,0%	5.310	22,6%	31,9%
6 a 10	568	16,3%	88,3%	4.206	17,9%	49,8%
11 a 15	180	5,2%	93,4%	2.293	9,8%	59,5%
16 a 20	65	1,9%	95,3%	1.168	5,0%	64,5%
21 a 30	69	2,0%	97,3%	1.693	7,2%	71,7%
31 a 50	48	1,4%	98,7%	1.827	7,8%	79,5%
51 a 100	29	0,8%	99,5%	2.011	8,6%	88,1%
mais 100	18	0,5%	100,0%	2.803	11,9%	100,0%
TOTAL	3.490	100%		23.489	100%	

Fonte: SUPAS, GFRET (SISFRET), 2011.

No quadro anterior, apresenta-se o perfil dos operadores quanto ao tamanho da frota cadastrada. Cabe destacar que a faixa mais significativa é representada por empresas que possuem frota entre 3 e 5 veículos, ou seja, 1.424 empresas representando 40,8%, seguida das empresas com 2 veículos. Esses dois grupos representam 72% dos operadores deste serviço, majoritariamente formado por empresas de pequeno porte.

Idade da frota habilitada por modalidade de serviço

Idade (nº de anos)	Modalidade de Serviço			Total	
	Interestadual	Internacional	Interestadual e Internacional		
0 - 5	2.412	7	6.269	8.688	37,0%
6 - 10	1.213	5	3.434	4.652	19,8%
11 - 15	1.106	3	3.523	4.632	19,7%
16 - 20	865	2	2.557	3.424	14,6%
21 - 25	491	2	1.320	1.813	7,7%
26 - 30	70	-	189	259	1,1%
ACIMA 30	4	-	17	21	0,1%
Total de Veículos	6.161	19	17.309	23.489	1

Fonte: SUPAS, GFRET (SISFRET), 2011.

Desde 2009, empresas e frota não sofreram alterações quantitativas significativas, e a idade média da frota também se manteve praticamente a mesma. Quantidade de ônibus com até 5 anos de idade manteve-se relativamente inalterada, com uma leve tendência positiva, passou de 33,1% (2009) para 34,0% (2010) e em 2011 para 37,0%. A frota entre 16 a 20 anos reduziu de 15,1% para 15,0% em 2010, representando, em 2011, 14,6% do total da frota habilitada. A frota cadastrada com até 10 anos de idade representa 56,8%.

Frota autorizada por modalidades de serviço - por UF

UF	Modalidade de Serviço			Total	
	Interestadual	Internacional	Internacional e Interestadual		
AC			2	2	0,0%
AL	47		71	118	0,5%
AM	7		11	18	0,1%
AP				0	0,0%
BA	297		174	471	2,0%
CE	70		416	486	2,1%
DF	251		307	558	2,4%
ES	80		523	603	2,6%
GO	254		726	980	4,2%
MA	70		103	173	0,7%
MG	1.538		2.606	4.144	17,6%
MS	184		223	407	1,7%
MT	67		165	232	1,0%
PA	20	5	89	114	0,5%
PB	86		144	230	1,0%
PE	164		227	391	1,7%
PI	94		255	349	1,5%
PR	406		2.070	2.476	10,5%
RJ	600	3	2.033	2.636	11,2%
RN	122		146	268	1,1%
RO	19		20	39	0,2%
RR		6	11	17	0,1%
RS	154	2	1.780	1.936	8,2%
SC	136	3	1.167	1.306	5,6%
SE	74		131	205	0,9%
SP	1.391		3.836	5.227	22,3%
TO	19		44	63	0,3%
ñ informado	11		29	40	0,2%
Total de Veículos	6.161	19	17.309	23.489	100,0%

Fonte: SUPAS, GFRET (SISFRET), 2011.

A distribuição regional da frota manteve-se em 2009, 2010 e 2011, com aproximadamente 78% do total da frota cadastrada para o transporte fretado, concentrado nas regiões Sul e Sudeste (18.328 ônibus), com destaque para os estados de São Paulo com 22,3% e Minas Gerais com 17,6 % da frota. Na região Sul o estado mais representativo é o do Paraná com 2.476 veículos, seguido do Rio Grande do Sul com 1.936 veículos habilitados. Esses cinco estados são responsáveis por 70% da frota credenciada para o fretamento.

DADOS OPERACIONAIS DO TRANSPORTE FRETADO

Transporte Fretado Eventual

O controle do Transporte Fretado Eventual de Passageiros é realizado por meio do Sistema de Controle de Autorização de Viagem do Fretamento Eventual - SISAUT, sistema informatizado de emissão e armazenamento de informações deste serviço.

A ANTT disponibiliza, em sua página na Internet, o SISAUT, sistema *on-line*, para que as empresas acessem e emitam suas respectivas autorizações, conforme parâmetros exigidos na Resolução ANTT nº 1166/05, que regulamenta este serviço.

Autorizações de viagem eventual emitidas em 2011 - Por modalidade de serviço

Modalidade	Meses												Total	
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		
Interestadual	19.729	15.076	19.676	23.830	21.430	21.479	24.787	23.569	27.770	28.293	30.226	26.823	282.688	95,3%
Internacional	818	558	863	1.272	1.048	1.286	1.497	1.137	1.520	1.395	1.464	1.148	14.006	4,7%
TOTAL	20.547	15.634	20.539	25.102	22.478	22.765	26.284	24.706	29.290	29.688	31.690	27.971	296.694	100,0%
Participação %	6,9%	5,3%	6,9%	8,5%	7,6%	7,7%	8,9%	8,3%	9,9%	10,0%	10,7%	9,4%	100,0%	

Fonte: SUPAS, GFRET (SISAUT), 2011.

Houve um acréscimo de 7% nas autorizações emitidas em 2010 (297.795) em relação ao ano de 2009 (276.484), já em relação 2010/2011 observou-se uma ligeira queda de aproximadamente 0,4% no número de autorizações, motivada particularmente pela redução de autorizações interestaduais, apesar do volume de viagens do transporte fretado eventual internacional ter apresentado um aumento em torno de 16%, o que é pouco representativo em números absolutos.

Comparando 2009, 2010 e 2011, embora havendo variações entre o quantitativo de autorizações emitidas para viagens interestaduais e internacionais, a participação do setor internacional se mantém em torno de 4% do total de autorizações emitidas.

Quanto ao eventual turístico (forma mais comum), a autorização de viagem é emitida pelo SISAUT automaticamente, sem a necessidade de aprovação prévia da SUPAS. As demais formas (Multimodal, Grupos-mesma origem/mesmo destino, Translado e Trabalhadores) a emissão da Autorização de Viagem só é emitida após aprovação, caso a caso, pela SUPAS. As Autorizações de Viagem, sob regime fretado eventual, emitidas e estratificadas nas diferentes formas de atendimento, são apresentadas nos quadros a seguir.

Autorizações de viagens emitidas - mensal - Por tipo

Mês	Tipo De Autorização (Eventual)					Total	
	Turismo	Multimodal	Grupos	Translado	Trabalhadores		
JAN	20.509	1	35		2	20.547	6,9%
FEV	15.625			1	8	15.634	5,3%
MAR	20.485		4		50	20.539	6,9%
ABR	25.077	1	10		14	25.102	8,5%
MAI	22.460		6		12	22.478	7,6%
JUN	22.747		11		7	22.765	7,7%
JUL	26.221	3	55		5	26.284	8,9%
AGO	24.697	1	2		6	24.706	8,3%
SET	29.270	2	3		15	29.290	9,9%
OUT	29.644		11		33	29.688	10,0%
NOV	31.660				30	31.690	10,7%
DEZ	27.936		13		22	27.971	9,4%
TOTAL	296.331	8	150	1	204	296.694	100,0%
Participação %	99,9%	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%	100,0%	

Fonte: SUPAS, GFRET (SISAUT), 2011.

Basicamente a representatividade das diferentes formas de atendimento do serviço de fretamento (Turístico, Multimodal, Grupos, Translado e Trabalhadores) se manteve inalterada, com as autorizações de transporte fretado eventual turístico, representando 99,9% do total.

A região Sudeste é a mais representativa com 46,7% do total de viagens autorizadas, semelhante aos anos de 2009 (47,6%) e 2010 (46,9%), em seguida a região Sul com 26,8%, a Nordeste com 13,8% e a Centro-Oeste e Norte com 10,6 e 2,0% respectivamente, praticamente a mesma distribuição dos anos anteriores.

Autorizações de viagem emitidas - mensal - Por unidade da federação - UF

UF	Tipo De Autorização (Eventual)					Total	
	Turismo	Multimodal	Grupos	Translado	Trabalhadores		
AC	11					11	0,0%
AL	2.282				6	2.288	0,8%
AM	10					10	0,0%
AP							0,0%
BA	7.138				5	7.143	2,4%
CE	2.030	1			1	2.032	0,7%
DF	11.130		1	1		11.132	3,8%
ES	8.723				9	8.732	2,9%
GO	12.527				3	12.530	4,2%
MA	7.725				14	7.739	2,6%
MG	71.325		144		10	71.479	24,1%
MS	5.934				3	5.937	2,0%
MT	1.933					1.933	0,7%
PA	2.221				12	2.233	0,8%
PB	5.217				9	5.226	1,8%
PE	6.207		1		3	6.211	2,1%
PI	3.322				1	3.323	1,1%
PR	35.882		3		50	35.935	12,1%
RJ	29.799					29.799	10,0%
RN	4.441				2	4.443	1,5%
RO	157					157	0,1%
RR	68					68	0,0%
RS	23.186	2	1			23.189	7,8%
SC	20.355	5				20.360	6,9%
SE	2.686					2.686	0,9%
SP	28.491				76	28.567	9,6%
TO	3.531					3.531	1,2%
TOTAL	296.331	8	150	1	204	296.694	100,0%

Fonte: SUPAS, GFRET (SISAUT), 2011.

Os seis principais estados, por ordem de participação, MG, PR, RJ, SP, RS e SC, representam um total de 70% das autorizações emitidas em 2011, sendo responsáveis por 209.329 viagens autorizadas

Valor declarado dos serviços prestados - mensal (R\$)

Mês	Tipo de Autorização (Eventual)					Valor Declarado	
	Turismo	Multimodal	Grupos	Translado	Trabalhadores	R\$	%
JAN	37.607.055	4.500	118.039		19.095	37.748.689	7,77%
FEV	21.582.371				80.072	21.662.442	4,46%
MAR	32.476.971		7.670		260.371	32.745.012	6,74%
ABR	41.942.498	1.500	20.100		82.336	42.046.434	8,65%
MAI	33.889.052		8.500		109.157	34.006.708	7,00%
JUN	37.802.387		16.800		60.513	37.879.700	7,79%
JUL	46.603.947	30.500	162.470		81.920	46.878.837	9,65%
AGO	39.789.189	4.000	3.600		51.332	39.848.121	8,20%
SET	46.802.505	14.500	5.500		186.154	47.008.659	9,67%
OUT	48.508.320		19.800		204.748	48.732.868	10,03%
NOV	51.824.915				232.838	52.057.753	10,71%
DEZ	45.197.527		36.630		139.958	45.374.115	9,34%
TOTAL	484.026.738	55.000	399.109	0	1.508.493	485.989.339	100,00%
Participação %	99,60%	0,01%	0,08%	0,00%	0,31%	100,00%	

Fonte: SUPAS, GFRET (SISAUT), 2011

As informações de receitas geradas pela prestação de serviços eventuais fretado de passageiros são valores declarados nas Autorizações de Viagem, e totalizaram, aproximadamente, R\$ 485 milhões no ano de 2011.

Quilometragem percorrida mensal - Por tipo de serviço

Mês	Tipo de Autorização (Eventual)					Quilometragem declarada	
	Turismo	Multimodal	Grupos	Translado	Trabalhadores	QTD (x1000)	(%)
JAN	96.662.558	1.980	68.299		12.920	96.745.758	9,99%
FEV	57.878.343				46.326	57.924.669	5,98%
MAR	50.612.076		6.500		179.620	50.798.196	5,24%
ABR	59.582.714	2.000	16.384		50.248	59.651.346	6,16%
MAI	53.222.141		8.784		48.521	53.279.446	5,50%
JUN	64.905.898		16.104		34.758	64.956.760	6,71%
JUL	95.722.386	11.650	96.686		36.080	95.866.802	9,90%
AGO	97.475.554	2.050	2.928		26.648	97.507.180	10,07%
SET	98.535.821	7.000	4.928		86.575	98.634.324	10,18%
OUT	87.473.728		16.104		126.271	87.616.103	9,05%
NOV	97.430.985				103.047	97.534.032	10,07%
DEZ	108.028.685		23.922		77.507	108.130.115	11,16%
TOTAL	967.530.891	24.680	260.639	0,00%	828.521	968.644.732	100,00%
Participação %	99,80%	0,00%	0,00%	0,00%	0,20%	100,00%	

Fonte: SUPAS, GFRET (SISAUT), 2011.

Assim como a receita, o itinerário e quilometragem percorrida das viagens autorizadas são informações declaradas constantes da solicitação de viagem. Com a integração de sistemas de controle da SUPAS, principalmente com a entrada em produção da Base Geográfica, a quilometragem percorrida na prestação de serviços de transporte fretado poderá ser aferida, tornando-se um dado mais consistente.

Passageiros transportados por tipo de serviço

Mês	Tipo de Autorização (Eventual)					Passageiros Transportados	
	Turismo	Multimodal	Grupos	Translado	Trabalhadores	Quant.	%
JAN	784.398	44	1.955		82	786.479	7,2%
FEV	554.247				360	554.607	5,1%
MAR	731.729		211		2.246	734.186	6,7%
ABR	920.698	25	504		578	921.805	8,4%
MAI	804.420		176		535	805.131	7,4%
JUN	811.133		471		286	811.890	7,4%
JUL	976.307	119	2.934		173	979.533	9,0%
AGO	904.277	49	85		262	904.673	8,3%
SET	1.090.950	83	139		614	1.091.786	10,0%
OUT	1.094.555		455		1.355	1.096.365	10,0%
NOV	1.171.259				1.359	1.172.618	10,7%
DEZ	1.059.840		558		903	1.061.301	9,7%
TOTAL	10.903.813	320	7.488	0	8.753	10.920.374	100,00%
%	0,10%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,10%	

Fonte: SUPAS, GFRET (SISAUT), 2011.

Os dados de passageiros transportados nos serviços eventuais de fretamento, são coletados a partir da declaração constante na lista de passageiros quando das autorizações de viagem, e totalizaram, aproximadamente, 11 milhões de pessoas em 2011. Este número de passageiros está estável em relação ao ano anterior, que totalizou 11,005 milhões de passageiros. O volume de passageiros vem se mantendo desde 2009.

Passageiros transportados por tipo de serviço - por UF de origem

UF	Tipo de Autorização (Eventual)					Passageiros Transportados	
	Turismo	Multimodal	Grupos	Translado	Trabalhadores	Quant.	%
AC	406					406	0,00%
AL	85.127				249	85.376	0,78%
AM	427					427	0,00%
AP						-	0,00%
BA	259.977				205	260.182	2,38%
CE	78.565	25			46	78.636	0,72%
DF	420.850		1	1		420.852	3,85%
ES	338.685				388	339.073	3,10%
GO	437.169				67	437.236	4,00%
MA	324.697				499	325.196	2,98%
MG	2.858.464		7.306		468	2.866.238	26,25%
MS	214.661				112	214.773	1,97%
MT	71.298					71.298	0,65%
PA	94.706				492	95.198	0,87%
PB	211.960				377	212.337	1,94%
PE	234.866		42		115	235.023	2,15%
PI	140.018				42	140.060	1,28%
PR	1.226.473		96		2.286	1.228.855	11,25%
RJ	1.139.012					1.139.012	10,43%
RN	172.313				88	172.401	1,58%
RO	6.302					6.302	0,06%
RR	2.528					2.528	0,02%
RS	711.517	87	43			711.647	6,52%
SC	612.922	208				613.130	5,61%
SE	92.025					92.025	0,84%
SP	1.025.518				3.319	1.028.837	9,42%
TO	143.327					143.327	1,31%
TOTAL	10.903.813	320	7.488	1	8.753	10.920.375	100,00%
%	99,70%	0,00%	0,10%	0,00%	0,20%	100,00%	

Fonte: SUPAS, GFRET (SISAUT), 2011.

A Região Sudeste mantém a maior representatividade com 49,2% do total, o que apresenta a 5,373 milhões de pessoas transportadas, a Região Sul com 23,4% (2,553 milhões de pessoas), a Região Nordeste com 14,7% (1,601 milhões) e a Centro-Oeste e Norte com 10,5 e 2,3% respectivamente, praticamente a mesma distribuição de 2010.

Os dez estados mais representativos neste atributo, por ordem de participação, são MG, PR, RJ, SP, RS, SC, GO, DF, ES e MA que representam um total de 9,110 milhões de passageiros, sendo responsáveis por aproximadamente 83% do total de pessoas transportadas.

A participação dessas unidades federativas também se manteve, sendo que houve alteração da posição entre RJ e SP, e ES e MA.

Transporte Fretado Internacional

O transporte internacional fretado de passageiros com os países da América do Sul representa aproximadamente 4% do volume de viagens do transporte fretado de passageiros. As informações apresentadas a seguir referem-se exclusivamente às empresas brasileiras habilitadas e submetidas ao sistema de controle de viagem sob regime fretado da ANTT (SISAUT).

Por força do Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre - ATIT, informações de viagens realizadas com origem em outros países não precisam ser informadas, conseqüentemente não se dispõe de qualquer informação sobre a operação de empresas estrangeiras no serviço fretado.

Autorizações de viagem mensal por destino internacional

País	Meses												Autorizações emitidas	
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	QTD	%
ARGENTINA	137	62	168	204	133	140	168	126	255	285	166	83	1.927	13,8%
BOLÍVIA	21	31	39	28	29	33	42	47	37	45	21	18	391	2,8%
CHILE	28	6	3		4	2	8	5	24	16	2	12	110	0,8%
PARAGUAI	509	404	523	763	739	864	1.030	808	958	914	1.052	886	9.450	67,5%
PERU	7				1	2	5		2	3	1	1	22	0,2%
URUGUAI	116	55	130	277	142	245	244	151	244	132	222	148	2.106	15,0%
TOTAL	818	558	863	1.272	1.048	1.286	1.497	1.137	1.520	1.395	1.464	1.148	14.006	100,0
%	5,84	3,98	6,16	9,08	7,48	9,18	10,69	8,12	10,85	9,96	10,45	8,20	100,00	

Fonte: SUPAS, GFRET (SISAUT), 2011.

As viagens internacionais sob o regime de fretamento tiveram um acréscimo 169,2% (1.955 viagens), relativamente a 2010.

O Paraguai se mantém largamente como o maior destino do transporte internacional fretado de passageiros, com uma participação em torno de 67% do total de viagens internacionais.

O segundo destino mais procurado, manteve o Uruguai com 2.106 viagens (15,0%), seguido da Argentina, desde o ano passado, com 1.927 viagens (13,8%) do total de viagens.

A distribuição mensal das viagens internacionais vem se mantendo. Excetuando a Bolívia e o Peru, os demais destinos do transporte fretado internacional têm evoluído positivamente.

Passageiros transportados por destino internacional

País	Meses												Passageiros Transportados	
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Quant.	%
ARGENTINA	4.095	1.461	4.290	5.742	3.343	4.469	5.319	3.580	6.628	7.485	5.537	2.750	54.699	12,2%
BOLÍVIA	686	1.048	1.124	633	872	942	1.234	1.241	1.005	1.121	681	588	11.175	2,5%
CHILE	978	180	105		97	40	249	164	757	510	72	323	3.475	0,8%
PARAGUAI	16.016	11.997	16.711	25.004	24.098	29.012	34.186	25.876	30.995	29.033	35.343	29.334	307.605	68,4%
PERU	254				33	52	165		48	83	31	25	691	0,2%
URUGUAI	3.848	1.654	4.419	10.187	4.911	8.428	8.288	5.009	8.206	4.479	7.291	5.120	71.840	16,0%
TOTAL	25.877	16.340	26.649	41.566	33.354	42.943	49.441	35.870	47.639	42.711	48.955	38.140	449.485	100,0%
%	5,76%	3,64%	5,93%	9,25%	7,42%	9,55%	11,00%	7,98%	10,60%	9,50%	10,89%	8,49%	100,00%	

Fonte: SUPAS, GFRET (SISAUT), 2011.

O percentual de passageiros transportados em viagens internacionais teve um acréscimo de 18,2% (69.054 pessoas transportadas) comparativamente a 2010, mantendo-se crescente, embora com menos intensidade do que no período 2009/2010, que teve um acréscimo de 26,4%.

O Paraguai se caracteriza como o maior destino do transporte internacional fretado, com uma participação de 68,4% do total de pessoas transportadas, mantendo também o maior acréscimo relativamente ao ano anterior, de 34%, o que representa um aumento de 78 mil passageiros transportados em relação a 2010.

Exceto os destinos Bolívia e Peru, que apresentaram queda no número de passageiros transportados (-63% e -31% respectivamente), os demais apresentaram um incremento.

Receitas declaradas em autorizações de viagem internacional por destino

Mês	Países de Destino						Valor Declarado	
	Argentina	Bolívia	Chile	Paraguai	Peru	Uruguai	Valor Nota	%
JAN	783.740	97.481	265.750	933.424	55.140	584.649	2.720.184	8,67%
FEV	183.986	47.372	31.700	577.014		149.928	990.000	3,15%
MAR	796.527	63.458	7.350	833.164		344.692	2.045.191	6,52%
ABR	751.702	64.150		1.287.064		857.367	2.960.282	9,43%
MAI	408.054	61.680	15.500	1.114.916	1.000	336.956	1.938.106	6,18%
JUN	494.690	86.005	20.000	1.292.087	14.000	599.980	2.506.762	7,99%
JUL	754.609	125.620	79.000	1.904.821	45.000	653.440	3.562.490	11,35%
AGO	452.484	113.787	84.000	1.205.566		484.626	2.340.464	7,46%
SET	1.106.329	104.724	208.994	1.775.427	9.600	709.632	3.914.705	12,47%
OUT	1.082.018	107.910	131.745	1.439.305	24.745	402.722	3.188.445	10,16%
NOV	597.678	45.070	15.500	1.655.938	14.000	680.742	3.008.928	9,59%
DEZ	353.091	39.400	103.060	1.302.366	5.000	407.094	2.210.011	7,04%
Total Receitas	7.764.908	956.656	962.599	15.321.092	168.485	6.211.828	31.385.569	100%
%	24,74%	3,05%	3,07%	48,82%	0,54%	19,79%	100%	%

Fonte: SUPAS, GFRET (SISAUT), 2011.

As informações de receitas geradas são valores declarados nas Autorizações de Viagem, totalizando, aproximadamente, R\$ 31 milhões em 2011, 14,9% a mais do que 2010 em idêntico período.

Transporte Fretado Contínuo

O Fretamento Contínuo é o serviço prestado por empresas detentoras do Certificado de Registro para Fretamento - CRF, habilitadas para prestação de serviços de fretamento contínuo, mediante autorização prévia da ANTT, sendo necessária a apresentação de contrato firmado entre a transportadora e seu cliente, por período determinado, em circuito fechado, com itinerário, quantidade de viagens, frequência e horários pré-estabelecidos, além de relação de passageiros, destinado exclusivamente a:

- I - Empresas, associações, instituições de ensino ou agremiações estudantis, legalmente constituídas, para o transporte de seus empregados, alunos, professores ou associados; e
- II - Entidades do poder público, quando não utiliza veículos próprios.

Após a edição de Resolução ANTT nº 3620/2010, que cria condições para implementação do módulo, web, que atenderá as autorizações de viagens para o serviço de fretamento contínuo. A operacionalização deste módulo está na dependência de ajustes no sistema.

Dados do serviço de fretamento contínuo

Fretamento Contínuo	Quantidade
Empresas habilitadas que obtiveram novas e/ou prorrogações de autorização de viagem	84
Empresas ou Instituições que contrataram serviços de fretamento contínuo	88
Autorizações emitidas (Total)	136
Autorizações prorrogadas	26 (13 de 2010)
UF de origem	13
UF de destino	10
Número de viagens realizadas (autorizadas) por dia	549
UF com maior participação como Origem	RS (51)
UF com maior participação como Destino	SC (62)
Ônibus envolvidos na operação	248
Total de passageiros transportados por dia	53.406
Passageiros transportados por dia (estudantes)	26.680
Passageiros transportados por dia (funcionários / trabalhadores)	25.070
Passageiros transportados por dia (professores)	736
Passageiros transportados por dia (pacientes)	920
Total de passageiros transportados durante a vigência das autorizações	4.803.651
Estudantes transportados durante a vigência das autorizações	2.305.888
Trabalhadores transportados durante a vigência das autorizações	2.382.653
Professores transportados durante a vigência das autorizações	52.550
Pacientes transportados durante a vigência das autorizações	62.560

Fonte: SUPAS, GFRET, 2011.

Em 2011, o número de empresas com novas autorizações ou prorrogações para prestarem serviços de transporte de passageiros sob regime de fretamento contínuo, quando comparado ao ano anterior, teve um crescimento de 18%, passando de 58 para 84 empresas.

Diferentemente do ocorrido em 2009/2010, quando houve redução de 15% (94 para 80) no número de empresas ou instituições que contrataram esse tipo de transporte, em 2011 foram 88, representando um aumento de 10%.

O número de novas autorizações ou prorrogações passou de 121 em 2010 para 136, em 2011, um acréscimo de 12%.

De forma geral, em todos os atributos relativos ao fretamento contínuo foram constatados acréscimos significativos em comparação aos anos de 2009/2010. Infere-se que este aumento deve-se, principalmente, ao combate aos operadores clandestinos deste tipo de serviço.

Em 2011, foram flagradas e suspensas, até a devida regularização, 35 empresas operadoras prestando serviço contínuo de forma irregular, o que gerou a assinatura pelas transportadoras com a ANTT de 30 Termos de Ajustamento de Conduta - TAC, dessas operadoras com a ANTT.

PROCESSOS DE FRETAMENTO ANALISADOS EM 2011

Foram analisados, em 2011, 7.414 processos administrativos que envolvem fundamentalmente cadastro de novas empresas transportadoras, para obtenção de CRF (Certificado de Registro para Fretamento), recadastramento ou renovação de CRF e inclusão e exclusão de ônibus na frota habilitada, o que demandou em média 1,66 dia de análise por processo, conforme quadro a seguir.

Processos analisados - Por ano

Período	Quantidade De Processos	Média	Processos (A)	Média (A)
2006	5.495	2,21	2.898	2,49
2007	4.945	2,17	1.281	3,20
2008	7.689	3,91	2.136	7,28
2009	6.678	1,43	1.550	1,93
2010	7.244	1,99	1.860	2,67
2011	7.414	1,66	1.582	2,15

Fonte: SUPAS, GFRET, 2011.

Processos analisados - Por mês

Período	Quantidade De Processos	Média	Processos (A)	Média (A)
JAN	650	1,81	190	2,54
FEV	760	1,60	152	2,07
MAR	623	1,61	128	1,88
ABR	585	1,67	139	2,10
MAI	624	1,56	146	1,77
JUN	565	1,66	118	2,29
JUL	523	1,56	96	1,78
AGO	670	1,62	161	1,98
SET	632	1,56	141	1,90
OUT	514	2,04	110	2,75
NOV	677	1,52	104	2,15
DEZ	591	1,81	97	2,64
TOTAL 2011	7.414	1,66	1.582	2,15

Fonte: SUPAS, GFRET, 2011.

Dos 7.414 processos, 1.582 referem-se ao primeiro cadastramento de empresas para obtenção do Certificado de Registro para Fretamento - CRF, o que as habilitam para prestar serviços de transporte fretado de passageiros.

O tempo médio de análise em 2011 foi de 1,66 dia geral, sendo que para os processos que tratam de primeiro cadastramento foi de 2,15 dias. Os tempos médios foram relativamente menores em comparação ao mesmo período de 2010.

COMISSÕES DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS - CPA'S – RESOLUÇÕES NºS. 56/2002 E 442/2004

As Comissões de Processo Administrativo são designadas por meio de portarias da SUPAS para apurar infrações definidas em lei como graves e sugerir a aplicação de penalidades, consoante com a norma da Lei nº. 10.233, de 2001, Decreto nº 2.521, de 1998 e Resoluções ANTT nºs. 56/2002 e 442/2004.

No ano de 2011, foram emitidas 48 (quarenta e oito) resoluções específicas sobre CPA's e 11 (onze) deliberações.

Resoluções sobre CPA'S

Nº	Data	Ementa
3625	25/01/11	Conhece do pedido de reconsideração interposto por Jerônimo e Pereira Ltda. e, no mérito, nega-lhe provimento.
3631	17/02/11	Não conhece do pedido de reconsideração interposto pela empresa Viação Progresso e Turismo S/A.
3633	17/02/11	Declara a decadência da exigência de comprovação de cancelamento das linhas intermunicipais que deram origem ao serviço União da Vitória (PR) – Porto União (SC) – Circular, e dá outras providências.
3642	03/03/11	Não conhece do pedido de declaração de nulidade interposto pela Expresso São Luiz Ltda.
3647	22/03/11	Aplica a penalidade de Declaração de Inidoneidade à empresa Transbrasiliana Transportes e Turismo Ltda.
3649	05/03/11	Conhece do pedido de reconsideração interposto pela Cia. São Geraldo de Viação e, no mérito, nega-lhe provimento.
3652	18/04/11	Aplica a penalidade de Declaração de Inidoneidade à empresa Viação Nova Integração Ltda.
3653	18/04/11	Conhece do pedido de reconsideração interposto pela Cia. São Geraldo de Viação e, no mérito, nega-lhe provimento.
3659	05/05/11	Conhece do pedido de reconsideração interposto pela empresa Vaztur – Vaz Transportes e Turismo Ltda. e, no mérito, nega-lhe provimento.
3668	20/05/11	Determina o arquivamento do Processo nº. 50500.017397/2008-71 em desfavor da empresa Viação rio Negro Ltda. e Expresso Guanabara S/A
3679	27/05/11	Declara nulo o ato administrativo que manteve a operação do serviço Goiânia/GO – Miracema do Norte/TO, operado pela Transbrasiliana Transportes e Turismo Ltda.
3681	03/06/11	Declara nulo o ato administrativo que regularizou a linha União da Vitória/PR – Porto União/SC
3683	01/06/11	Determinar o arquivamento do Processo Administrativo nº 50500.015600/2007-94, e dá outras providências.
3691	06/07/11	Conhece do pedido de reconsideração interposto pela empresa Silvatur Transportes e Turismo S/A e, no mérito, nega-lhe provimento.
3706	17/08/11	Declara que o ato administrativo que delegou o serviço Rio Branco (AC) Boca do Acre (AM), prefixo nº 22-0775-20 à Viação Rio Branco é ato válido, e deverá ser mantido, na forma da Resolução nº 2.868, de 2008, com suas alterações, e dá outras providências.
3707	17/08/11	Não Conhece do pedido de reconsideração interposto por Manoel Barbosa Lima Empresa Líder e autoriza a operação do serviço Teresina (PI) Parambu (CE).
3718	14/09/11	Não conhece do pedido de reconsideração interposto pela empresa AMATUR Amazônia Turismo Ltda.
3720	28/09/11	Declara nulo ato que autorizou o serviço Arrais/TO Taguatinga/TO, via Campos Belos.
3722	05/10/11	Declara a nulidade do serviço São Luís (MA) – Natal (RN), via Campina Grande, prefixo nº 15-1225-00 da empresa Auto Viação Progresso, e dá outras providências.
3723	05/10/11	Conhece do pedido de reconsideração interposto pela Empresa Gontijo de Transportes Ltda. e, no mérito, nega-lhe provimento.
3725	05/10/11	Não conhece do Pedido de Reconsideração, interposto pela empresa T.P.C Transportes Ltda. – ME.
3726	05/10/11	Conhece do pedido de reconsideração interposto pela empresa Expresso Kaiowa Ltda. e, no mérito, nega-lhe provimento.
3744	01/12/11	Declara nulo o ato administrativo que delegou o serviço complementar de viagem parcial Rio do Sul/SC e Foz do Iguaçu/PR à Auto Viação Catarinense S/A.
3756	20/12/11	Aplica a Pena de Declaração de Inidoneidade à empresa Viação Penedo Ltda. convertendo-a em multa, e dá outras providências.
3625	25/01/11	Conhece do pedido de reconsideração interposto por Jerônimo e Pereira Ltda. e, no mérito, nega-lhe provimento.
3631	17/02/11	Não conhece do pedido de reconsideração interposto pela empresa Viação Progresso e Turismo S/A.
3633	17/02/11	Declara a decadência da exigência de comprovação de cancelamento das linhas intermunicipais que deram origem ao serviço União da Vitória (PR) – Porto União (SC) – Circular, e dá outras providências.
3642	03/03/11	Não conhece do pedido de declaração de nulidade interposto pela Expresso São Luiz Ltda.
3647	22/03/11	Aplica a penalidade de Declaração de Inidoneidade à empresa Transbrasiliana Transportes e Turismo Ltda.

Deliberações sobre CPA'S

3649	05/03/11	Conhece do pedido de reconsideração interposto pela Cia. São Geraldo de Viação e, no mérito, nega-lhe provimento.
3652	18/04/11	Aplica a penalidade de Declaração de Inidoneidade à empresa Viação Nova Integração Ltda.
3653	18/04/11	Conhece do pedido de reconsideração interposto pela Cia. São Geraldo de Viação e, no mérito, nega-lhe provimento.
3659	05/05/11	Conhece do pedido de reconsideração interposto pela empresa Vaztur – vaz Transportes e Turismo Ltda. e, no mérito, nega-lhe provimento.
3668	20/05/11	Determina o arquivamento do Processo nº. 50500.017397/2008-71 em desfavor da empresa Viação rio Negro Ltda. e Expresso Guanabara S/A
3679	27/05/11	Declara nulo o ato administrativo que manteve a operação do serviço Goiânia/GO – Miracema do Norte/TO, operado pela Transbrasiliana Transportes e Turismo Ltda.
3681	03/06/11	Declara nulo o ato administrativo que regularizou a linha União da Vitória/PR – Porto União/SC
3683	01/06/11	Determinar o arquivamento do Processo Administrativo nº 50500.015600/2007-94, e dá outras providências.
3691	06/07/11	Conhece do pedido de reconsideração interposto pela empresa Silvatur Transportes e Turismo S/A e, no mérito, nega-lhe provimento.
3706	17/08/11	Declara que o ato administrativo que delegou o serviço Rio Branco (AC) Boca do Acre (AM), prefixo nº 22-0775-20 à Viação Rio Branco é ato válido, e deverá ser mantido, na forma da Resolução nº 2.868, de 2008, com suas alterações, e dá outras providências.
3707	17/08/11	Não Conhece do pedido de reconsideração interposto por Manoel Barbosa Lima Empresa Líder e autoriza a operação do serviço Teresina (PI) Parambu (CE).
3718	14/09/11	Não conhece do pedido de reconsideração interposto pela empresa AMATUR Amazônia Turismo Ltda.
3720	28/09/11	Declara nulo ato que autorizou o serviço Arrais/TO Taguatinga/TO, via Campos Belos.
3722	05/10/11	Declara a nulidade do serviço São Luís (MA) – Natal (RN), via Campina Grande, prefixo nº 15-1225-00 da empresa Auto Viação Progresso, e dá outras providências.
3723	05/10/11	Conhece do pedido de reconsideração interposto pela Empresa Gontijo de Transportes Ltda. e, no mérito, nega-lhe provimento.
3725	05/10/11	Não conhece do Pedido de Reconsideração, interposto pela empresa T.P.C Transportes Ltda. – ME
3726	05/10/11	Conhece do pedido de reconsideração interposto pela empresa Expresso Kaiowa Ltda. e, no mérito, nega-lhe provimento.
3744	01/12/11	Declara nulo o ato administrativo que delegou o serviço complementar de viagem parcial Rio do Sul/SC e Foz do Iguaçu/PR à Auto Viação Catarinense S/A.
3756	20/12/11	Aplica a Pena de Declaração de Inidoneidade à empresa Viação Penedo Ltda. convertendo-a em multa, e dá outras providências.

Fonte: SUPAS, NATAD, 2011.

Nº	Data	Ementa
05	19/01/11	Determina à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros – SUPAS a apuração dos fatos referentes à empresa Transbrasiliana Transportes e Turismo Ltda.
18	09/02/11	Determina à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros – SUPAS a apuração dos fatos referentes à empresa Transbrasiliana Transportes e Turismo Ltda.
26	24/02/11	Determina à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros – SUPAS a apuração dos fatos referentes à Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha S/A.
27	24/02/11	Determina à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros – SUPAS a apuração dos fatos referentes à empresa Cia. São Geraldo de Viação
28	24/02/11	Determina à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros – SUPAS a apuração dos fatos referentes à Empresa Gontijo de Transportes Ltda.
64	30/03/11	Determina à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros – SUPAS a apuração dos fatos referentes à Viação Novo Horizonte Ltda.
143	03/08/11	Determina à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros – SUPAS a apuração dos fatos referentes à empresa Rodoviária Leão do Norte Ltda.
144	03/08/11	Determinar o arquivamento do processo instaurado em desfavor da empresa Manejo Transporte e Turismo Ltda., por perda do objeto.
149	10/08/11	Determina à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros – SUPAS a apuração dos fatos referentes à empresa Expresso Formosa Transportes Ltda.
160	25/08/11	Determina à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros – SUPAS a apuração dos fatos referentes à empresa Viação Aririnha Ltda.
173	06/09/11	Determina à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros – SUPAS a apuração dos fatos referentes às empresas Viação Montes Belos Ltda. e Real Maia Transportes Terrestres Ltda.

Fonte: SUPAS, NATAD, 2011

DECISÕES JUDICIAIS REFERENTES À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

As decisões judiciais cumpridas no ano de 2011, referentes à liberação de veículos retidos, cumprimento do Estatuto do Idoso, operação de linhas regulares, suspensão de multas, expedição de Certificado de Registro para Fretamento - CRF, dentre outras, estão quantificadas na tabela abaixo.

Decisões judiciais cumpridas

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
15	19	19	10	7	19	15	16	16	12	16	20	184

Fonte: SUPAS, NATAD, 2011.

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

ACESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Entrevistas/Informações para Subsidiar Respostas Externas (Jornais/Televisão):

Foram realizadas 8 (oito) entrevistas com a Superintendente, com o fim de esclarecer e informar sobre assuntos tais como: estatuto do Idoso, tarifas, processo licitatório.

Foram elaboradas informações técnicas e encaminhadas 85 respostas, referentes a solicitações demandadas pela mídia, falada e escrita.

Anuário Estatístico

Levantamento e consolidação de dados de serviços de transporte de passageiros que compõem o Anuário Estatístico.

ACESSORIA PARLAMENTAR

Foram elaborados 54 documentos (notas técnicas, despachos etc.) para a análise de Projetos de Lei, resposta às solicitações do Ministério dos Transportes e de Parlamentares.

ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS

No ano de 2011, esta superintendência consolidou informações que resultaram na elaboração de relatórios solicitados:

- Gestão – consolidação de informações que compõem relatórios ao TCU/CGU;
- Relatório de Atividades (Semestral) – consolidação das atividades realizadas pela SUPAS;
- Mensagem Presidencial – resumo das principais atividades da SUPAS para compor as ações da ANTT quando da elaboração da Mensagem Presidencial.

ATIVIDADES DE GESTÃO

No ano de 2011, foram encaminhados informações da SUPAS que compõem as atividades no âmbito do Programa de Gestão, conforme abaixo descrito:

- Indicadores: alimentação dos indicadores de desempenho e de gestão de processos;
- Planejamento Estratégico: participação das oficinas e elaboração dos projetos estratégicos no âmbito da SUPAS;
- Recomendações do TCU/CGU: acompanhamento das recomendações do TCU/CGU;
- Plano de Ação: elaboração das atividades/projetos anuais da SUPAS;
- Proposta orçamentária, no âmbito da SUPAS;
- Plano de Capacitação: elaboração de proposta de capacitação no âmbito da SUPAS;
- Auto-avaliação da SUPAS: processo de gestão;
- Reestruturação da área de passageiros no Portal da ANTT na internet;
- Reestruturação da ANTT: participação do processo de reestruturação e elaboração de propostas.

OUVIDORIA

Em 2011, a SUPAS respondeu, via VASTI, 3.109 (três mil cento e nove) informações à Ouvidoria, envolvendo diversos temas, dentre os quais: estatuto do idoso, operação irregular dos serviços de transporte interestadual e internacional de passageiros, passe livre da pessoa com deficiência, processos administrativos ordinários, etc.

PROCESSOS INSTRUÍDOS

Além das atividades já citadas, a SUPAS tem como atribuição a análise de processos administrativos e documentos cuja origem remete às demandas de agentes internos (Ouvidoria, Auditoria, Procuradoria Geral, Assessoria Parlamentar) e externos (Usuários, Prestadoras de Serviço, Órgãos Governamentais) à ANTT. Nesse sentido, vários processos são instruídos por esta Superintendência, a qual emite manifestação de cunho processual e de mérito sob uma perspectiva técnico-legal.

Em 2011, foram instruídos 1.445 processos, com o fim de subsidiar demandas de agentes internos (Ouvidoria, Auditoria, Procuradoria Geral, Assessoria Parlamentar) e externos (Usuários, Prestadoras de Serviço, Órgãos Governamentais) à ANTT.

APOIO ADMINISTRATIVO

Controle de Pessoal

O controle de pessoal é o instrumento de gestão da Superintendência, pelo qual o Gabinete da SUPAS rege, coordena e reconhece as ações realizadas pertinentes dos servidores e demais colaboradores. Dentre as medidas de gestão dos servidores executadas pela Superintendência, pode-se citar:

- Controle de férias, licenças, atestados médicos e recessos;
- Controle da frequência do servidor e colaboradores;
- Subsidiar a contratação e avaliação de estagiários através de entrevistas;
- Coordenar a participação dos servidores e colaboradores em cursos, palestras e seminários.

Aprovação/Prestação de contas de viagens

O apoio administrativo do Gabinete é responsável pelo preenchimento da Proposta de Concessão de Diárias e Passagens – PCDP no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, pela realização de pesquisa e indicação dos vôos. Além disso, é responsável pelo acompanhamento de todo o trâmite até a efetiva autorização da viagem. Após, também controla a prestação de contas das citadas viagens autorizadas.

Segue abaixo, o quantitativo das viagens autorizadas. Cabe observar que as 32 viagens autorizadas, resultaram na elaboração de 32 prestações de contas.

Viagens autorizadas

Viagens	Meses												TOTAL
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Nacionais	1	9	4	1	7	6	5	16	12	7	3	1	72
Internacionais	0	0	0	2	0	2	2		3	1	3		13
SUBTOTAL	1	9	4	3	7	8	7	16	15	8	6	1	85

Fonte: SUPAS, 2011.

Tramitação de documentos

O Apoio administrativo do gabinete recebe e envia documentos de todas as áreas da ANTT.

Quando recebe a documentação, faz a triagem para classificação do assunto, e em seguida é registrado no SIGED e no controle interno da SUPAS. Após é encaminhado à Gerência responsável.

O Apoio também encaminha Ofícios, Memorandos, Fax aos órgãos externos e internos. Além de ser responsável por todo controle dos documentos recebidos na Superintendência, antes de encaminhados para Gerências.

No que tange ao processo iniciado no Gabinete da SUPAS, é gerado número do SIGED e encaminhado para a área responsável.

Total de documentos/processos tramitados na SUPAS

	Meses												TOTAL
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
SUBTOTAL	404	509	660	745	667	740	549	779	577	533	865	792	7.820

Fonte: SUPAS, 2011.

Envio/recebimento de documentos

	Meses												TOTAL
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Documentos enviados (ofícios, portarias, despachos, fax, memorandos, avisos)	168	192	154	199	195	201	438	238	206	204	194	298	2.687
Documentos recebidos (ofícios, memorandos, etc.)	10	10	14	07	10	3	25	9	4	10	18	5	125
SUBTOTAL	178	202	168	206	205	204	463	247	210	214	212	303	2.812

Fonte: SUPAS, 2011.

Fiscalização

FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERESTADUAL E INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS - TRIIP

Em 2011 foram fiscalizados, por agentes da ANTT, 414.724 veículos no TRIIP. O quantitativo global de veículos fiscalizados em 2011 superou em 16,85% a meta física fixada para o período e em 4,16% o valor obtido no ano anterior. A melhoria no resultado (em comparação com 2010) ocorreu em quase todos os segmentos de fiscalização, havendo incrementos de: 4,11% no total de veículos fiscalizados em terminais rodoviários de embarque e desembarque de passageiros; 169,41% no quantitativo de veículos fiscalizados em ordens de serviço; 3,49% no número veículos fiscalizados em comandos (nas rodovias) e redução de 95,18% no total de veículos fiscalizados em garagens de empresas prestadoras de serviço.

Também em 2011 foram autuados, por agentes da ANTT, 23.445 veículos por irregularidades no TRIIP, número 7,89% inferior do que o apresentado em 2010. Os autos lavrados em terminais foram 15.911, o que representa uma queda de 8,66% com relação ao quantitativo de autuações no ano anterior. Já os autos lavrados em Ordens de Serviço no ano de 2011 somaram 2.288 (ante 1.578 em 2010, ou seja, acréscimo de 44,99%). O total de autuações em comandos foi de 5.234, número 17,99% menor que o obtido em 2010 (6.382). Houve 12 autuações em operações técnico-operacionais (em garagens), ante 72 em 2010. Destaque-se que nas fiscalizações em garagens não é comum a lavratura de autos de infração, e sim a emissão de termos de recomendação (que listam as eventuais pendências observadas, atribuindo à empresa fiscalizada um prazo para adequação). Por fim, deve-se informar que os autos lavrados (no TRIIP) por Órgãos Conveniados totalizaram 3.725 no ano de 2011.

Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros - TRIIP

Período	Veículos Fiscalizados					Autos Lavrados				
	Total	Terminais	OS	Comandos	FTO	Total	Terminais	OS	Comandos	FTO
2006	178.758	81.483	4.087	92.944	244	12.881	8.655	1.715	2.447	64
2007	362.862	286.181	6.054	70.441	186	15.916	9.809	2.149	3.927	31
2008	358.928	300.472	5.429	52.750	277	13.287	8.192	2.112	2.952	31
2009	320.985	302.292	1.129	16.524	1.040	13.230	9.200	566	3.440	24
2010	398.146	370.488	1.239	24.717	1.702	25.452	17.420	1.578	6.382	72
2011	414.724	385.724	3.338	25.580	82	23.445	15.911	2.288	5.234	12
Total 2006/2011	2.034.403	1.726.640	21.276	282.956	3.531	104.211	69.187	10.408	24.382	234

Fontes: Veículos Fiscalizados - SISFIS e Unidades Regionais (FTO); Autos Lavrados - SISMULTAS (Autos lavrados em 2011).
Dados sujeitos a revisão.

FISCALIZAÇÕES EM TERMINAIS RODOVIÁRIOS

As fiscalizações em terminais rodoviários de embarque e desembarque de passageiros geralmente são realizadas por meio dos fiscais lotados nos Postos de Fiscalização e Atendimento – PFA da ANTT. Destaque-se que os PFA's são criados naquelas localidades onde a capacidade operacional justifica a fiscalização permanente. Em terminais de menor condição operacional, a fiscalização é realizada mediante vistorias periódicas de servidores da Agência ou de Órgãos Conveniados.

Cabe ao Fiscal garantir o cumprimento da legislação, verificando as condições dos veículos prestadores de serviço, seus itens obrigatórios, o cumprimento dos benefícios do idoso e o do passe livre, entre outras atribuições. Destaque-se que além dessa atividade fiscalizatória, os fiscais lotados em PFA's devem também dominar e entender as situações que ocorrem no terminal, de forma a atender a solicitações e questionamentos dos usuários. Consta a seguir tabela com a evolução da fiscalização em Terminais Rodoviários:

Fiscalização em Terminais Rodoviários

Período	Veículos Fiscalizados	Guichês Fiscalizados	Atendimentos a Usuários	Autos Lavrados	Autos Lavrados / Veículos Fiscalizados
2006	81.483	-	-	8.655	10,62%
2007	286.181	-	-	9.809	3,43%
2008	300.472	-	-	8.192	2,73%
2009	302.292	-	-	9.200	3,04%
2010	370.488	7.125	157.655	17.420	4,70%
2011	385.724	6.721	141.734	15.911	4,12%
Total 2006/2011	1.726.640	13.846	299.389	69.187	4,01%

Fonte: Veículos Fiscalizados - SISFIS; Guichês Fiscalizados e Atendimentos a Usuários – Unidades Regionais; Autos Lavrados - SISMULTAS.
Dados sujeitos a revisão.

FISCALIZAÇÕES EM COMANDOS

As Fiscalizações em Comandos são realizadas em rodovias, normalmente com o apoio do Órgão de Trânsito com circunscrição sobre a via. Essa modalidade de fiscalização, no que se refere ao Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros – TRIIP, objetiva especialmente combater ao transporte clandestino de passageiros, bem como a averiguar a regularidade dos serviços prestados no regime de fretamento. Segue abaixo tabela contendo os resultados da fiscalização em comandos:

Fiscalizações em Comandos

Período	Veículos Fiscalizados	Autos Lavrados	Transbordos Realizados	Autos Lavrados / Veículos Fiscalizados
2006	92.944	2.447	-	2,63%
2007	70.441	3.927	-	5,57%
2008	52.750	2.952	-	5,60%
2009	16.524	3.440	-	20,82%
2010	24.717	6.382	767	25,82%
2011	25.580	5.234	423	20,46%
Total 2006/2011	282.956	24.382	1.190	8,62%

Fonte: Veículos Fiscalizados - SISFIS e Unidades Regionais (Veículos fiscalizados em 2011); Transbordos Realizados - Unidades Regionais; Autos Lavrados - SISMULTAS e Unidades Regionais (Autos lavrados em 2011). Dados sujeitos a revisão.

FISCALIZAÇÕES TÉCNICO-OPERACIONAIS

Na Fiscalização Técnico-Operacional (FTO), realizada nas garagens das empresas prestadoras do serviço do TRIP, são verificados, em especial: condições de operação dos veículos, de equipamentos obrigatórios, da regularidade da jornada de trabalho dos motoristas e da adequação da infraestrutura de suporte que as empresas oferecem para a realização dos referidos serviços. Destaque-se que nesta modalidade de fiscalização, de caráter preventivo, não é comum a lavratura de autos de infração. Constatadas irregularidades, normalmente são expedidos termos de recomendação, documentos nos quais são estabelecidos prazos para regularização de eventuais pendências. Caso não sejam sanadas tais pendências, procede-se a lavratura do auto de infração.

Diante da reformulação do modelo de fiscalização técnico-operacional no TRIP, o que culminou com o fim das chamadas FTO expressas (operações voltadas exclusivamente para a verificação de veículos nas dependências das transportadoras), bem como diante da manualização de procedimentos relativos a esta modalidade de fiscalização, somente foram fiscalizados 82 veículos nas garagens das empresas prestadoras de serviço no ano de 2011, havendo, neste segmento, uma queda na ordem de 95,18% em relação ao ano anterior, ocasião em que foram fiscalizados 1.702 veículos. Estão expostos na seqüência os dados da evolução da Fiscalização Técnico-Operacional.

Fiscalização Técnico-Operacionais

Período	Garagens Fiscalizadas	Veículos Fiscalizados	Autos Lavrados	Termos de Recomendação	Termos de Recomendação/Garagens fiscalizadas
2006	-	244	64	-	-
2007	-	186	31	-	-
2008	-	277	31	-	-
2009	-	1.040	24	-	-
2010	319	1.702	72	66	0,21
2011	7	82	12	32	4,57
Total 2006/2011	326	3.531	234	98	0,30

Fontes: Garagens Fiscalizadas, Veículos Fiscalizados e Termos de Recomendação - Unidades Regionais; Autos Lavrados - SISMULTAS. Dados sujeitos a revisão.

FISCALIZAÇÕES EM ORDENS DE SERVIÇO

Fiscalizações por Ordens de Serviço são realizadas com o objetivo de apurar denúncias apresentadas em desfavor de empresas prestadoras de serviços regulares, prestadoras de serviços especiais (fretamento) e clandestinas, ou para atender a eventuais demandas específicas (Decisões Judiciais, Ministério Público e Órgãos de Controle). Podem ser visualizados a seguir os dados das fiscalizações em Ordens de Serviço.

Fiscalizações em Ordens de Serviço

Período	OS's Finalizadas	Veículos Fiscalizados	Autos Lavrados	Autos Lavrados/ Veículos Fiscalizados	Autos Lavrados/ OS
2006	-	4.087	1.715	41,96%	-
2007	-	6.054	2.149	35,50%	-
2008	-	5.429	2.112	38,90%	-
2009	-	1.129	566	50,13%	-
2010	186	1.239	1.578	127,36%	8,48
2011	373	3.338	2.288	68,54%	6,13
Total 2006/2011	559	21.276	10.408	48,92%	18,62

Fontes: OS's Finalizadas e Veículos Fiscalizados - SISFIS e Unidades Regionais (OS's finalizadas e Veículos fiscalizados em 2011); Autos Lavrados - SISMULTAS e Unidades Regionais (Autos lavrados em 2011).

FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS – TRC

Em 2011 foram fiscalizados, pela ANTT, 14.430.962 veículos no TRC. O quantitativo global de veículos fiscalizados em 2011 superou em 28,29% a meta física fixada para o período e em 15,05% o valor obtido no ano anterior. A melhoria no resultado (em comparação com 2010) ocorreu nos segmentos: Excesso de Peso (balança seletiva e de precisão), Excesso de Peso por Nota Fiscal e Transporte Rodoviário Internacional de Cargas - TRIC. Houve decréscimo no quantitativo de veículos fiscalizados na modalidade Vale-Pedágio e RNTRC.

Fiscalizações dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas - TRC

Período	Veículos Fiscalizados						
	Total	Excesso de Peso		Excesso de Peso por Nota Fiscal	RNTRC	Vale-Pedágio	TRIC
		Balança Seletiva	Balança Precisão				
2006	8.798.298	6.766.015	2.032.283	-	-	-	-
2007	8.119.761	6.552.389	1.567.372	-	-	-	-
2008	8.084.504	6.304.274	1.780.230	-	-	-	-
2009	8.129.162	6.306.409	1.685.463	1.106	85.932	38.725	11.527
2010	12.543.711	10.307.573	2.031.899	7.171	122.331	33.058	41.679
2011	14.430.962	12.030.771	2.205.043	14.290	107.903	28.443	44.512
Total 2006/2011	60.106.398	48.267.431	11.302.290	22.567	316.166	100.226	97.718

Período	Autos Lavrados				
	Total	Excesso de Peso	RNTRC	Vale-Pedágio	TRIC
2006	30.580	22.736	1.947	5.866	31
2007	55.143	43.227	4.936	6.962	18
2008	58.265	54.411	2.321	1.369	164
2009	88.544	78.732	2.500	7.231	81
2010	143.716	124.412	13.301	5.358	645
2011	146.219	133.165	9.119	3.442	493
Total 2006/2011	522.467	456.683	34.124	30.228	1.432

Fonte: Veículos Fiscalizados - Unidades Regionais; Autos Lavrados - SGM, SISMULTAS e Unidades Regionais; Obs¹: Dados de Veículos Fiscalizados referentes a Excesso de Peso por Nota, RNTRC, Vale-Pedágio e TRIC anteriores a 2009 indisponíveis. Obs²: Nos dados referentes a "Veículos Pesados", "Balança Precisão", estão incluídos os dados das balanças fixas lentas e das balanças móveis.

FISCALIZAÇÃO DO EXCESSO DE PESO

A fiscalização do excesso de peso ocorre nas Rodovias Federais concedidas em postos de pesagens fixos e móveis ou por verificação de peso declarado em nota fiscal. Em 2011 foram fiscalizados 14.235.814 veículos em postos de pesagem rodoviários, sendo 12.030.771 em balanças seletivas e 2.205.043 em balanças de precisão. O resultado representa acréscimo (no comparativo com 2010) de 16,72% no quantitativo de veículos fiscalizados em balanças seletivas, e de 8,52% no total de veículos fiscalizados em balança de precisão. No somatório das balanças (seletiva e precisão), em 2011, houve melhoria de 15,04% em relação ao resultado obtido no ano anterior (12.339.472). Houve ainda 14.290 veículos fiscalizados por averiguação do peso declarado em Documento Fiscal (incremento na ordem de 99,27% em relação a 2010). Destaque-se que o total de autos lavrados por excesso de peso em 2011 foi 133.165, ante 124.412 em 2010, o que corresponde a um aumento na ordem de 7,04%. A seguir é apresentada a evolução do resultado da fiscalização do excesso de peso.

Fiscalização do Excesso de Peso

Período	Veículos Pesados			Autos Lavrados	Precisão/Seletiva (%)	Autos Lavrados/Precisão
	Total	Seletiva	Precisão			
2006	8.798.298	6.766.015	2.032.283	22.736	0,30%	0,01
2007	8.119.761	6.552.389	1.567.372	43.227	0,24%	0,03
2008	8.084.504	6.304.274	1.780.230	54.411	0,28%	0,03
2009	7.991.872	6.306.409	1.685.463	78.732	0,27%	0,05
2010	12.339.472	10.307.573	2.031.899	124.412	0,20%	0,06
2011	14.235.814	12.030.771	2.205.043	133.165	0,18%	0,06
Total 2006/2011	59.569.721	48.267.431	11.302.290	456.683	0,23%	0,04

Fonte: Fonte: Veículos Pesados – Unidades Regionais e Autos Lavrados - SGM. Dados sujeitos a revisão.

Obs¹: Nos dados referentes a "Veículos Pesados", "Balança Precisão", estão incluídos os dados das balanças fixas lentas e das balanças móveis.

FISCALIZAÇÃO DO REGISTRO NACIONAL DE TRANSPORTADORES RODOVIÁRIOS DE CARGAS – RNTRC

Com a publicação da Lei nº 10.233/01, definiu-se como esfera de atuação da ANTT o transporte rodoviário de cargas, cabendo à Agência, como atribuições específicas pertinentes ao referido transporte, promover estudos e levantamentos relativos à frota de caminhões, empresas constituídas e operadores autônomos, bem como organizar e manter um Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga, o RNTRC. Destaque-se que este segmento pode ser fiscalizado em todo o território nacional. No ano de 2011, foram fiscalizados 107.903 veículos quanto à regularidade de inscrição e atendimento às disposições relativas ao RNTRC, redução de 11,79% em relação a 2010 (quando foram fiscalizados 122.331 veículos). No que tange aos autos lavrados, por agentes da ANTT, no segmento RNTRC, estes totalizaram 9.119, número 31,44% inferior ao resultado do ano anterior. Ainda foram lavrados 9.571 autos do RNTRC por Órgãos Conveniados em 2011. Consta abaixo a evolução dos resultados da fiscalização do RNTRC:

Fiscalizações do Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas - RNTRC

Período	Veículos Fiscalizados	Autos Lavrados	Autos Lavrados/Veículos Fiscalizados
2006	-	1.947	0,00%
2007	-	4.936	0,00%
2008	-	2.321	0,00%
2009	85.932	2.500	2,91%
2010	122.331	13.301	10,87%
2011	107.903	9.119	8,45%
Total 2006/2011	316.166	34.124	10,79%

Fontes: Veículos Fiscalizados – Unidades Regionais; Autos Lavrados - SISMULTAS. Dados sujeitos a revisão.

Obs: Dados referentes a Veículos Fiscalizados anteriores a 2009 indisponíveis.

FISCALIZAÇÃO DO VALE-PEDÁGIO OBRIGATÓRIO

Compete à ANTT a regulamentação, a coordenação, a delegação e a fiscalização, o processamento e a aplicação das penalidades por infrações relativas ao Vale-Pedágio obrigatório, instituído pela Lei nº 10.209/01. Ressalve-se que a fiscalização do Vale-Pedágio Obrigatório pode ocorrer em qualquer rodovia concedida. Neste segmento foram fiscalizados, em 2011, 28.443 veículos; valor 13,96% inferior ao total de veículos fiscalizados nesta modalidade em 2010. Quanto aos autos lavrados na modalidade Vale Pedágio, por agentes da ANTT, estes somaram 3.442, quantitativo 35,76% inferior àquele observado em 2010 (5.358). Os autos lavrados por Órgãos Conveniados neste segmento (em 2011) totalizaram 1.661. Estão demonstrados na seqüência os dados da fiscalização do Vale Pedágio:

Fiscalização do Vale-Pedágio Obrigatório

Período	Veículos Fiscalizados	Autos Lavrados	Autos Lavrados/Veículos Fiscalizados
2006	-	5.866	0,00%
2007	-	6.962	0,00%
2008	-	1.369	0,00%
2009	38.725	7.231	18,67%
2010	33.058	5.358	16,21%
2011	28.443	3.442	12,10%
Total 2006/2011	100.226	30.228	30,16%

Fontes: Veículos Fiscalizados – Unidades Regionais; Autos Lavrados - SISMULTAS.

Dados sujeitos a revisão.

Obs: Dados referentes a Veículos Fiscalizados anteriores a 2009 indisponíveis.

FISCALIZAÇÃO DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERNACIONAL DE CARGAS – TRIC

Cabe à ANTT, acerca do Transporte Rodoviário Internacional de Cargas, a fiscalização quanto ao cumprimento da legislação constante dos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário. Tais fiscalizações geralmente ocorrem com apoio de Órgãos Conveniados nas proximidades dos pontos de fronteiras terrestres brasileiros. Nesta modalidade foram fiscalizados 44.512 veículos em 2011, valor 6,80% maior do que o resultado obtido no ano de 2010. Destaque-se que em 2011 foram lavrados 493 autos de infração no TRIC por agentes da ANTT. O número representa uma queda na ordem de 23,57% do total de autos lavrados em 2010 (no qual foram lavrados 645 autos). Ainda houve 463 autos de infração do TRIC aplicados por Órgãos Conveniados. Consta em seguida a evolução dos resultados da fiscalização do TRIC:

Fiscalização do Transporte Rodoviário Internacional de Cargas - TRIC

Período	Veículos Fiscalizados	Autos Lavrados	Autos Lavrados/Veículos Fiscalizados
2006	-	31	-
2007	-	18	-
2008	-	164	-
2009	11.527	81	0,01%
2010	41.679	645	0,02%
2011	44.512	493	0,01%
Total 2006/2011	97.718	1.432	1,47%

Fontes: Veículos Fiscalizados – Unidades Regionais; Autos Lavrados - SISMULTAS. Dados sujeitos a revisão.

Obs: Dados referentes a Veículos Fiscalizados anteriores a 2009 indisponíveis.

Estudos e Pesquisas

A ANTT, por meio da Superintendência de Estudos e Pesquisas, aprimorou o desenvolvimento de estudos e a promoção de pesquisas objetivando fornecer os necessários subsídios técnicos relacionados à área de atuação da Agência e alinhados ao seu Plano Estratégico. No ano de 2011 foram desenvolvidas diversas atividades, conforme exposto a seguir.

PROGRAMAS ESTRUTURANTES/PROJETOS

PROJETO DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIA E INSTRUMENTO PARA ANÁLISE DE CUSTOS FERROVIÁRIOS

No contexto do Programa Aperfeiçoamento de Marcos Regulatórios insere-se o Projeto Desenvolvimento de Metodologia e Instrumento para Análise de Custos Ferroviários sob a gestão da SUEPE. O projeto teve como objetivo desenvolver metodologia para o cálculo dos custos ferroviários baseada nos dados oficiais disponíveis na ANTT, além de desenvolver e implantar um modelo informatizado para obtenção dos valores unitários (por tonelada) desses custos para os fluxos de transportes de cargas transportados pelas concessionárias que operam as malhas federais concedidas.

Suas principais funcionalidades são: revisão das tarifas de referência dos contratos de concessão; análise dos valores prescritos para o Tráfego Mútuo e o Direito de Passagem; estabelecimento de tarifas para novos produtos; determinação dos custos variáveis de longo prazo e subsídios para a avaliação das condições de devolução de ramais supostamente antieconômicos. O estudo foi finalizado em fevereiro de 2011, com a conclusão do desenvolvimento de uma ferramenta, em ambiente WEB, SICOF, bem como sua implantação na ANTT e os operadores do Sistema devidamente capacitados para exercerem suas atividades.

APRIMORAMENTO DA FERRAMENTA SISLOG PARA ANÁLISE DE PROJETOS DE TRANSPORTE

O projeto, que tratou do aprimoramento do Sistema Logístico e de Transporte – SISLOG e inclusão de novas funcionalidades, teve como objetivo contribuir com a elaboração dos planos de outorga de transportes terrestres, com a repactuação dos contratos existentes e com a avaliação técnica e econômica de projetos estratégicos de transportes por intermédio de uma ferramenta de planejamento de transportes. Neste sentido, além das diversas Reuniões Técnicas destinadas à discussão, orientação e avaliação dos trabalhos desenvolvidos, a SUEPE realizou módulos de capacitação das versões atualizadas da ferramenta. A ferramenta foi aplicada na ANTT em atividades inerentes às suas funções.

DESENVOLVIMENTO E INSERÇÃO DE NOVAS FUNCIONALIDADES NO MODELO DE CÁLCULO DE CUSTOS FERROVIÁRIOS DE CARGA E NA FERRAMENTA SISLOG

Durante o desenvolvimento e aprimoramento das ferramentas SICOF e SISLOG, os técnicos da ANTT detectaram a necessidade de aprimoramento e incorporação de novas metodologias e funcionalidades às já disponíveis nos sistemas de informação implantados e atualmente em uso na Agência. Ademais, mostrou-se necessária uma integração entre os dois sistemas: SICOF e SISLOG. Ainda neste sentido,

posteriormente foi solicitado pela SUPAS/ANTT, a inclusão de uma nova funcionalidade no SISLOG, ou seja, o Desenvolvimento e Implantação do Módulo de Transporte Terrestre de Passageiros. Assim, em dezembro de 2011 foi iniciado um estudo cujo objetivo é o desenvolvimento de desenvolver ações voltadas ao desenvolvimento e inserção de novas funcionalidades no modelo de custos ferroviários de cargas e na ferramenta SISLOG (cargas e passageiros); bem como ao treinamento na ANTT para utilização das ferramentas.

ELABORAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO – MGIC

O objetivo desse projeto é a construção de um Modelo de Gestão da Informação e do Conhecimento (MGIC) para a ANTT, de forma a contribuir com o desenvolvimento de ações voltadas à melhoria de atuação da Agência, por meio de proposições relativas a práticas, processos e filosofias direcionadas à ampliação dos benefícios em tecnologia da informação e à racionalização do aproveitamento do capital humano da Agência. A Universidade Federal Fluminense – UFF, responsável, por meio de um Acordo de Cooperação Técnica com a ANTT, pela elaboração do Modelo de Gestão da Informação e do Conhecimento – MGIC (um projeto de três anos: 2010/2013) concluiu algumas tarefas, a saber: a) relatório contemplando a metodologia adotada para o projeto e as ferramentas a serem utilizadas; b) workshop com apresentação, para o corpo técnico da ANTT, da metodologia adotada; e c) realização de levantamentos necessários ao desenvolvimento do MGIC em algumas Unidades Organizacionais da Agência.

REVISTA ANTT

A SUEPE deu continuidade à publicação e divulgação da Revista ANTT, revista técnico-científica, que tem por objetivo servir de canal de intercâmbio de conhecimento entre a ANTT, o setor regulado, a academia e a sociedade em geral; além de instrumento de aperfeiçoamento da qualidade da regulação exercida pela Agência. Nos meses de maio e novembro foram publicadas as edições online da Revista, com artigos remetidos por autores pertencentes ao quadro da ANTT e de outros órgãos e instituições de pesquisa. No mês de novembro as duas edições – de maio e de novembro – foram também publicadas em um único volume impresso, cujo lançamento ocorreu, assim como em anos anteriores, no Congresso Anual da ANPET (Associação Nacional de Pesquisa e Ensino em Transportes).

PESQUISA DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DE RODOVIA FEDERAL CONCEDIDA BRII6/RJ-SP (NOVADUTRA)

Essa pesquisa teve como objetivo identificar o perfil sócio-econômico de usuários de uma rodovia federal concedida, os parâmetros de qualidade que eles mais valorizam e seu grau de satisfação com relação à qualidade dos serviços prestados na rodovia. A coleta de dados foi feita em postos de abastecimento localizados nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, ao longo da rodovia BR-116/RJ/SP (NOVADUTRA)

e as entrevistas aconteceram diretamente com os usuários (motoristas que utilizam a rodovia), os quais foram convidados a responder um questionário no momento em que interrompiam suas viagens, para abastecer ou para outros serviços. A pesquisa foi concluída em 2011 com a entrega de relatório com os resultados encontrados.

ACOMPANHAMENTO DE FRETES PRATICADOS E VERIFICAÇÃO DE SEUS IMPACTOS EM FUNÇÃO DE ALTERAÇÕES NAS CONDIÇÕES DAS RODOVIAS

O projeto tem como objetivo a execução de atividades relacionadas ao acompanhamento e à análise do comportamento dos fretes praticados no setor rodoviário de carga. Em 2011, após celebração de convênio com a Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz – FEALQ, os técnicos da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ iniciaram o estudo citado e finalizaram a etapa de escolha de corredor de transporte de interesse da ANTT. A partir daí consolidou-se e atualizou-se o banco de dados, com informações relativas aos fretes praticados para produtos selecionados que geram fluxos relevantes no corredor escolhido.

PESQUISA SOBRE A INTERFACE MEIO AMBIENTE/TRANSPORTES TERRESTRES NO ÂMBITO DE ATUAÇÃO DA ANTT

Este estudo possibilitou diagnosticar a questão ambiental das atividades contidas na área de atuação da Agência junto aos principais atores envolvidos: IBAMA, Órgãos Estaduais Licenciadores Ambientais, Concessionárias Rodoviárias, Concessionárias Ferroviárias e Equipes de Fiscalização da ANTT. Os resultados possibilitaram caracterizar o cenário atual, principalmente no que diz respeito ao processo de Licenciamento Ambiental das intervenções previstas no contexto das concessões rodoviárias e ferroviárias; identificar os principais problemas relacionados e apresentar sugestões compatíveis. Cabe ressaltar como resultado a proposição de Indicadores de Desempenho Ambiental aplicáveis às concessões rodoviárias e ferroviárias reguladas pela ANTT.

ESTUDOS RELACIONADOS ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E O SETOR TRANSPORTES

Os estudos relacionados às Mudanças Climáticas e o Setor Transportes resultaram na elaboração do 1º Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas por Veículos Automotores Rodoviários, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Estes Estudos possibilitaram, também, a elaboração do 1º Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas do Transporte Ferroviário de Cargas, em parceria com o Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA), que apresentou as emissões totais agregadas de 2002 a 2010. Além disso, este Estudo foi utilizado como subsídio à elaboração do Plano de Mudanças Climáticas do Setor Transportes.

SEGURANÇA DE INFRAESTRUTURAS CRÍTICAS (SIC), NA ÁREA DE TRANSPORTES TERRESTRES.

O Grupo Técnico para Segurança de Infraestruturas Críticas – GTSIC, criado em 2010, com o objetivo de pesquisar e propor um método de identificação das Infraestruturas Críticas – IEC, cumpriu, em 2011, a missão de proposição do método, bem como a identificação das IEC.

CONTRATOS DE SERVIÇO DE CONSULTORIA COM O BANCO MUNDIAL

A SUEPE vem conduzindo três projetos viabilizados financeiramente pelo Contrato de serviços de consultoria com o Banco Mundial. São eles:

ELABORAÇÃO DE METODOLOGIA A SER APLICADA NA REALIZAÇÃO DA PESQUISA ORIGEM/DESTINO DE CARGA E PASSAGEIRO

Visa à seleção de consultoria especializada para elaboração de metodologia a ser aplicada na realização da pesquisa origem/destino de carga e passageiro. Estão também incluídas atividades de assessoramento na preparação das especificações e documentos de licitação da pesquisa propriamente dita, bem como

o suporte à ANTT no processo de licitação; na supervisão da pesquisa; no processamento dos dados e na elaboração das matrizes de origem e destino para carga e passageiro. Ao longo de 2011 realizou-se o processo de seleção dos consultores, a partir dos aprimoramentos derivados da ideia inicial do projeto.

ESTUDO DAS CARACTERÍSTICAS DA DEMANDA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS (CONTRATOS DE SERVIÇO DE CONSULTORIA COM O BANCO MUNDIAL)

Visa à seleção de consultoria especializada para elaboração de metodologia para estudo das características da demanda do transporte rodoviário de cargas. Dentre os objetivos específicos pretende-se identificar o embarcador do transporte rodoviário de cargas e o seu perfil socioeconômico; determinar: a) quais características operacionais o embarcador deseja para o serviço de transporte; b) quais fatores levam o embarcador a decidir pelo uso do transporte rodoviário de cargas ao invés do ferroviário ou aquaviário, e vice-versa; c) quais características operacionais e quais atributos de serviço devem conter a rodovia pedagiada, sob o ponto de vista do embarcador; e d) até quanto o embarcador está disposto a pagar mais em forma de pedágio. O estudo está dividido em duas fases: 1ª - construção da metodologia (incluindo identificação do universo dos embarcadores, plano amostral, pesquisa qualitativa, elaboração dos formulários/questionários para avaliar as preferências dos embarcadores e seu perfil sócio-econômico) e 2ª - execução da pesquisa de campo (quando, de posse da metodologia final validada, pretende-se realizar a execução da pesquisa por meio da coleta e análise dos dados). Em 2011 foram realizados os procedimentos de contratação da empresa responsável pela elaboração da metodologia, seguindo as diretrizes do Banco Mundial.

REVISÃO DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL DA ANTT – SGA/ANTT (CONTRATOS DE SERVIÇO DE CONSULTORIA COM O BANCO MUNDIAL)

A execução dos estudos destinados à revisão do Sistema de Gestão Ambiental da ANTT – SGA/ANTT objetiva: revisar, atualizar, ampliar e implantar o SGA/ANTT; internalizar a cultura da Gestão Ambiental na Agência; capacitar adequadamente o seu corpo técnico; aprimorar o processo de fiscalização dos entes regulados na interface com as questões socioambientais; contribuir para a eficaz compatibilização dos transportes terrestres concedidos com o Meio Ambiente e prover uma base georreferenciada que permita o armazenamento e a recuperação de informações visando o cumprimento das cláusulas sociais e ambientais dos contratos de concessão e delegação. Em 2011, foi selecionado, por meio de processo licitatório, o consórcio que procederá a revisão do SGA/ANTT, em conformidade com procedimentos previstos pelo Banco Mundial. Em 2011, a Comissão Especial de Licitação elaborou o Relatório de Manifestação de Interesse que selecionou os Consórcios mais adequados, dentre aqueles que manifestaram o interesse em participar da realização do Projeto, em atenção a determinados critérios técnicos. Além disso, elaborou o Relatório de Avaliação Técnica, também em conformidade com critérios e subcritérios técnicos, que resultou na avaliação final das Propostas Técnicas apresentadas pelos Consórcios selecionados. O processo encontra-se em andamento, conforme os procedimentos previstos pelo Banco Mundial.

PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS DE TRABALHO

Membro do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Nº 336, de 22 de setembro de 2009, do Ministério do Meio Ambiente (MMA) para elaborar o 1º Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas por Veículos Automotores Rodoviários.

PARTICIPAÇÃO NO COMITÊ PERMANENTE DE MEIO AMBIENTE – COPEMA/SE

Representante da ANTT no Comitê Permanente de Meio Ambiente (COPEMA)/SE, instituído no âmbito do Ministério dos Transportes, pela Portaria Nº 117, de 22 de maio de 2010.

PARTICIPAÇÃO NO GRUPO TÉCNICO DE SEGURANÇA DE INFRAESTRUTURAS CRÍTICAS (GTSIC), NA ÁREA DE TRANSPORTES TERRESTRES

O GTSIC foi constituído pela Portaria/GSI (Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República) Nº 25, de 27 de abril de 2010, por tempo indeterminado, com o objetivo de pesquisar e propor um método de identificação das Infraestruturas Críticas – IEC. Além disso, o grupo tem como missão: identificar as IEC; levantar e avaliar suas vulnerabilidades e suas interdependências; verificar as causas e avaliar os riscos que possam afetar sua segurança; propor, articular e acompanhar as medidas necessárias à sua segurança; e estudar, propor e implementar um sistema de informações que conterá dados atualizados das IEC que servirão de apoio às decisões.

Marcos Regulatórios

DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA REGULATÓRIA 2011-2012

A Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, imbuída do espírito de melhoria da qualidade regulatória, apresenta sua Primeira Agenda Regulatória para os anos de 2011/2012. Para fins deste Processo, entende-se como Agenda Regulatória o documento que indica as matérias que demandarão uma atuação prioritária no período determinado, buscando a efetividade na aplicação das normas, a previsibilidade das ações e o direcionamento dos esforços para o cumprimento da missão e dos objetivos institucionais da ANTT e para a garantia da movimentação de pessoas e bens, em cumprimento a padrões de eficiência, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade nos fretes e tarifas.

A construção desta primeira Agenda ocorreu por meio de levantamento interno de temas prioritários para a ação regulatória da ANTT. Há previsão de constante revisão da Agenda proposta com ampla participação do setor regulado e usuários, correspondendo à proposta desta Agência de garantir publicidade, transparência e eficiência às suas ações.

Assim, foi publicada a Resolução ANTT nº 3.688/11, de 15 de junho de 2011, a qual *"Institui a Agenda Regulatória no âmbito da Agência Nacional de Transportes Terrestres e aprova a Agenda para o biênio 2011/2012."*, organizada em 8 (oito) Eixos Temáticos os quais contemplam ao todo 69 (sessenta e nove) temas que podem ser acompanhados por meio do hotsite hospedado no endereço eletrônico <http://agendaregulatoria.antt.gov.br>.

Assim, cabe à Gerência de Atos Normativos e de Outorgas - GEATO o acompanhamento do andamento de todos os temas da Agenda Regulatória, o que envolve dentre outras atividades a revisão e atualização de Planos de Projeto, a realização de reuniões periódicas para acompanhamento e controle, além da função de garantir que o escopo dos temas esteja aderente às diretrizes da Diretoria Colegiada. Nesse sentido, com o objetivo de homogeneizar e aprimorar os mecanismos de condução da Agenda Regulatória foi publicada a primeira revisão da Instrução para Elaboração, Implementação e Revisão da Agenda Regulatória, cujo documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://intra/documentos/normas/Manual_AR_Segunda_Edicao20120313.pdf

Por fim, cabe ressaltar que, em 10 de novembro de 2011, foi realizado evento aberto ao público em geral com o objetivo de dar conhecimento à sociedade da implementação da Agenda Regulatória da ANTT e, em especial, do início do processo de sua primeira revisão ordinária. Realizado no Auditório da ANTT, no período das 14:30 às 17:30 hs, o evento contou com a presença de 92 participantes, entre público externo e servidores da Agência.

A primeira parte do evento prestou-se a introduzir o conceito de Agenda Regulatória e sua importância para

a eficiência do processo regulatório. Foi feita também uma apresentação acerca do processo interno de construção e dos métodos de implementação da Agenda Regulatória da ANTT, por meio da adoção de boas práticas em gerenciamento de projetos e contando com apoio do Escritório de Projetos e Processos – EPP da Agência. Aproveitou-se a oportunidade para uma breve exposição sobre os objetivos e ferramentas dos Processos de Participação e Controle Social da ANTT, indispensáveis à efetividade da Agenda Regulatória. Também foi apresentado o hotsite da Agenda Regulatória hospedado no endereço eletrônico <http://agendaregulatoria.antt.gov.br>.

A segunda parte do evento teve por foco a revisão ordinária da Agenda Regulatória, sendo, portanto, marco inicial do referido processo. Na oportunidade foram explicados à sociedade em geral e especificamente ao mercado regulado os procedimentos necessários à implementação da revisão.

Foram apresentadas as propostas elaboradas pelas áreas técnicas da ANTT para revisão dos temas de cada Eixo Temático que compõe a Agenda Regulatória. Ao final da apresentação dos Eixos Temáticos foram divulgadas as datas de realização das Reuniões Participativas nas quais cada eixo seria individualmente discutido.

Desta feita, conforme previsto, foram realizadas Reuniões Participativas específicas, por meio das quais, além de reforçar junto à sociedade o conteúdo e a abrangência dos temas constantes de cada Eixo Temático que compõe ou que deverão compor a Agenda Regulatória da ANTT para o ano de 2012, procedeu-se à coleta e posterior apreciação de sugestões para ampliação do escopo desses temas ou inclusão de novos temas.

Revisão da agenda regulatório/2011/ANTT - Reuniões

Data	Horário	Nº	Eixo Temático
16/11/2011	10h às 12h	002	Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal Concedida
06/12/2011	10h às 12h	003	Temas Gerais
07/12/2011	10h às 12h	004	Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros
07/12/2011	10h às 12h	005	Transporte Ferroviário de Passageiros
08/12/2011	09h às 11h	006 e 007	Transporte Ferroviário de Cargas e Exploração da Infraestrutura Ferroviária e Arrendamento dos Ativos Operacionais.
13/12/2011	15h às 17h	008 e 009	Transporte Rodoviário de Cargas e Transporte Multimodal

DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA AGENDA REGULATÓRIA

Considerando a necessidade de conferir transparência e uniformidade aos procedimentos referentes à condução da Agenda Regulatória da ANTT, foi desenvolvido pela SUREG o Manual de Procedimentos para implementação, acompanhamento e revisão da Agenda Regulatória. A adoção do referido manual foi tornada obrigatória por meio da Ordem de Serviço nº 001/2011/DG/ANTT, de 14 de junho de 2011 e pode ser acessado pelo endereço eletrônico : http://intra/documentos/normas/Manual_AR_N001__ANTT.docx.

DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO MANUAL DE PROCEDIMENTOS DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL – PPCS

Considerando a necessidade de conferir transparência e uniformidade aos procedimentos referentes à condução do Processo de Participação e Controle Social da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, foi desenvolvido pela SUREG o Manual de Procedimentos do Processo de Participação e Controle Social. A adoção do manual foi tornada obrigatória por meio da Ordem de Serviço nº 004/2011/DG/ANTT, de 30 de setembro de 2011, e pode ser acessado pelo endereço eletrônico: http://intra/documentos/normas/MANUAL_PPCS_26_09_11_-versaofinal.docx

CONTRATAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO DE CONSULTORIA PARA REVISÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS DA ANTT

Trata de contratação de serviços especializados para a revisão dos Marcos Regulatórios da Agência Nacional de Transportes Terrestres, entendidos como o conjunto de normas vigentes, editadas pela ANTT, de caráter geral e abstrato, destinadas a regulamentar o setor de transportes terrestres.

Destaca-se como papel da Superintendência de Marcos Regulatórios - SUREG, responsável pela gestão do contrato, o acompanhamento dos trabalhos e o aceite dos produtos entregues bem como a interlocução entre as áreas finalísticas da Agência frente a necessidades de elaboração de opiniões legais sobre temas a respeito dos quais a ANTT entender necessário maior aprofundamento.

O projeto tem valor total de R\$1.736.057,26 (um milhão, setecentos e trinta e seis mil, cinquenta e sete reais e vinte e seis centavos) e duração prevista de 14 (quatorze) meses. Os objetivos gerais do projeto, concretizados em 13 (treze) produtos a serem entregues ao longo do período de vigência do projeto são:

- Diagnóstico e análise dos Marcos Regulatórios vigentes;
- Adequação de eventuais impropriedades e contradições existentes nos Marcos Regulatórios vigentes;
- Elaboração de minutas de regulamentos setoriais;
- Definição de metodologia para a elaboração da Agenda Regulatória da ANTT;
- Apoio na implantação da Agenda Regulatória.

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE A AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES – ANTT E O INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA

Trata de Termo de Cooperação Técnica entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, publicado no Diário Oficial da União em 20 de agosto de 2010, o qual tem como objeto o estabelecimento de parceria entre os dois órgãos visando o desenvolvimento de Metodologia de Análise do Impacto Regulatório e de Sistema de Informação para tratamento dos dados e apoio à decisão a serem utilizados no âmbito do Setor de Transportes Terrestres regulado pela ANTT.

O projeto, sob coordenação técnica a cargo do IPEA, tem vigência de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de sua assinatura, a qual ocorreu em 18 de agosto de 2012. Conforme consta do Termo de Referência de Pesquisa, exarado às folhas 06 à 13 do Processo nº 50500.087163/2010-14, foi inicialmente estimado o valor de R\$ 504.047,36 em recursos, com seis repasses programados ao longo do projeto, pela ANTT ao IPEA, no valor total de R\$ 448.599,36. No entanto, conforme consta da Nota Técnica nº 058/SUREG/2011, a qual trata da liberação da primeira parcela prevista no Termo de Cooperação, houve uma redistribuição dos recursos orçamentários previstos para o projeto em função da redução da

quantidade de profissionais necessários para execução das atividades previstas para os projetos. Isto posto, a previsão orçamentária sofreu redução proporcional. Da mesma forma ocorreu com os valores dos repasses. O valor total dos repasses programados da ANTT para o IPEA passaram de R\$ 448.599,36 para R\$ 255.299,36. Cabe ressaltar, ainda, que conforme consta da mesma Nota Técnica, em função do atraso no início das atividades, os prazos inicialmente previstos também foram desconsiderados, e as parcelas serão repassadas conforme o andamento das atividades, que são de responsabilidade tanto da ANTT quanto do IPEA.

DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO MANUAL PARA USO DO FORMULÁRIO DE ANÁLISE PRELIMINAR DE IMPACTO REGULATÓRIO – FAPIR

Considerando a necessidade de conferir transparência e uniformidade aos procedimentos referentes à condução do Processo de Participação e Controle Social da Agência Nacional de Transportes Terrestres, o Diretor-Geral da ANTT, no uso de suas atribuições dispostas no art. 109 da Resolução ANTT nº 3.000/2009, recomendou, por meio da Ordem de Serviço nº 002/2011/DG/ANTT, de 08 de setembro de 2011, a adoção do Formulário de Análise Preliminar de Impacto Regulatório para a análise de Projetos de Lei e de temas constantes da Agenda Regulatória. O FAPIR pode ser acessado no endereço eletrônico: <http://intra/documentos/normas/sureg/instrucoesFapir27-10-11-versaoFinal.docx>

Cabe esclarecer que se encontra em desenvolvimento o Formulário Eletrônico de Análise Preliminar de Impacto Regulatório com base no modelo físico do FAPIR, o qual foi desenvolvido em conjunto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, dentro do escopo das atividades e produtos previstos no Termo de Cooperação Técnica entre a ANTT e o IPEA.

CONDUÇÃO DE PROCESSO PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DE SERVIÇOS REGULADOS PELA ANTT, COM DEFINIÇÃO DE METODOLOGIA A SER ADOTADA NA APLICAÇÃO DA PESQUISA.

Com o intuito de compreender melhor os anseios dos usuários dos serviços regulados pela ANTT, e dessa forma aprimorar a atuação regulatória dessa agência, iniciou-se em 2011, processo para a realização de Pesquisa de Satisfação do Usuário, abrangendo os seguintes mercados:

- Transporte rodoviário interestadual de passageiros;
- Transporte rodoviário interestadual de passageiros semiurbano;
- Transporte rodoviário internacional de passageiros;
- Transporte rodoviário internacional de passageiros semiurbano;
- Transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros sob o regime de fretamento;
- Transporte ferroviário de passageiros regular, eventual ou turístico;
- Transporte ferroviário de cargas das ferrovias federais concedidas; e
- Rodovias federais concedidas e rodovias estaduais delegadas.

A contratação em tela é medida estratégica para assegurar aos usuários a adequada prestação do serviço. É fundamental que se saiba, a partir dos usuários, qual é o conceito real (e não apenas legal) do que é o serviço adequado, levando em consideração os resultados que só uma pesquisa com uma metodologia consistente pode revelar.

Caso contrário, a utilização dos recursos da ANTT em suas várias missões, dentre as quais normatização, fiscalização ou mesmo de atendimento ao usuário, podem estar sendo destinados de maneira imprópria. De maneira muito objetiva, e em outras palavras, enquanto não se sabe o que realmente o usuário precisa, o dispêndio de recursos na atividade regulatória pode estar mal orientado.

Os resultados dessa pesquisa se tornarão, dessa forma, uma importante ferramenta tanto de planejamento como de aferição de ações regulatórias adotadas.

Com recursos do Banco Mundial, foi contratado o Consórcio Transplan/Futura para o desenvolvimento da metodologia para a aplicação da pesquisa. A sua aplicação deve ser conduzida por outra empresa, a ser contratada por meio de uma nova licitação, sempre que necessário, conforme periodicidade que se julgar adequada. Em 2011, os produtos entregues pelo Consórcio à ANTT foram o Relatório contendo resultado de Pesquisa Qualitativa e Relatório contendo resultado de Desenvolvimento de Metodologia de Pesquisa Qualitativa.

Em 2012 serão entregues os produtos complementares culminado com a licitação de empresa para a aplicação da pesquisa em âmbito nacional.

REALIZAÇÃO DO III SEMINÁRIO DE DEFESA DO USUÁRIO DO SERVIÇO DE TRANSPORTES TERRESTRES COM PARTICIPAÇÃO DE REPRESENTANTES DE VÁRIOS SEGMENTOS DO MERCADO DE TRANSPORTES E PALESTRANTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS.

O Seminário sobre Direitos e Deveres dos Usuários de Transportes Terrestres, chegou à sua 3ª edição com o objetivo de discutir “O papel da Regulação para a Qualidade dos Serviços de Transportes Terrestres”.

Em especial, o tema deste ano representou continuidade dos eventos anteriores, buscando asseverar a função social que esta Agência desempenha.

O foco na qualidade se mostra essencial dentro de um contexto em que se debate o aprimoramento de diversos serviços públicos tutelados pelas agências reguladoras, em especial nas áreas de transportes, telecomunicações e energia.

A necessidade de conscientização dos usuários sobre seus direitos e deveres exige que ANTT envide esforços no sentido de assegurar não apenas a regularidade, modicidade tarifária, mínima segurança ou níveis adequados de utilização pela sociedade, mas também ampliar a divulgação e dar mais transparência à sua atuação para permitir ao usuário o pleno exercício de cidadania na utilização dos serviços públicos, de forma mais eficiente.

Nesse sentido, o Seminário debateu aspectos sensíveis à percepção de qualidade pelo usuário, tanto em relação ao transporte rodoviário de passageiros, como em relação às concessões rodoviárias e ferroviárias.

REVISÃO DOS MANUAIS DE CONTABILIDADE

Com vista ao atendimento das alterações contábeis promovidas pela Lei nº 11.638/07, foram adotados os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitidos em 2008 assim como prevista a revisão dos Manuais de Contabilidade e Plano de Contas Padrão para as concessionárias e permissionárias.

Dada complexidade dessa adequação, entendeu-se necessária a contratação de consultoria para apoio à ANTT para revisão dos manuais.

Tal procedimento foi iniciado em abril de 2011, Contrato nº 005/2011, de 12 de abril de 2011, junto a PwC – Price Waterhouse Coopers Auditores Independentes, com recursos do empréstimo junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Processo nº 50500.054436/2009-01 com previsão de encerramento no primeiro trimestre de 2012.

Durante o ano foram executadas diversas etapas do contrato sendo apresentado o Relatório de Estudos Técnicos (Atividade 1), que foi preparado a partir dos levantamentos, análises e discussões com o objetivo de demonstrar o impacto de cada pronunciamento/interpretação/orientação do CPC por modal e respectivas propostas iniciais de alterações nos Manuais de Contabilidade. Também foram apresentadas as minutas para avaliação dos manuais por modal (Atividades 2, 3 e 4).

APRIMORAMENTO DE BANCO DE DADOS DE ESTRUTURA SOCIETÁRIA DE EMPRESAS REGULADAS PERMITINDO UM MAPEAMENTO DE GRUPOS ECONÔMICOS.

Com o objetivo de melhorar o mapeamento de grupos econômicos que atuam, participam ou controlam as empresas reguladas pela ANTT, iniciou-se o aprimoramento do banco de dados de estrutura societária de empresas reguladas, com o objetivo de ser uma fonte confiável de consulta necessária na análise de pleitos e estudos diversos.

ELABORAÇÃO E EDIÇÃO DO REGULAMENTO DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS, ESTABELECENDO NOVO MARCO REGULATÓRIO PARA O SETOR.

Parte de novo marco regulatório para o setor de ferrovias entrou em vigor por meio da Resolução nº 3.694/11 que consolidou direitos dos usuários bem como definiu regras mais claras para todo o setor, com destaque para:

- Caracterização do serviço exclusivo, que deve ser contratado pelo usuário junto à concessionária para a viabilização do transporte de carga pela ferrovia;
- Usuário Dependente: novas regras foram estipuladas, simplificando o processo de concessão do registro, eliminando a necessidade de análise por parte da agência; e
- Usuário Investidor: trouxe regras possibilitando que o usuário realize investimento na concessão por meio de aquisição de material rodante ou realização de obras em programas e projetos de expansão ou recuperação da malha ferroviária existente para viabilizar o transporte de carga própria.

CONDUÇÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA APURAR INFRINGÊNCIA AOS NORMATIVOS VIGENTES PELAS EMPRESAS REGULADAS.

Procedimento utilizado para apuração de infrações e aplicação de penalidades em decorrência de condutas que infringem a legislação de transportes terrestres e os deveres estabelecidos nos editais de licitação, nos contratos de concessão, de permissão e de arrendamento e nos termos de outorga de autorização.

Importante ressaltar que em 2011 foram instaurados os primeiros processos para apurar descumprimento de regras estabelecidas para o funcionamento do Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC das empresas reguladas pela ANTT.

ANÁLISE DE OPERAÇÕES DE TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE, REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS, ALTERAÇÕES DE ESTATUTO SOCIAL E DE ACORDO DE ACIONISTAS.

As operações acima apontadas têm o poder de afetar o grupo de controle das concessionárias de rodovias, ferrovias e permissionárias ou autorizatárias especiais de serviços regulares de transporte interestadual ou internacional de passageiros.

Os processos são conduzidos com o objetivo de verificar a possibilidade de a operação acarretar infringência à legislação de repressão ao abuso do poder econômico e da defesa da concorrência.

A defesa da concorrência é regulamentada pela Lei nº 12.529/11 que traz em seu art. 36, rol exemplificativo de condutas caracterizadas como infração à ordem econômica. Ao analisar cada conduta, deve-se partir do pressuposto de que a operação pode ensejar efeitos positivos ou negativos sobre o bem-estar econômico e, por isso, não pode ser condenada ou aprovada sem que antes se proceda uma avaliação completa de suas conseqüências, com base no princípio da razoabilidade.

A análise técnica das operações é feita nos moldes definidos pelo “Guia para Análise Econômica de Atos de Concentração” elaborado pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda - SEAE/MF e é apresentada por meio de uma Nota Técnica elaborada pelo técnico, aprovada pelo Gerente e pelo Superintendente. No curso da avaliação do pleito das empresas, é considerado também as disposições editalícias e contratuais firmadas pela Concessionária com o poder concedente.

HABILITAÇÃO DE ADMINISTRADORAS DE MEIOS DE PAGAMENTO ELETRÔNICO DE FRETE

Procedimento que visa avaliar a comprovação da boa situação financeira das empresas requerentes a atuarem como Administradoras de Meios de Pagamento Eletrônico de Frete de acordo com o estabelecido

no inciso IV, art. 14 da Seção I da Resolução nº 3.658/11, de 19 de abril de 2011, por meio da qual a ANTT regulamentou o art. 5º-A da Lei nº 11.442 que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros mediante remuneração e estabeleceu a obrigatoriedade do pagamento do frete por crédito em conta de depósito mantida em instituição bancária ou outros meios de pagamento eletrônico.

Em complemento, foi editada pela SUREG, a Ordem de Serviço nº 003/2011/SUREG/ANTT por meio da qual foram definidos parâmetros para atendimento ao art. 14, inciso IV da Resolução ANTT nº 3.658. Com base exclusivamente nesses parâmetros a GEAFI analisou 14 pedidos de habilitação dos quais 11 empresas apresentaram condições de serem habilitadas. O quadro a seguir apresenta a relação dos processos analisados:

Processo	Empresa	Atendimento aos critérios da nº OS 003/2011/SUREG/ANTT
50500.036184/2011-44	REPOM S/A	SIM
50500.037294/2011-23	GPS Logística e Gerenciamento de Riscos S/A	SIM
50500.037293/2011-89	ROADCARD Soluções Integradas em Meios de Pagamento S/A.	SIM
50500.038935/2011-88	DBTRANS S/A	SIM
50500.048569/2011-54	ECOFROTAS - Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda	NÃO
50500.039347/2011-41	POLICARD Systems E Serviços S/A	SIM
50500.061569/2011-40	Banco Bradesco S/A	SIM
50500.060255/2011-20	Ticket Serviços S/A	SIM
50500.076019/2011-25	Caruana S/A - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	SIM
50500.065496/2011-65	CTF Technologies do Brasil Ltda	NÃO
50500.082960/2011-88	MULTISAT Sistemas de Gerenciamento de Risco Ltda	SIM
50500.076952/2011-01	ND DIGITAL S/A Software	SIM
50500.065188/2011-30	AUTOFAX Tecnologia em Informações em Comerciais LTDA	NÃO
50500.074304/2011-10	FASTCRED Administração e Serviços LTDA	SIM
50500.099106/2011-51	Banco do Brasil S/A	SIM

ACOMPANHAMENTO DO MERCADO PARA APURAR EVENTUAL ABUSO DE PODER DOMINANTE E REAJUSTES ABUSIVOS

Por meio de monitoramento do mercado, a Gerência da Defesa do Usuário e da Concorrência, ao detectar situação que possa configurar abuso por parte de empresas reguladas, cometidos em desfavor de outras empresas ou usuários do sistema, instaura processo específico para levantamento de informações buscando, com isso, obter os subsídios necessários para tomar as ações mais adequadas para se reverter cenário desfavorável, buscando, dessa forma que o serviço seja sempre prestado de forma adequada.

FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

A Fiscalização Financeira visa, fundamentalmente, à verificação do cumprimento por parte das concessionárias/permissionárias/autorizatórias em regime especial das condições avençadas nos editais de licitação, contratos de outorga e permissão e demais normas legais aplicáveis, no que tange às cláusulas econômico-financeiras.

Extraordinariamente, a Fiscalização Financeira poderá ter como finalidade apurar acontecimentos supervenientes ou fatos relevantes provenientes de demandas específicas internas ou externas à Agência.

Considerando o disposto na Deliberação nº 160/10, de 12 de maio de 2010, e visando agilizar os procedimentos rotineiros, por meio da Portaria nº 10/SUREG/2010, de 9 de novembro de 2010, foi aprovado o Plano Anual de Fiscalização Financeira 2011 e as atualizações do Manual de Fiscalização da Superintendência de Marcos Regulatórios – SUREG. Em decorrência de restrições orçamentárias e questões logísticas visando adequação da equipe da Gerência de Avaliação Econômica e Financeira –

GEAFI, vinculada à SUREG, o Plano Anual de Fiscalização Financeira 2011 foi revisto e atualizado em 31 de maio de 2011.

FISCALIZAÇÃO ORDINÁRIA

Realizada anualmente, tem por base os documentos e informações encaminhados pelas concessionárias/permissionárias/autorizatórias à ANTT e visa atestar a conformidade das empresas reguladas em relação às condições avençadas nos editais de licitação, contratos de outorga e demais normas e regulamentares legais aplicáveis, no que tange aos aspectos financeiros.

Para o ano de 2011 foi selecionado um total de 41 empresas, sendo 12 concessionárias de ferrovias, 14 concessionárias de rodovias e 15 permissionárias/autorizatórias cujas atividades realizadas constam dos seguintes processos:

Processo	Concessionárias De Ferrovias
50500.002922/2011-50	ALL – América Latina Logísticamalha Sul S/A
50500.002931/2011-41	ALL – América Latina Logística Malha Norte S/A
50500.002934/2011-84	ALL – América Latina Logística Malha Oeste S/A
50500.002936/2011-73	ALL – América Latina Logística Malha Paulista
50500.002937/2011-18	EFC – Estrada De Ferro Carajás
50500.002938/2011-62	EFVM – Estrada De Ferro Vitória A Minas
50500.002947/2011-53	Ferrovias Norte-Sul – FNS
50500.002954/2011-55	Transnordestina Logística S/A
50500.002958/2011-33	FCA – FERROVIA CENTRO-Atlântica S/A
50500.002962/2011-00	FTC - Ferrovias Tereza Cristina
50500.002968/2011-79	FERROESTE – Estrada De Ferro Paraná Oeste S/A
50500.002973/2011-81	MRS Logística S/A

Processo	Concessionárias De Rodovias
50500.002975/2011-71	Rodovia Do Aço S/A
50500.002977/2011-60	Transbrasiliana Concessionária De Rodovia S/A
50500.002994/2011-05	CRT – Concessionária Rio-Teresópolis
50500.003003/2011-01	Auto Pista Fernão Dias S/A
50500.003006/2011-37	Auto Pista Fluminense S/A
50500.003009/2011-71	Auto Pista Litoral Sul S/A
50500.003047/2011-23	Auto Pista Planalto Sul S/A
50500.003049/2011-12	Auto Pista Régis Bittencourt
50500.003051/2011-91	Via Bahia Concessionária De Rodovia S/A
50500.003055/2011-70	Nova Dutra - Rodovia Presidente Dutra S/A
50500.003000/2011-60	ECOSUL - Empresa Concessionária De Rodovias Do Sul S/A
50500.003052/2011-36	CONCEPA - Concessionária Da Rodovia Osório-Porto Alegre S/A
50500.003053/2011-81	CONCER-Companhia De Concessão Rodoviária Juiz De Fora - RIO
50500.003056/2011-14	Ponte - Concessionária Da Ponte Rio-Niterói S/A

Processo	Autorizatórias
50500.002724/2011-96	Expresso Itamarati S/A.
50500.002728/2011-74	Expresso Gardenia LTDA
50500.002732/2011-32	Expresso Kaiowa LTDA.
50500.002738/2011-18	Empresa Princesa Do Norte S/A.
50500.002739/2011-54	Empresa Santo Anjo Da Guarda LTDA.
50500.002755/2011-47	Expresso Do Sul S/A.
50500.002761/2011-02	Viacao Nacional S/A
50500.002767/2011-71	TRANSUL Transportes Coletivos LTDA.
50500.002776/2011-62	TRANSPEN - Transporte Coletivo E Encomendas LTDA
50500.002781/2011-75	Brasil Sul Linhas Rodoviaras LTDA.
50500.002788/2011-97	Viacao Sao Luiz LTDA
50500.002795/2011-99	Viacao Santa Cruz S/A
50500.002799/2011-77	Viacao Nasser LTDA
50500.002803/2011-05	Expresso Princesa Dos Campos S/A
50500.002811/2011-43	Viacao Progresso E Turismo S/A.

Essa relação contempla a totalidade das concessionárias de ferrovias e rodovias. Já as empresas permissionárias/autorizatórias foram selecionadas por critério de amostragem devido ao grande número de empresas do setor. Foi definida como premissa básica a existência de contratos de linhas base para a seleção das empresas, o que decorre um total de 129 empresas. Desse universo, considerando o volume de passageiros transportados, foram selecionadas 45 empresas que totalizam 92% do total de passageiros por quilometro transportado pelas empresas, ou seja, um percentual significativo da atuação no setor de transporte rodoviário de passageiros. Ainda, essa seleção abrange mais de 79% da quantidade de linhas executadas e 71% dos contratos existentes. Das 45 empresas selecionadas, 30 foram fiscalizadas no ano de 2010 e 15 foram fiscalizadas no ano de 2011.

Os procedimentos para emissão dos Termos de Encerramento da Fiscalização estão em fase de conclusão pelos técnicos responsáveis por cada empresa.

FISCALIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Executada em caráter eventual, examina ou verifica uma dada matéria, visando atender especificamente a demandas internas da ANTT, com vistas a subsidiar ações regulatórias. Objetiva, também, o exame de fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou extraordinária, sendo realizadas para atender determinação expressa de autoridade competente.

Para o ano de 2011, em decorrência de situações identificadas no procedimento de fiscalização ordinária e/ou acompanhamento econômico-financeiro ocorridos durante o ano de 2010, foram apontadas 7 fiscalizações extraordinárias em concessionárias cujo cronograma de realização, detalhamento do objeto e escopo assim como a equipe responsável consta do Plano Anual de Fiscalização Financeira 2011.

Por questões logísticas e visando adequar a equipe da GEAFI/SUREG ao atendimento do plano de fiscalização, o cronograma originalmente previsto foi alterado. O quadro a seguir apresenta a relação das empresas selecionadas, bem como as datas previstas no Plano Anual de Fiscalização Financeira 2011, e as datas em que foram efetivamente realizadas.

Concessionária	Data prevista	Data de realização
Transnordestina Logística S/A	14 a 18/03/2011	02 a 05/08/2011
Grupo ALL (Malhas Sul, Oeste, Norte e Paulista)	28/03 a 01/04/2011	11 e 12/04/2011 20 a 23/09/2011
CRT – Concessionária Rio-Terezópolis	11 a 13/04/2011	14 a 15/09/2011
CONCER – Companhia De Concessão Rodoviária Juiz De Fora – Rio	13 a 15/04/2011	29 a 30/08/2011
ECOSUL – Empresa Concessionária De Rodovias Do Sul S/A	25 a 29/04/2011	03 e 04/11/2011
Via Bahia Concessionária De Rodovia S/A	09 a 13/05/2011	07 e 08/11/2011
Vale (EFC / EFVM / FNS / FCA)	23 a 27/05/2011	22 a 23/09/2011

INSPEÇÕES

Procedimento utilizado para suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer dúvidas ou apurar fatos que exijam uma vistoria mais detalhada. Como resultado do procedimento regular de fiscalização ordinária, a GEAFI, a qual é vinculada à SUREG, identificou alguns procedimentos que exigiam uma vistoria mais detalhada no que se refere à apuração das Receitas Alternativas das Ferrovias Concedidas.

Considerando tal necessidade, a Gerência propôs a criação de Grupo de Trabalho para realização de inspeções com o objetivo de proceder ao levantamento e apuração das receitas alternativas de projetos associados às atividades objeto dos contratos de exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga e passageiros incluindo a apuração das receitas extraordinárias oriundas da utilização da faixa de domínio para instalação de linhas afetas a sistemas de transmissão de dados, voz, texto, imagem e similares; exploração comercial, inclusive propaganda de espaços disponíveis nos imóveis operacionais; prestação de serviço de consultoria técnica; instalação e exploração de terminais intermodais; e, exploração de projetos imobiliários com aproveitamento de imóveis operacionais. O GT foi constituído por meio da Portaria SUREG N° 01, de 16 de março de 2011, o qual, dentre as atividades programadas, realizou as inspeções a seguir relacionadas.

Concessionária	Data de realização
FTC - Ferrovia Tereza Cristina	10 a 13/05/2011
MRS Logística S/A	20 a 22/07/2011
Ferrovia Norte-Sul – FNS	27 a 29/07/2011
Transnordestina Logística S/A	02 a 05/08/2011
FCA – Ferrovia Centro-Atlântica S/A	22 e 23/09/2011
EFVM – Estrada De Ferro Vitória A Minas	22 e 23/09/2011
EFC – Estrada De Ferro Carajás	22 e 23/09/2011
FERROESTE – Estrada De Ferro Paraná Oeste S/A	29 e 30/09/2011

Ainda estão previstas para 2012 a realização, pelo GT, de inspeções nas concessionárias ALL Malha Sul, ALL Malha Oeste e ALL Malha Paulista.

RECEITAS DA ANTT ORIUNDAS DO PAGAMENTO DAS OUTORGAS, DOS ARRENDAMENTOS E DA VERBA DE FISCALIZAÇÃO

Desde 2009, os valores das parcelas de concessão e arrendamento das Concessões de Ferrovias e Verbas de Fiscalização das Concessões de Rodovias são disponibilizados no endereço eletrônico da ANTT, por meio do link “Valores para Cobrança” em “Informações Regulatórias” onde a cada Concessionária tem acesso às informações.

Durante o ano de 2011, foram cobrados R\$ 547,8 milhões referente ao pagamento pelas outorgas das malhas oriundas da RFFSA dos quais R\$ 27,5 milhões relativos aos contratos de concessão e R\$ 520,3 milhões aos contratos de arrendamento. Desse montante, em decorrência de previsão nos Editais de Licitação de que os passivos originários de ações cíveis e trabalhistas anteriores à transferência das malhas continuariam de responsabilidade da RFFSA ou sua sucessora, o valor líquido efetivamente recolhido foi de R\$ 449,2 milhões sendo R\$ 26,0 milhões relativos aos contratos de concessão e R\$ 423,2 milhões aos contratos de arrendamento.

Há de se observar, ainda, que os valores relativos ao contrato de arrendamento não constituem receita da ANTT uma vez que se referem a bens de propriedade do DNIT, sucessor da RFFSA na administração e propriedade dos mesmos. A ANTT é responsável apenas pela cobrança, dado ser de sua responsabilidade a administração do contrato de arrendamento. Além disso, com exceção do contrato da Malha Sul, os créditos dos demais contratos foram cedidos à União pela RFFSA em compensação de suas dívidas sendo a quitação dos valores de responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional por força do Art. 8º do Decreto nº 6018 que determinou a extinção da RFFSA e deu outras providências decorrente desse ato.

As tabelas a seguir apresentam os montantes efetivamente pagos durante o ano de 2011, os quais são recolhidos pelas Concessionárias no dia 15 do mês de vencimento do trimestre.

Parcelas de Arrendamento			
Concessionária	Valor Bruto (R\$ mil)	Penhoras/ Cartas de Fiança (R\$ mil)	Líquido GRU (R\$ mil)
ALL – América Latina Logística Malha Sul S/A	58.628	23.778	34.850
ALL – América Latina Logística Malha Oeste S/A	27.519	27.519	-
ALL – América Latina Logística Malha Paulista	83.013	45.163	37.850
FCA – Ferrovia Centro-Atlântica S/A	119.950	-	119.950
FTC - Ferrovia Tereza Cristina	7.663	-	7.663
MRS Logística S/A	217.621	12	217.609
Transnordestina Logística S/A	5.922	692	5.230
TOTAL	520.315	97.164	423.151

Fonte: GEAFI/SUREG

Parcelas de Concessão			
Concessionária	Valor Bruto (R\$ mil)	Penhoras/ Cartas de Fiança (R\$ mil)	Líquido GRU (R\$ mil)
ALL – América Latina Logística Malha Sul S/A	3.086	-	3.086
ALL – América Latina Logística Malha Oeste S/A	1.448	1.448	-
ALL – América Latina Logística Malha Paulista	4.440	-	4.440
FCA – Ferrovia Centro-Atlântica S/A	6.313	-	6.313
FTC - Ferrovia Tereza Cristina	403	-	403
MRS Logística S/A	11.454	-	11.454
Transnordestina Logística S/A	320	-	320
TOTAL	27.464	1.448	26.015

Fonte: GEAFI/SUREG

Todos os valores foram cobrados atualizados monetariamente pela variação do IGP-DI em relação ao início do contrato e incluem, em alguns casos, multas por atraso no pagamento.

CONTROLE DAS VERBAS DE FISCALIZAÇÃO RODOVIÁRIAS

Durante o ano de 2011, foram recolhidos um total de R\$ 67,1 milhões. A tabela a seguir apresenta os montantes efetivamente pagos durante o ano de 2011 os quais são recolhidos pelas Concessionárias até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencimento.

Concessionária	R\$ 1.000
CONCEPA - Concessionária Da Rodovia Osório-Porto Alegre S/A	2.969
CONCER - Companhia De Concessão Rodoviária Juiz De Fora - Rio	4.095
CRT – Concessionária Rio-Teresópolis	2.649
ECOSUL - Empresa Concessionária De Rodovias Do Sul S/A (*)	1.347
Nova Dutra - Rodovia Presidente Dutra S/A	11.362
Ponte - Concessionária Da Ponte Rio-Niterói S/A	4.532
Auto Pista Fernão Dias S/A	9.393
Auto Pista Fluminense S/A	3.187
Auto Pista Litoral Sul S/A	7.654
Auto Pista Planalto Sul S/A	2.079
Auto Pista Régis Bittencourt	9.997
Rodovia Do Aço S/A	1.720
Transbrasiliana Concessionária De Rodovia S/A	2.133
Via Bahia Concessionária De Rodovia S/A	3.992
TOTAL	67.109

Fonte: GEAFI/SUREG

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Procedimento utilizado para apuração de infrações e aplicação de penalidades em decorrência de condutas que infringem a legislação de transportes terrestres e os deveres estabelecidos nos editais de licitação, nos contratos de concessão, de permissão e de arrendamento e nos termos de outorga de autorização. No exercício de 2011 foram lavradas 218 (duzentas e dezoito) notificações de infração, sendo 5 (cinco) para rodovias, 4 (quatro) para ferrovias e 209 (duzentas e nove) para autorizatárias.

Modal	Quantidade	Em Análise Arquivo	Arquivado	Advertência	Multa	Canceladas
Ferrovias	4	0	0	4	0	0
Rodovias	5	1	0	3	1	0
Permissionárias	218	77	8	16	99	18

Multa (R\$)	Emitidas	Pagas	Valores a Receber
Ferrovias	0,00	0,00	0,00
Rodovias	123.000,00	123.000,00	0,00
Permissionárias	121.555,18	30.685,54	90.869,64

ATESTADO DE REGULARIDADE CONTRATUAL, FISCAL E TRIBUTÁRIA

Durante as fiscalizações e, eventualmente, quando demandada pela GEDUC/SUREG, SUCAR E SUINF, a GEAFI/SUREG atesta a regularidade contratual das cláusulas econômico-financeiras, fiscal e tributária das Concessionárias Rodoviárias e Ferroviárias com base no acompanhamento e controle sistemático dos itens de verificação constantes no Manual de Fiscalização Financeira.

O Atestado de Regularidade Aspectos Econômico-Financeiros, instituído por meio das Portarias SUREG nº 14, de 14 de dezembro de 2010, e nº 8/2011, de 19 de maio de 2011, foi emitido a partir de 2011 nas datas de 30 de maio e 30 de novembro, tomando por referência exclusivamente o Manual de Fiscalização Financeira citado anteriormente, no qual consta a metodologia utilizada para análise das obrigações assim como os itens de verificação que integram a base pela qual vem sendo constatada a situação de regularidade ou não de cada concessionária.

Consta desse Atestado, para cada concessionária, a condição de REGULAR ou REGULAR COM RESSALVAS sendo emitido como REGULAR somente quando a fiscalizada for considerada adimplente em todos os itens de verificação aplicáveis. A situação REGULAR COM RESSALVAS refere-se apenas aos casos em que não for possível a análise do item de verificação por força de questões formais, alheias à ação deliberada da fiscalizada, tais como a suspensão administrativa ou judicial de exigibilidade do item, ou a impossibilidade comprovada de obtenção de documentos obrigatórios. Caso a fiscalizada seja considerada como IRREGULAR, em qualquer item de verificação, não será emitido o Atestado.

A situação de regularidade, com base nesses procedimentos observada em 30 de maio e 30 de novembro de 2011 é apresentada no quadro a seguir:

Concessionárias	30/05/2011	30/11/2011
CONCEPA – Concessionária Da Rodovia Osório-Porto Alegre S/A	Regular com Ressalva	Regular com Ressalva
CONCER – Companhia De Concessão Rodoviária Juiz De Fora-Rio	Regular	Regular
CRT – Concessionária Rio-Teresópolis	Regular com Ressalva	Regular
ECOSUL – Empresa Concessionária De Rodovias Do Sul S/A	Regular	Regular
Nova Dutra – Rodovia Presidente Dutra S/A	Regular	Regular
Ponte – Concessionária Da Ponte Rio-Niterói S/A	Regular com Ressalva	Regular
Auto Pista Fernão Dias S/A	Regular	Regular
Auto Pista Fluminense S/A	Regular	Regular com Ressalva
Auto Pista Litoral Sul S/A	Regular	Regular
Auto Pista Planalto Sul S/A	Regular	Regular
Auto Pista Régis Bittencourt	Regular	Regular
Rodovia Do Aço S/A	Regular com Ressalva	Regular com Ressalva
Transbrasiliana Concessionária De Rodovia S/A	Regular com Ressalva	Regular
Via Bahia Concessionária De Rodovia S/A	Regular	Regular
ALL – América Logística Malha Sul S/A	Regular com Ressalva	Regular com Ressalva
ALL – América Logística Malha Norte S/A (Antiga FERRONORTE)	Regular com Ressalva	Regular com Ressalva
ALL – América Logística Malha Oeste S/A (Antigo NOVOESTE)	Regular com Ressalva	Regular com Ressalva
ALL – América Logística Malha Paulista S/A (Antigo FERROBAN)	Regular com Ressalva	Regular com Ressalva
EFC - Estrada De Ferro Carajás	Regular com Ressalva	Regular com Ressalva
EFVM – Estrada De Ferro Vitória A Minas	Regular com Ressalva	Regular com Ressalva
FCA Ferrovia Centro Atlântica S/A	Irregular	Irregular
FERROESTE – Estrada De Ferro Paraná Oeste S/A	Regular com Ressalva	Regular com Ressalva
Ferrovia Norte – Sul S/A - FNS	Regular	Regular
FTC – Ferrovia Tereza Cristina	Regular com Ressalva	Regular com Ressalva
MRS Logística S/A	Regular	Regular
Transnordestina Logística S/A	Regular	Regular com Ressalva

CUSTOS FERROVIÁRIOS

Participação no desenvolvimento do Projeto de Custos Ferroviários executado em parceria com o Laboratório de Transportes e Logística (LabTrans) da Universidade Federal de Santa Catarina, com o objetivo de desenvolver metodologia para cálculo e análise de custos ferroviários de cargas construção de ferramenta computacional para cálculo de custos ferroviários.

SEPARAÇÃO DE ATIVOS DA VALE (EFC/EFVM)

Participação no desenvolvimento de estudo para análise acerca da necessidade de segregação dos ativos relacionados à logística do transporte ferroviário de cargas, por parte da Companhia Vale do Rio Doce – VALE e análise regulatória e tributária quanto à necessidade de criação de subsidiária integral da Companhia Vale do Rio Doce para controlar as concessionárias EFC e a EFVM.

REVISÃO DE TARIFAS

Participação no processo de revisão das tarifas de referência dos contratos de exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga e passageiros.

Acordos Internacionais

CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO EXTERNOS

CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA ATRAVÉS DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 7383-BR - PROJETO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO – PREMEF

Em 03 de dezembro de 2007 foi assinado o Contrato de Empréstimo Nº. 7383-BR entre o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD e o Governo Federal destinado a financiar o Projeto de Transporte Rodoviário (PREMEF), que está inserido no Programa de Redução de Custos Logísticos. Os recursos destinam-se ao atendimento das atividades de Elaboração de Planos de Outorgas de Rodovias e Transporte Internacional e Interestadual de Passageiros e Fortalecimento Institucional.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT foi contemplada com US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares) desse empréstimo. Os recursos destinam-se ao atendimento das atividades de: (1) Elaboração de Planos de Outorgas de Rodovias e Transporte internacional e Interestadual de Passageiros, no valor de US\$ 3.000.000,00 (três milhões de dólares) e (2) Fortalecimento Institucional, no valor de US\$ 2.000.000,00 (dois milhões de dólares). No dia 7 de julho de 2008, foi assinado o Convênio nº 01/2008, entre o Ministério dos Transportes e a ANTT, visando à implementação do PREMEF, bem como o repasse das verbas necessárias. A ANTT atendeu à exigência de criação da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), pela Portaria de 30 de julho de 2008, e da Unidade Gestora 393049, especificamente para o PREMEF.

Em 27 de junho de 2011, o Governo Federal e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento assinaram o Termo Aditivo do Contrato de Empréstimo nº 7383-BR prorrogando sua vigência para 31 de maio de 2012.

Em 2011, nove contratos foram financiados com recursos do Projeto PREMEF. As licitações foram feitas em conformidade com as *Diretrizes de Seleção e Contratação de Consultores pelos Mutuários do Banco Mundial*, datadas de maio de 2002.

- (1) Contrato de Consultoria para **Desenvolvimento de Sistema de Monitoramento e Avaliação de Desempenho** para acompanhamento de informações gerenciais sobre indicadores, projetos e processos de trabalho para ANTT;
- (2) Contrato de Consultoria para **Elaboração de Programa de Capacitação para as Áreas de Fiscalização** da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;
- (3) Contrato de Consultoria para o Desenvolvimento de Gestores, utilizando a ferramenta do **Coaching Ontológico** para Superintendentes e Gerentes da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;
- (4) Contrato de Consultoria para Estudo, Desenvolvimento e Implantação de **Política de Comunicação Social** para a ANTT;

- (5) Contrato de Consultoria para **Revisão dos Manuais de Contabilidade** da ANTT, adequando-os as novas regras contábeis e regulatórias em vigor no País;
- (6) Contrato de Consultoria para Elaboração de Metodologia de **Pesquisa de Satisfação dos Usuários** dos Serviços Regulados pela ANTT;
- (7) Contratação de Consultoria para Estudo da Viabilidade Técnica-Econômica-Financeira do **Ferroanel Metropolitano de São Paulo**;
- (8) Contrato de Consultoria para **Revisão dos Marcos Regulatórios** da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;
- (9) Contrato de Consultoria para a **Extensão do Projeto de Desenvolvimento de Gestores**, utilizando a ferramenta do **Coaching Ontológico** para Superintendentes e Gerentes da ANTT.

Encontraram em Fase de Seleção de Consultores e/ou Assinatura do Contrato de Consultoria para financiamento com recursos do Projeto PREMEF:

- (1) Contrato de Consultoria para **Revisão do Sistema de Gestão Ambiental** da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;
- (2) Contrato de Consultoria para Elaboração de Metodologia para Realização da **Pesquisa Origem/Destino Rodoviária**;
- (3) Contrato de Consultoria para Estudo das Características da Demanda de Transporte de Cargas: **Perfil dos Embarcadores e do Serviço Demandado**.

CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA ATRAVÉS DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº BR-L1288 - PROGRAMA DE APOIO AO FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT) PARA A GESTÃO DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO

Encontra-se em fase de aprovação pelo Senado Federal, o Contrato de Empréstimo nº BR-L1288 entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Governo Federal destinado a contribuir para o processo de ampliação da participação do modo ferroviário na matriz modal de transporte do Brasil, no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares).

Estima-se que o custo do Programa seja equivalente a US\$ 83.500.000,00 (oitenta e três milhões e quinhentos mil dólares) que serão destinados ao fortalecimento institucional da ANTT para a análise, execução e monitoramento das atividades de: (i) gestão de projetos ferroviários e sua implementação; (ii) parâmetros da gestão socioambiental para a concessão de projetos ferroviários e, em particular, os estudos que permitam obter a licença ambiental do projeto do Trem de Alta Velocidade (TAV); (iii) definição de parâmetros técnicos e financeiros com vistas à fase de negociação de projetos em concessão; (iv) melhoria do conhecimento de tecnologias ferroviárias; e (v) tarefas de supervisão da operação, regulamentação e controle de sistemas ferroviários. Encontraram em Fase de Seleção de Consultores com recursos do Projeto BR-L1288 os seguintes projetos:

- (1) Contrato de Consultoria para a Execução do Programa de Interação e Comunicação Social para o Projeto da Linha de Trem de Alta Velocidade Rio de Janeiro - São Paulo - Campinas (TAV);
- (2) Contrato de Consultoria para a Preparação dos Planos de Desapropriação e Reassentamento para o Projeto da Linha de Trem de Alta Velocidade Rio de Janeiro - São Paulo - Campinas (TAV);
- (3) Contrato de Consultoria para o Desenvolvimento de Solução de Interferências e Apoio de Engenharia para os Estudos Ambientais para o Projeto da Linha de Trem de Alta Velocidade Rio de Janeiro - São Paulo - Campinas (TAV);
- (4) Contrato de Consultoria para Serviços Técnicos Especializados de Apoio à Gestão do Projeto da Linha de Trem de Alta Velocidade Rio de Janeiro - São Paulo - Campinas (TAV).

PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO TREM DE ALTA VELOCIDADE - TAV

No ano de 2011, a ANTT executou diversas atividades no âmbito do projeto de implantação do TAV Rio de Janeiro – Campinas. São elas:

CONDUÇÃO DO PROCESSO DE CONCESSÃO DO TAV RIO DE JANEIRO - CAMPINAS

Encerrados os procedimentos de consulta pública a que foram submetidas as minutas do Edital de Concessão e Contrato de Concessão, em 14 de julho de 2010, a ANTT, por meio do Aviso de Licitação, publicado no DOU nº 133, de 14 de julho de 2010, tornou pública a licitação, na modalidade de Leilão, para a concessão do serviço público de transporte ferroviário de passageiros por Trem de Alta Velocidade – TAV, no trecho compreendido entre os municípios do Rio de Janeiro e Campinas, nos termos definidos no Edital de Concessão nº 001/2010 e seus anexos.

Consoante com o estabelecido no Edital de Concessão, a ANTT instaurou processo de esclarecimentos complementares ao Edital e seus anexos, bem como realizou reuniões públicas presenciais com potenciais interessados em participar do certame licitatório. Os esclarecimentos solicitados com as respectivas manifestações foram incorporados às Atas de Esclarecimentos ao Edital de Concessão e à Minuta de Contrato de Concessão, as quase foram sendo gradativamente atualizadas e disponibilizadas em link específico nos sítios eletrônicos www.antt.gov.br e www.tavbrasil.gov.br.

Ao longo deste processo de pedidos de esclarecimentos ao Edital de Concessão nº 001/2010, foram protocoladas um total de 162 solicitações de esclarecimentos, das quais diversas abordaram mais de um item/cláusula do Edital ou da Minuta de Contrato.

Em virtude das análises das solicitações de esclarecimentos, a ANTT, em 26 de outubro de 2010, publicou o Edital de Concessão nº 001/2010 – Consolidado, resultante das alterações decorrentes de tais análises.

Tendo em vista os pedidos formulados por grupos interessados em participar do processo para que houvesse maior prazo para a consolidação das propostas, em 07/04/2011, um novo cronograma de eventos foi publicado.

Apesar dos procedimentos adotados para compreender e articular as vocações e áreas de atuação de todos os agentes envolvidos no projeto de implantação do TAV Rio de Janeiro – Campinas, no dia 11 de julho de 2011, data estabelecida para a entrega de propostas por parte dos interessados, não houve a apresentação de documentos por parte dos propositos, restando vazio o processo de licitação instituído por aquele Edital.

Desta forma, em 05 de outubro de 2011, a ANTT editou a Resolução nº 3.724/11, que encerrou o processo licitatório instituído pelo Edital de Concessão nº 001/2010 e determinou a continuidade das atividades relativas ao projeto de implantação do TAV Rio de Janeiro Campinas, com a apresentação de uma nova proposta de modelo para a implantação desse sistema de transporte de passageiros.

Em prosseguimento as atividades desse projeto, a concepção de um novo formato para a implantação do TAV Rio de Janeiro - Campinas foi desenvolvido.

O novo modelo formulado prevê a divisão do processo de implantação do sistema TAV Rio de Janeiro – Campinas em três conjuntos de atividades, que foram assim constituídos de forma a melhor equilibrar a expertise e o porte econômico requeridos em cada uma dessas etapas com os riscos inerentes à execução das mesmas.

Assim, foram elaboradas as minutas de Edital e Contrato para concessão do objeto da primeira etapa, qual seja, a concessão do direito de exploração desses serviços públicos, que envolve a operação e manutenção do sistema TAV Rio de Janeiro – Campinas, precedida pela execução de um conjunto de tarefas relativas à montagem da

superestrutura ferroviária, implantação dos sistemas de controle e do fornecimento do material rodante, bem como à transferência da tecnologia implantada.

Diante da definição do novo modelo para a implantação do TAV Rio de Janeiro Campinas, a ANTT elaborou Relatório Executivo, com as condições e procedimentos de desestatização do serviço público de transporte ferroviário de passageiros por TAV, a ser submetido à apreciação e aprovação do Conselho Nacional de desestatização.

Simultaneamente, foram elaborados, também, os seguintes documentos:

- Relatório Sintético sobre a nova modelagem financeira e de concessão para análise do Tribunal de Contas da União.
- Plano de Outorga para aprovação do Ministro dos Transportes.

PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

No âmbito do acompanhamento do segundo estágio de fiscalização da referida concessão, esta ANTT prestou esclarecimentos adicionais a fim de subsidiar a análise da matéria por parte do TCU.

Como resultado da análise do Edital de Concessão nº 001/2010 e demais documentos relacionados no art. 7º, inciso II a III, da referida Instrução Normativa, o Tribunal de Contas proferiu o Acórdão nº 1796/2011 – TCU-Plenário, aprovando o segundo estágio de fiscalização da outorga de concessão do serviço público de transporte de passageiros por meio de Trem de Alta Velocidade – TAV.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

De acordo com os termos do Edital nº 001/2010, cabe à ANTT, na condição de representante do Poder Concedente, a obtenção da licença ambiental prévia do empreendimento. Portanto, a ANTT no cumprimento dessa atribuição, iniciou tratativas junto ao Ministério do Meio Ambiente e IBAMA para definição de estratégia de condução dos estudos de impacto ambiental, insumos do EIA/RIMA, e obtenção do licenciamento do empreendimento.

Consoante a estratégia definida, a ANTT contratou, em 16 de novembro de 2010, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID a execução de programa de apoio à gestão do projeto do TAV, incluindo entre as áreas de interesse: contratação e supervisão da realização dos estudos temáticos, bem como a integração dos resultados produzidos e a elaboração do EIA/RIMA, culminando com a obtenção da licença ambiental prévia – LP para o empreendimento.

Durante o ano de 2011, no âmbito desta Carta-Convênio, foram iniciados os estudos técnicos e socioambientais abaixo relacionados:

- Flora e Unidades de Conservação
- Áreas Contaminadas
- Limnologia, Usos e Qualidade de Água
- Fauna
- Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural
- Várzea do Paraíba do Sul

SÍTIO ELETRÔNICO DO TAV BRASIL

Durante o ano de 2011, esta SUJEXE realizou a manutenção e atualização permanente do instrumento criado para concentrar e dar divulgação das informações e documentação pertinente ao projeto de implantação do TAV Rio de Janeiro - Campinas. Nesse sentido, o endereço eletrônico www.tavbrasil.gov.br abriga os estudos de viabilidade de técnica e econômica do projeto, o Edital de Concessão e seus anexos, os pedidos de esclarecimentos relativos ao Edital de Concessão formulados por potenciais licitantes, o conjunto de manifestações formuladas no âmbito do processo de audiência pública e as correspondentes respostas/comentários, além de manter espaços específicos que congregam a legislação pertinente, as manifestações encaminhadas por municípios da área de influência do TAV Rio de Janeiro – Campinas e informações específicas sobre o Sistema Elétrico Brasileiro.

Além desse material, o sítio mantém sessão de notícias, com links diretos de acesso a informações relativas ao projeto, bem como colunas onde são divulgados os últimos acontecimentos e informações relacionados ao processo de licitação e os eventos pertinentes a esse processo.

Gestão Organizacional

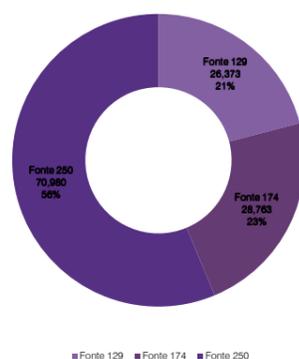
GESTÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Em 2011, a arrecadação total da ANTT foi de R\$ 126.116.169,12 (cento e vinte e seis milhões, cento e dezesseis mil, cento e sessenta e nove reais e doze centavos). Essas receitas estão relacionadas às seguintes fontes de recursos e suas respectivas composições:

Fonte 174: arrecadação das multas decorrentes das infrações dos serviços de transportes terrestres rodoviários de cargas e passageiros, cujos modais são: Excesso de Peso; Vale Pedágio; Registro Nacional de Transporte Rodoviário de Cargas – RNTRC; Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros – TRIP; Transporte Internacional de Passageiros e de Cargas – ATIT.

Fonte 129: pagamento das parcelas trimestrais efetuadas pelas Concessionárias de Transportes Ferroviários e das verbas alternativas das outorgas de ferrovias;

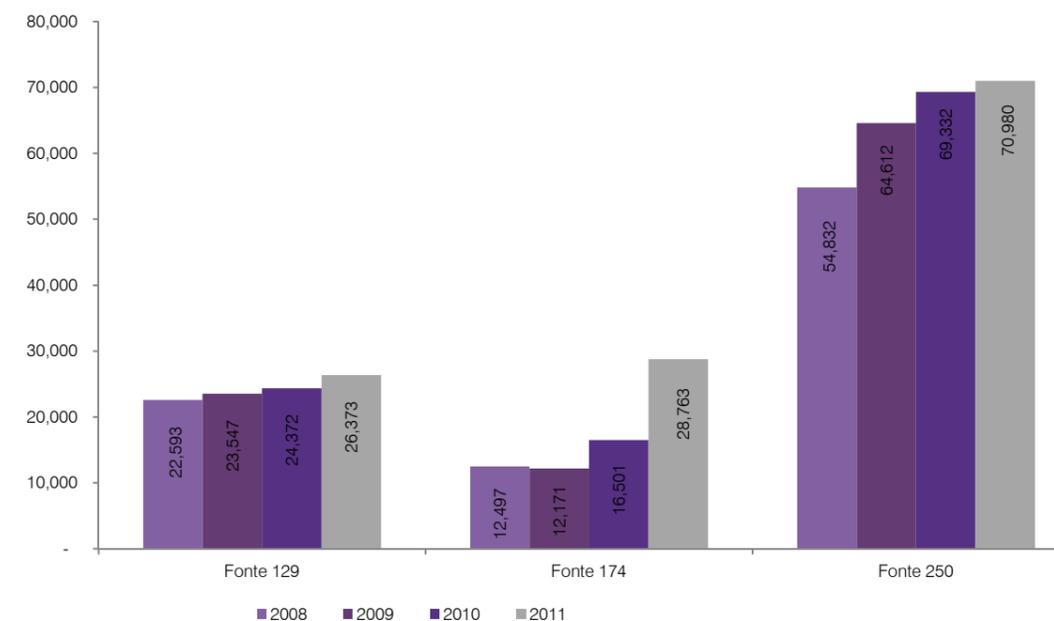
Fonte 250: pagamento das parcelas mensais efetuadas pelas Concessionárias de Transportes Rodoviários e arrecadação das multas por descumprimento contratual e do poder regulatório. Além das receitas administrativas das taxas e emolumentos para prestação dos serviços de transportes de cargas e passageiros.



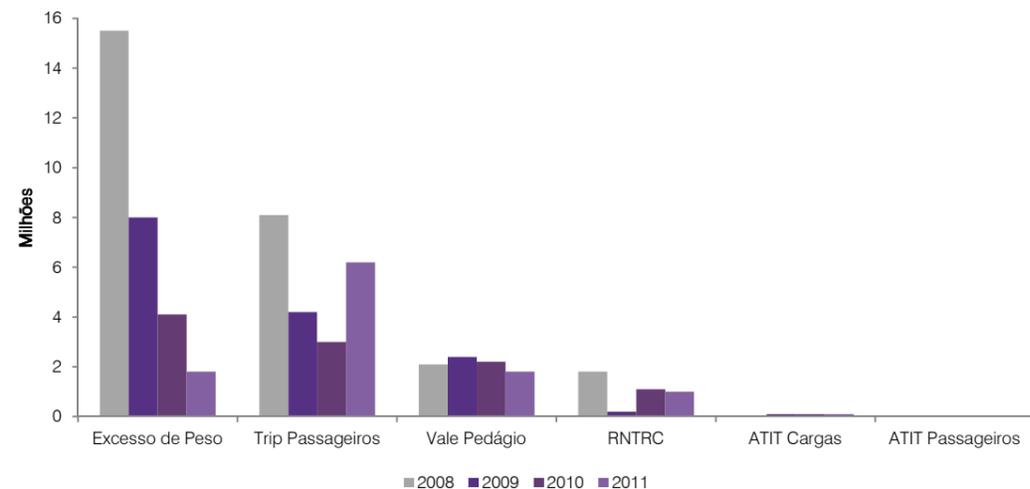
Em agosto de 2010 foi firmado contrato com a empresa SERASA visando uma cobrança mais eficaz aos infratores inadimplentes. Essa atuação tornou-se ainda mais pujante em 2011 após a contratação de serviço terceirizado para prestar apoio ao processamento de multas e à gestão da dívida, por meio de núcleos instalados na COESP, GEFIN e PRG.

Nota-se que tais ações desencadearam resultados consideráveis na receita da Agência. Essa constatação

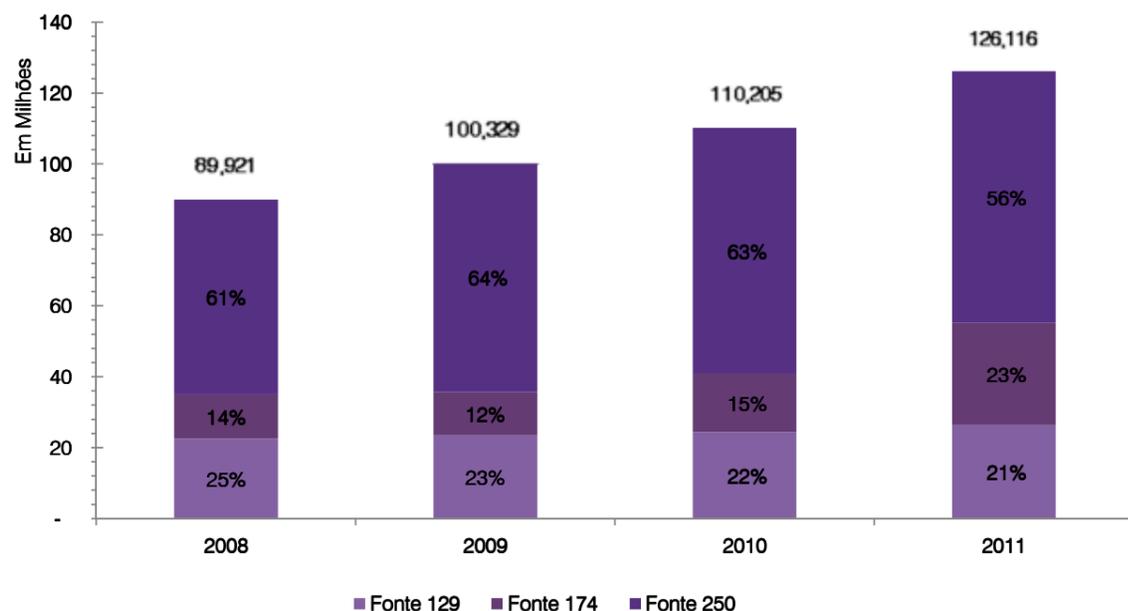
está demonstrada no Gráfico 2 em que se verifica um aumento na arrecadação da Fonte 174 de aproximadamente 136% no período de 2009 a 2011, sendo que, neste último ano, o impacto foi ainda mais acentuado, em torno de 74% em relação a 2010. O comportamento das demais fontes tende a ser mais linear, visto as previsões contratuais decorrentes das concessões de rodovias e ferrovias.



Em relação à Fonte 174, cabe destacar a evolução dos modais arrecadados no período de 2008 a 2011 (Gráfico 3). Verifica-se uma alavancagem acentuada e constante na arrecadação das multas de Excesso de Peso, visto que as inscrições no SERASA estão sendo concentradas inicialmente neste modal.



A série histórica da receita no período de 2008 a 2011 evidencia também o aumento do percentual de arrecadação da fonte 174 (Gráfico 4). Esta tendência reforça a efetividade da ANTT como órgão fiscalizador em consonância com a missão institucional, assegurando aos usuários a adequada prestação de serviços de transportes terrestres.



O Orçamento Inicial da ANTT para o exercício de 2011 foi de R\$ 432.790.683,00, sendo desse valor R\$ 3.000.000,00 de Reserva de Contingência e no decorrer do exercício foram agregados créditos adicionais no valor de R\$ 53.284.000,00 que elevaram a dotação para R\$ 486.074.683,00. Porém ao longo do ano também ocorreram cancelamentos de crédito que totalizaram no valor de R\$ 19.233.933,00. Com essas alterações a dotação para o exercício foi de R\$ 466.840.750,00. O total empenhado foi de R\$ 309.498.459,93 que, em relação à dotação final, excluída o valor da reserva de contingência, correspondeu a 66,73%.

A dotação inicial para as despesas com Pessoal e Encargos Sociais foi R\$ 126.486.628,00, no curso do exercício esta dotação foi suplementada em R\$ 33.250.000,00 elevando a dotação final para R\$ 159.736.628,00. O total empenhado em 2011 foi de R\$ 159.208.591,22, alcançando 99,67% da dotação final, como demonstrado na Tabela a seguir.

Pessoal e Encargos Sociais - Execução do Orçamento	
Dotação Final	159.736.628,00
Total Empenhado	159.208.591,22
% Empenho	99,67%

Vale ressaltar que a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério dos Transportes, Órgão Setorial do sistema orçamentário, é responsável pela liberação dos limites para empenho e pagamento da ANTT, de acordo com as prioridades setoriais. Não se aplica a estes limites as despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

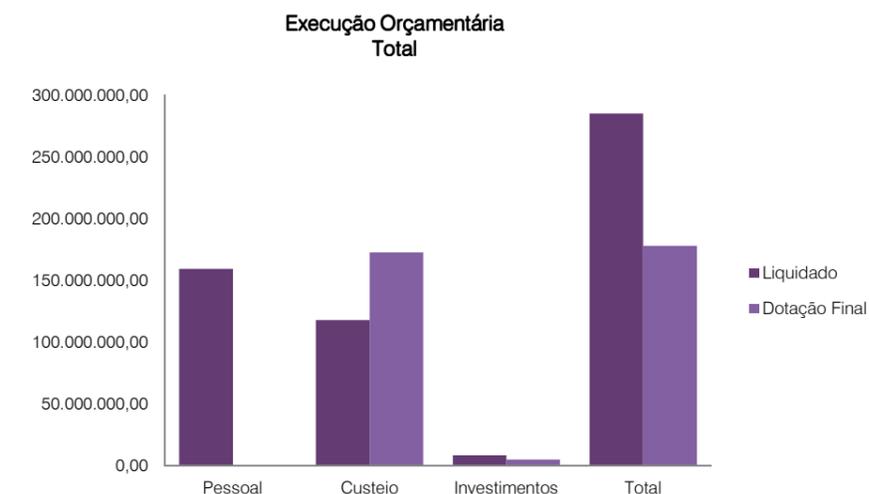
Nesse sentido o valor de limite final para movimentação, empenho e pagamento atribuídos a ANTT por meio do Ofício nº 37/2012/SPO/SE-MT encontra-se descrito abaixo:

Limites para empenho - Exercício 2011

Especificação	Recursos do Tesouro	Recursos Próprios	Total
Outras Despesas Correntes/Investimentos Demais	77.368.328,00	63.403.014,00	140.771.342,00
TOTAL	77.368.328,00	63.403.014,00	140.771.342,00

Assim a liberação efetiva para empenho de despesas correntes foi de R\$ 132.684.548,00 e o valor empenhado do grupo de despesas corrente no exercício foi de R\$ 129.535.809,59, representando 97,63% do limite disponibilizado.

Se tomarmos por base os valores efetivamente disponibilizados para empenho, de R\$ 184.462.407,68, adicionando-se o valor da dotação final para pessoal de R\$ 159.736.628,00 o valor total disponibilizado para empenho no exercício de 2011 foi de R\$ 344.199.035,68. O total empenhado foi de R\$ 309.498.459,93 atingindo assim, um percentual de 89,92% de empenho em relação aos valores efetivamente disponibilizados.



DIÁRIAS E PASSAGENS

A execução e controle referentes a Diárias e Passagens no âmbito da ANTT, esteve sob a gestão da Gerência de Planejamento e Orçamento até meados de setembro, ficando a partir de então a cargo da Gerência de Finanças e Contabilidade.

Oportunamente, faz-se importante um breve histórico, principalmente das solicitações de aumento de limites orçamentários estabelecidos para despesas com diárias, passagens e locomoção pela Portaria GM nº 32/2011, de 03/03/2011.

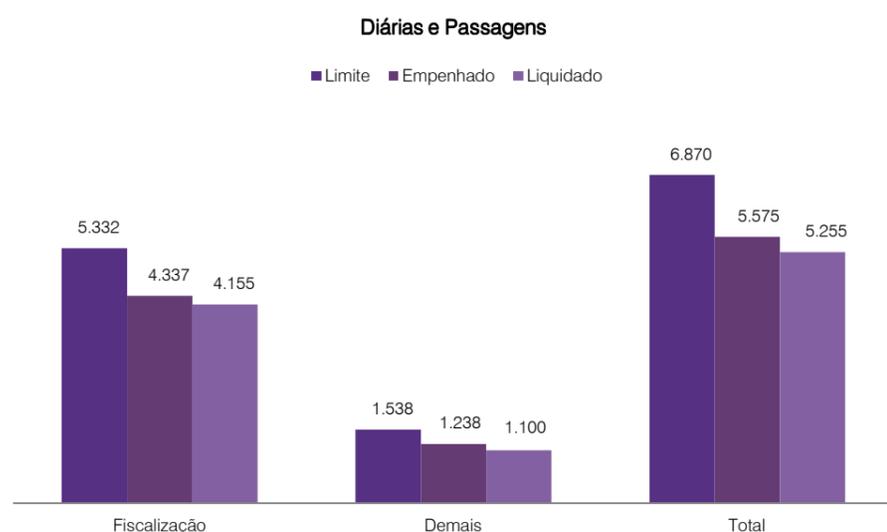
As primeiras solicitações foram feitas ao Ministério dos Transportes, por meio do Ofício nº 87, de 07 de abril, reforçada pelo Ofício nº 105/2011/SUDEG-ANTT, de 05 de maio de 2011, os quais já expunham a necessidade de ampliação de limites para as ações de fiscalização para R\$ 5.501 mil e para as ações relativas às "Demais Despesas", aquelas consideradas de natureza administrativa e apoio, o valor de R\$ 1.538 mil.

Em atendimento à solicitação, o Ministério dos Transportes, por meio do FAX nº 161/2011/DPO, de 27/05/2011, ampliou parcialmente os limites estabelecidos para as ações de fiscalização, que ficaram em R\$ 4.381 mil, enquanto que para as ações referentes às "Demais Despesas" o limite permaneceu o anteriormente estabelecido pela Portaria nº 32/2011.

Assim sendo, em 29 de julho de 2011, por meio do Ofício ANTT 521/2011, reiterou-se a solicitação de aumento dos limites orçamentários estabelecidos, uma vez que a ampliação ofertada não atendeu em sua totalidade os valores necessários para o cumprimento das ações de competência desta Agência, reforçando a solicitação de ampliação para as ações de fiscalização para **R\$ 5.501 mil**, bem como para as ações das Demais Despesas, a fim de alcançar o valor de **R\$ 1.538 mil**.

O atendimento veio somente ao final de agosto quando foram estabelecidos novos limites para despesas com diárias, passagens e locomoção nas ações de fiscalização, ficando em 5.259 mil e, para as referentes às "Demais Despesas", o valor de 1.273 mil, até dezembro de 2011.

De posse dos novos limites, a GEPLA solicitou às áreas que encaminhassem sua programação de atividades até o término do exercício com o objetivo de estabelecer os limites adequados para empenhos com Diárias e Passagens a cada área, por meio de portaria a ser publicada ainda em setembro. O gráfico a seguir mostra a execução de Diárias e Passagens até 31/12.



Entretanto, coube ainda em outubro a esta Gerência informar sobre os limites estabelecidos para essa rubrica pelo Ministério dos Transportes que estipulou a quantia de R\$ 5.332 mil para as ações de Fiscalização e o limite de R\$ 1.538 mil para as demais ações de cunho administrativo.

GESTÃO DE PESSOAS

SERVIDORES/COLABORADORES DA ANTT

Ao final de 2011, a ANTT contava com um total de 2.256 servidores/colaboradores em sua força de trabalho. Em relação ao ano de 2010 houve déficit no quadro de pessoal de aproximadamente 3,17%.

A movimentação nos cargos efetivos ainda é bastante considerável, uma vez que ocorreram 28 egressos.

Situação	2009	2010	2011
Cargos Efetivos (*)	752	882	854
Analista Administrativo	40	40	40
Especialista em Regulação	156	187	176
Técnico Administrativo	101	104	99
Técnico em Regulação	455	551	539
Quadro Específico	171	165	156
Anistiado	13	13	13
Cargo Comissionado s/ Vínculo	172	168	161
Requisitados	112	93	94
Contrato Temporário	-	-	-
Exercício Desc. de Carreira	12	12	17
Exercício Provisório	-	-	1
Cedido	35	38	44
Aposentado	22	28	37
Pensionista	10	12	19
Terceirizado/Convênio	595	700	613
Menor CESAM	36	47	40
Estagiários	73	185	207
Total Geral	2.003	2.343	2.256

(*) Contemplam os servidores em efetivo exercício

LOTAÇÃO

A distribuição dos servidores/colaboradores da ANTT, incluindo as Unidades Regionais, quantitativamente, está demonstrada no quadro abaixo. A concentração é maior na Sede da Agência, com o percentual de 50%.

Unidade	Total de Servidores/Colaboradores	%
SEDE	1102	50%
SUFIS (Postos)	15	1%
URSP	300	16%
URRS	206	9%
URRJ	245	11%
URMG	163	7%
URMA	53	2%
URCE	87	3%
URBA	29	1%
TOTAL	2.200	100%*

(*) Não considerados os aposentados (37) e pensionistas (19).

FAIXA ETÁRIA E GÊNERO

A composição dos recursos humanos por Gênero, ao final de 2011, estava assim distribuída: 30,1% de mulheres, sendo os demais 69,9% de homens.

A ANTT conta com 40% de servidores, na Faixa Etária entre 26 e 35 anos, o que nos permite afirmar que o quadro da Agência é extremamente jovem e com perspectiva de atividade laborativa por longo período.

Faixa Etária	Gênero		Total
	Feminino	Masculino	
De 15 a 25	94	133	227
De 26 a 35	292	604	896
De 36 a 45	134	319	453
De 46 a 55	98	228	326
De 56 a 65	49	202	251
Acima de 66	4	43	47
Aposentado	4	33	37
Subtotal	675	1562	2.237
Pensionista			19
TOTAL			2.256

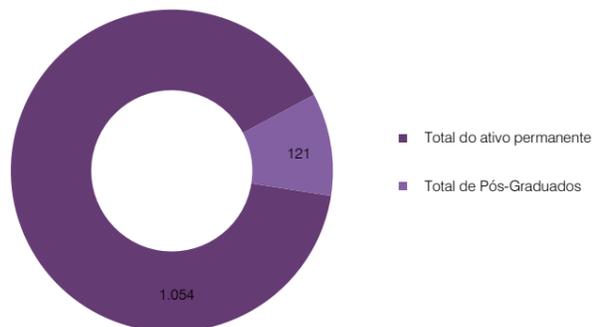
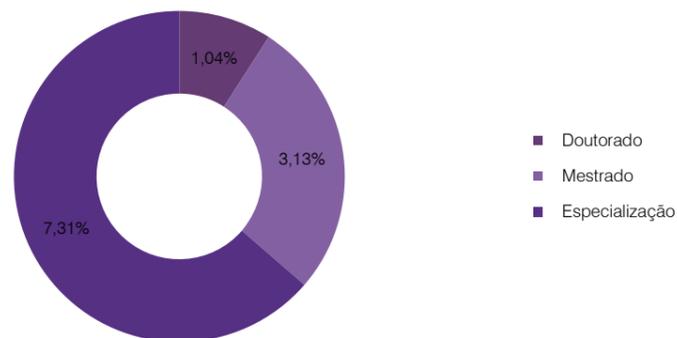
ESCOLARIDADE

A Agência conta com 64% de servidores com escolaridade de nível médio e 29% de servidores com escolaridade de nível superior em função dos cargos ocupados, conforme quadro a seguir:

Situação Funcional	Dezembro/2011			
	NA	NM	NS	Total
Ativo Permanente (Específico)	1	140	15	156
Ativo Permanente (Efetivo)	0	639	215	854
Nomeado Cargo Comissionado	0	56	105	161
Requisitado (RJU)	0	1	21	22
Requisitado (CLT)	0	23	49	72
Exerc. Desc. Carreira	0	0	17	17
Exercício Provisório	0	1	0	1
Estagiário	0	91	116	207
Anistiado	0	6	7	13
Cedido	0	14	30	44
Aposentado	0	37	0	37
Pensionista	0	0	0	19*
Terceirizado	114	396	23	533
Convênio	0	43	37	80
Menor CESAM	0	40	0	40
TOTAL	115	1.487	635	2.256

NA = Nível Auxiliar. NM = Nível Médio. NS = Nível Superior
 *Pensionistas: Não há grau de escolaridade requerido

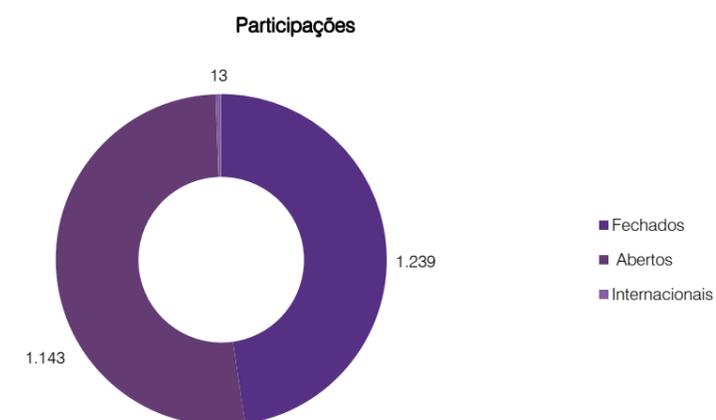
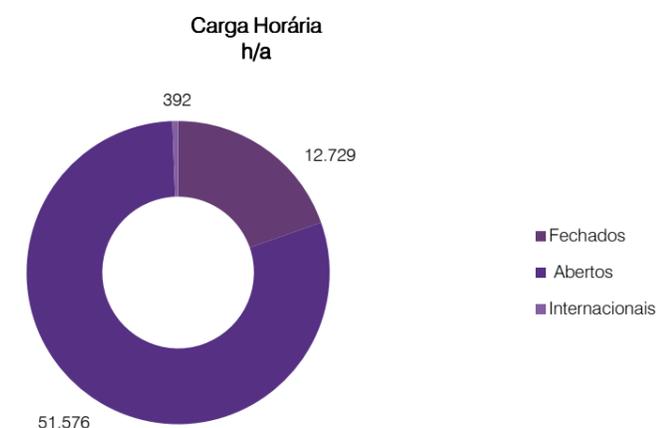
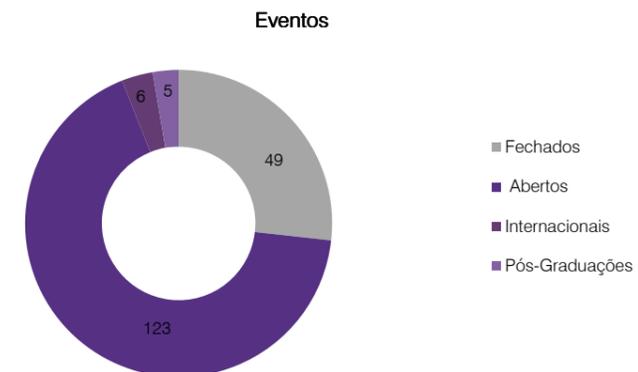
São 1.054 os servidores de carreira vinculados à ANTT (quadro efetivo, quadro específico e cedidos). Desse total, 121 são de pós-graduados. Em termos percentuais estão assim representados: 1,04% possuem Doutorado, 3,13% possuem Mestrado e 7,31% possuem Especialização.



CAPACITAÇÃO, AVALIAÇÃO, ESTÁGIO E QUALIDADE DE VIDA

Em 2011, foram realizados 183 eventos, oferecendo assim, 2.382 oportunidades de capacitação. Destes, 1.143 participaram de cursos em turmas fechadas, 1.239 em turmas abertas, 13 em eventos internacionais e 5 cursos de pós-graduação. Efetivamente foram capacitados 849 servidores.

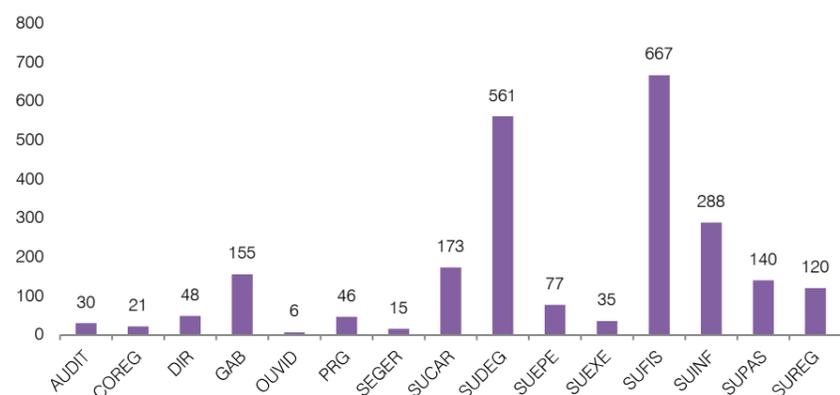
Eventos	Quant.	Carga Horária	Participações
Eventos Fechados	49	12.729	1.143
Eventos Abertos	123	51.576	1.239
Eventos Internacionais	6	392	13
Pós-Graduações	5	-----	--
TOTAL	183	64.697	2.395



Participações por unidades organizacionais

Unidades	Participações
AUDIT	30
COREG	21
DIR	48
GAB	155
OUVID	6
PRG	46
SEGER	15
SUCAR	173
SUDEG	561
SUEPE	77
SUEXE	35
SUFIS	667
SUINF	288
SUPAS	140
SUREG	120
TOTAL	2.382

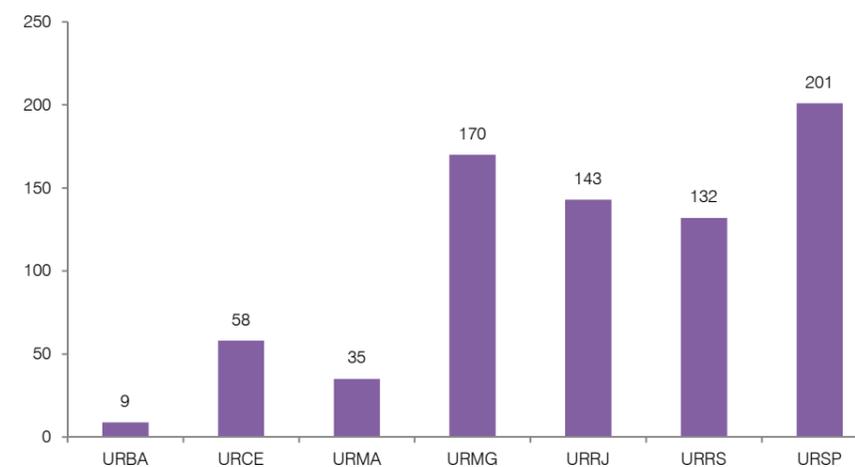
Participações



Participações por unidades regionais

Unidades Regionais	Participações
URBA	9
URCE	58
URMA	35
URMG	170
URRJ	143
URRS	132
URSP	201
TOTAL	748

Participações



Pós-graduações

Curso	Nº Total servidores	UORG	Servidores Por UORG	Instituição
MBA – Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria	01	SUREG	01	Fundação Getúlio Vargas - FGV
Mestrado Profissional em Regulação e Gestão de Negócio	12	SUREG	07	Universidade de Brasília - UNB
		SUPAS	04	
		SUEXE	01	
Especialização em Gestão Pública	01	SEGER	01	Escola Nacional de Administração Pública – ENAP
Especialização em Transportes Terrestres	20	COESP	01	Centro Interdisciplinar de Estudos em Transportes – CEFTRU/UNB
		DJB	01	
		OUVID	01	
		SUCAR	05	
		SUREG	01	
		SUEXE	01	
		SUFIS	03	
		SUPAS	07	
Especialização em Direito Regulatório	8	SUEPE	01	Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP
		SUPAS	01	
		SUCAR	03	
		SUFIS	01	
		SUINF	01	
		PRG	01	

Licença capacitação

Lotação do servidor	Tempo de licença	Ação de Capacitação
GEFIS/SUFIS	2 meses	Dissertação de mestrado
COUAT/URMG	1 mês	Monografia de Graduação
GETAR/SUCAR	3 meses	Curso de Gestão e Avaliação em Políticas Públicas
GFRET/SUPAS	1 mês	Capacitação em língua Espanhola

Bolsas e idiomas

Semestre	Nº de Bolsas	Valor Total
1º semestre	40	60.565,39
2º semestre	111	151.014,91
TOTAL	151	211.580,30

Os indicadores de Capacitação da ANTT no exercício de 2011 apresentam os seguintes resultados:

Denominação	Meta 2011	Fórmula	Resultado Acumulado
Índice de Capacitação	0,9	$\frac{\sum P1A1 + P2A2 + P3A3 + P4A4}{\sum PI (Ht)}$	1,03
Taxa de Capacitação	55	[Horas totais de capacitação / número total servidores da ANTT]	49,94
Qualidade de Vida	0,90	Número de Projetos Implantados/ número de projetos propostos	0,80

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

O Projeto de Qualidade de Vida da ANTT foi criado em dezembro de 2008. Tem como principal objetivo facilitar as relações interpessoais, melhorando a comunicação e o desenvolvimento de atividades por meio de ações voltadas para uma melhor consciência de qualidade de vida, saúde e bem estar no ambiente de trabalho. Em 2011 foram realizadas várias ações de Qualidade de Vida com a finalidade de promover a interação dos seus servidores, além de executar ações de prevenção e promoção à saúde.

No final de 2011 foi contratada uma consultoria para mapear a percepção dos servidores sobre Qualidade de Vida no trabalho e questões referentes ao Bem-Estar e Mal-Estar no trabalho, com o intuito de se formular uma Política de QVT na ANTT baseada nas necessidades reais dos servidores. A intenção é a aplicação de um inventário onde serão mapeadas as necessidades e expectativas de todos os servidores. Sua realização será a partir de Abril de 2012, iniciando-se com a capacitação do Time Gestor que atuará em conjunto com a equipe de QVT.

Período	Atividade desenvolvida	Detalhamento da atividade desenvolvida
Janeiro	Palestra – Planejamento Financeiro e Familiar.	A palestra proporcionou aos servidores um suporte em relação à gestão dos seus recursos financeiros, o que possibilita uma saúde mental com mais tranquilidade para o enfrentamento dos problemas de trabalho. Número de Participantes: 84 (oitenta e quatro)
Fevereiro	Caminhada comemorativa ao Aniversário da ANTT	Ação realizada em parceria com a Associação dos Servidores da ANTT. Participaram cerca de 260 pessoas entre servidores, colaboradores e convidados. O evento contou com o apoio do Corpo de Bombeiros do DF, Polícia Rodoviária, Sabin, Secretaria de Esportes, ANER e SINAGÊNCIAS, a corrida/caminha foi alusiva ao aniversário de 10 (dez) anos da ANTT.
	Palestra - O Papel das Agências Reguladoras e o regramento da economia, autonomia e sua inserção na Administração Pública.	Palestra alusiva ao aniversário da ANTT. Palestra que enfatizou a importância das Agências Reguladoras na sociedade e sua relevância para a economia e a fiscalização. Número de Participantes: 148 (cento e quarenta e oito)
Março	Semana comemorativa ao Aniversário da ANTT	Em comemoração ao aniversário da ANTT foram oferecidas várias atividades dentre elas: Terapia Holística e Diagnóstico Nutricional.
	Homenagem Dia da Mulher Palestra - Etiqueta e Marketing Pessoal	Palestra sobre Etiqueta e Marketing Pessoal, uso correto de vestimentas e comportamento adequado no ambiente de trabalho. A palestra em referência foi alusiva ao Dia Internacional da Mulher. Confecção de painel digital com fotos das mulheres da ANTT. Número de participantes: 44 (quarenta e quatro).
Abril	Palestra - Ética, uma abordagem global na Administração Pública Federal.	Palestra abordou a temática da Ética na Administração Pública Federal, suas implicações, regras e procedimentos. Número de participantes: 84 (oitenta e quatro).
Maio	Palestra - Eficiência – Uma qualidade de equipe	“Não sabendo que era impossível, ele foi lá e fez”. Este foi o tema da palestra proferida pelo Sr. Steve Dubner, foram abordadas questões relacionadas à condição das pessoas portadoras de deficiência. Número de Participantes: 100 (cem).
Junho	Palestra - Custos Invisíveis – Distingões e Aprendizados	A palestra ministrada apresentou novas distinções que permitiram atuar sobre os Custos Invisíveis que existem no ambiente de trabalho, além de aperfeiçoar processos de integração entre os colaboradores e motivá-los para as ações requeridas no processo de mudança individual e coletiva. Número de participantes: 68 (sessenta e oito).
	Festa Junina da ANTT	Foi realizada uma festa Junina no prédio Anexo da ANTT. Ação realizada em parceria com a Associação dos servidores da ANTT.
Julho	Palestra - Como lidar com o estresse no trabalho	Conscientização de como o estresse interfere negativamente na vida pessoal e profissional, foram dadas dicas de como lidar com este fator. Número de participantes: 67 (sessenta e sete).
Agosto	Início dos Exames Periódicos	Realização dos exames periódicos, este ano somente para maiores de 45 anos. Até o momento já foram computados a participação de 103 servidores nos exames médicos periódicos, ainda foram encaminhados 10 termos de recusa. Nas Unidades Regionais a participação ainda não foi encaminhada pela Amil e teremos a extração pelo sistema SIAPEnet – saúde, módulo periódico de formulários que serão disponibilizados pelo Ministério do Planejamento.
Setembro	Palestra - Crack e outras drogas	Apresentou aos servidores, de forma clara e tranqüila práticas que devem ser evitadas e reforçar as que devem ser praticadas no âmbito do serviço público. Número de participantes: 65 (sessenta e cinco).

Outubro	Comemoração Dia das Crianças ANTT	Comemoração ao dia das crianças realizado no espaço Bem Estar, contou com a participação de filhos de servidores e colaboradores, cerca de 70 crianças estiveram presentes, houve contação de estórias e oficina de brinquedos.
Novembro	Palestra - Quem canta seus males espanta.	Comédia Musical em formato de teatro de revista comemorativa ao Dia do Servidor Público. Número de participantes: 65 (sessenta e cinco).
	Semana da Saúde ANTT	Semana com atividades voltadas à saúde, atividades realizadas: Vacinação com a presença da Secretaria de Saúde, Avaliação Nutricional, Aferição de Glicemia Capilar, Aferição de Pressão Sanguínea e Pressão Ocular e Bioimpedância.
	Projeto Talentos da Casa	Apresentação musical parte integrante do Projeto Talentos da casa, apresentação do Coral da ANTT, CANTANTT.
Dezembro	Realização do Concurso de Decoração Natalina.	Neste ano o tema foi ANTT Sustentável, contou com a participação de várias Gerências.
	Projeto Talentos da Casa	Apresentação musical do Coral da ANTT.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO

A ANTT possui convênio com o Centro Integrado de Empresa Escola-CIEE, visando à realização de estágio para estudantes de ensino médio, educação superior, educação profissional e da educação especial dos anos finais do ensino fundamental e na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

O percentual do número de estagiários é de até 20% para nível superior e 10% para nível médio, reservando 10% desse quantitativo para estudantes portadores de deficiência, conforme Orientação Normativa nº 7, de 30/10/2008, da SRH/MPOG e da Lei nº 11.788, de 25/09/08. No quadro abaixo consta o quantitativo de estagiários por escolaridade no ano de 2011.

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes			
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Nível Superior				
Área Fim	76	83	76	70
Área Meio	40	41	45	41
Nível Médio				
Área Fim	56	55	58	56
Área Meio	28	37	36	36
TOTAL	200	216	215	203

GESTÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AQUISIÇÕES/CONTRATAÇÕES

Modalidade	Qtd. Processos Concluídos JAN-DEZ/2011	Valor Total de Aquisições/Contratações JAN-DEZ/ 2011 (R\$)
Pregão Eletrônico	71	35.980.301,63
Concorrência	1	5.379.622,51
Convite	0	0,00
Dispensa de Licitação (artigo 24 inc. I e II da Lei nº 8.666/93)*	60	144.655,04
Dispensa de Licitação (artigo 24 outros incisos da Lei nº 8.666/93)	11	1.895.876,99
Inexigibilidade	28	9.225.325,71
Total de Aquisições/Contratações	171	52.625.781,88

Fonte: SUDEG/GELIC - referente ao período de 01/01/2011 a 31/12/2011

* Exceto Dispensas de Licitação com fundamento nos incisos I e II do Artigo 24 da Lei nº 8.666/93 realizadas pelas Unidades Regionais da ANTT.

Contratos e Convênios	Qtd. Processos Concluídos JAN-DEZ/2011	Valor Total (R\$)
Contratos Celebrados decorrentes de Licitações/Dispensa/Inexigibilidade realizadas em 2011**	102	51.311.587,26
Contratações formalizadas por Nota de Empenho decorrentes de Licitações/Dispensa (todos os incisos do art. 24 da Lei 8.666/93) /Inexigibilidade realizadas em 2011*	110	1.314.194,62
Subtotal	212	52.625.781,88
Contratos celebrados em 2011 decorrentes de Licitação/Dispensa/Inexigibilidade de Licitação realizadas em 2010	1	67.584,96
Contratos celebrados decorrentes de Dispensas de Licitação (art. 24 inc. I e II da Lei nº 8.666/93) formalizadas por outras Unidades Regionais.	1	7.800,00
Total de Contratações Formalizadas em 2011	214	52.701.166,84
Contratos e Acordos de Cooperação Vigentes em 31/12/2011***	210	171.255.663,87
Contratações por Nota de Empenho Vigentes em 31/12/2011	18	474.686,84
Convênios Administrativos Vigentes em 31/12/11	1	603.686,16
Termos Aditivos aos Contratos/Convênios Administrativos formalizados em 2011	155	84.005.797,99
Apostilamentos aos Contratos/Convênios Administrativos formalizados em 2011	9	642.554,64

Fonte: SUDEG/GELIC - referente ao período de 01/01/2011 a 31/12/2011

**Do total de contratos celebrados em 2011, 01 (um) se refere a Acordo de Cooperação sem custo.

***Valor Total não inclui valores dos contratos vigentes com execução não iniciada em 31/12/2011, de nº 082, 083, 088, 096, 097, 098, 099, 100, 101, 102 e 106/2011. Valores Globais dos Contratos de Aluguel estão inclusos considerando o período estimado de 12 (doze) meses.

De acordo com o quadro, pode-se inferir que a SUDEG/GELIC manteve a prioridade na realização de licitações na modalidade de Pregão na forma eletrônica para a aplicação da maior parte dos recursos destinados às novas contratações/aquisições, atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto nº 5.450/2005. Em maio de 2011 foi adotado, para a operacionalização do Pregão, o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, implementado em conformidade com o Portal de Compras do Governo Federal/COMPASNET, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Em consequência, as publicações dos contratos e Termos Aditivos decorrentes dos certames realizadas por meio do SIASG passaram a ser solicitadas diretamente pelo sistema, conferindo maior agilidade e transparência aos procedimentos.

Em 2011 foi observada uma redução de 35,66% do valor total de aquisições/contratações em relação ao ano anterior. Esta queda pode ser atribuída ao contingenciamento de gastos estabelecido pelo Governo Federal visando, entre outros objetivos, ampliar a eficiência na aplicação dos recursos públicos. As principais aquisições/contratações realizadas em 2011 voltaram-se ao atendimento das demandas por Tecnologia da Informação, Capacitação, Infraestrutura Logística para a Sede/Unidades Regionais e Suporte às Atividades Finalísticas da ANTT.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Visando melhorar a qualidade do suporte em informática, foi firmado contrato para a prestação de serviços de processamento de dados para a integração das bases de dados de sistemas da Agência e para a prestação de serviços pelo SERPRO de gerenciamento de conexões da INFOVIA Brasília. Para a modernização e ampliação dos recursos tecnológicos da Agência, foram adquiridos 228 novos microcomputadores do tipo desktop.

RECURSOS HUMANOS E CAPACITAÇÃO

Foram efetuadas contratações em continuidade às ações previstas para a capacitação dos servidores, com destaque para as avenças firmadas com a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP e com a Fundação Getúlio Vargas - FGV visando à realização de cursos presenciais e à distância. Para melhor atender às necessidades dos Recursos Humanos, em 2011 foi contratada empresa para a prestação de serviços de consultoria, com o objetivo de mapear a percepção individual e coletiva em relação à Qualidade de Vida no Trabalho no âmbito da ANTT, detectando as fontes de bem estar e mal estar no trabalho, além de capacitar a equipe gestora, com base no mapeamento realizado, na formulação de princípios e diretrizes para a concepção da política de Qualidade de Vida no Trabalho na Agência.

INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DA SEDE

Visando dotar a Agência de serviços adequados às atividades operacionais, foram priorizadas contratações para atender as novas instalações da Sede da ANTT em Brasília-DF, como os contratos para o fornecimento

de mobiliários para a lanchonete/restaurante e para a prestação de serviços de Limpeza/Conservação, Copeiragem e Vigilância de acordo com as especificações do novo prédio.

INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DAS UNIDADES REGIONAIS

Em relação às Unidades Regionais da ANTT destaca-se a contratação firmada para atendimento, em nível nacional, das demandas de manutenção e lavagem de veículos, que por sistema de cartão, disponibilizará uma rede credenciada para a realização dos serviços com maior qualidade e controle dos gastos. Foi formalizada ainda uma contratação voltada ao rastreamento dos veículos oficiais em todo o território nacional, proporcionando um melhor controle de gestão da frota da Agência.

SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS

Visando oferecer suporte às Superintendências que desenvolvem os processos organizacionais finalísticos da ANTT, salienta-se a contratação de serviços técnicos especializados de apoio relativo à fiscalização da concessão de trechos de ferrovias federais bem como a contratação de apoio ao processamento de multas administrativas.

Todas as contratações formalizadas visaram à obtenção de menores valores de mercado, a agilidade no atendimento às demandas e a redução de custos processuais com observância da legislação vigente.

GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Durante o ano de 2011, deu-se prosseguimento às ações previstas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI foram concluídas 10 e 13 estão em andamento.

Visando a modernização da infraestrutura de rede foram adquiridos servidores para as Regionais, equipamento de Storage, Switch Core para redundância na comunicação de dados, voz e imagem, além da conclusão da expansão da sala cofre.

Para solicitação e manutenção dos sistemas de informática, foi implantado o Sistema de Cadastro de Demandas – SICAD, em que foram abertas 3.742 solicitações até dezembro de 2011.

AÇÕES EXECUTADAS EM 2011 - DESTAQUES

- Contratação de serviços de operação e sustentação de infraestrutura de TI;
- Contratação de serviços de Service Desk;
- Aquisição de um Switch Core para redundância na comunicação de dados, voz e imagem;
- Aquisição de 228 novos computadores do tipo desktop em substituição de computadores cuja garantia estava vencida;
- Aquisição de equipamento Storage;
- Aquisição de equipamentos servidores para atendimento das Regionais;
- Transferência e ampliação da Sala Cofre para o novo prédio;
- Atualização do serviço de Infovia para a nova necessidade da ANTT no prédio novo;
- Início do desenvolvimento do novo sistema de fiscalização, multas, processamento e arrecadação;
- Implantação do sistema de avaliação 360º;
- Desenvolvimento do novo Portal da ANTT;
- Foram abertos 8.815 chamados na Central de Atendimento ao Usuário – CAU.

GESTÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS

A Gerência de Recursos Logísticos, em 2011, desenvolveu suas atividades visando aquisição de bens e serviços para todas as áreas da ANTT, bem como, propiciar a infraestrutura necessária para mudança para nova Sede da Agência.

Dentre outras atividades, foram elaborados projetos de identidade Visual com a nova logomarca da Agência, CFTV para a Sede, URs e Postos, instruiu processos para novas contratações de serviços com o intuito de manter os serviços continuados.

Prosseguiu com as ações previstas no Projeto de Aprestamento Operacional da ANTT, realizando acompanhamento das reformas dos PFAs nos Terminais Rodoviários Novo Rio, Recife, Natal, Fortaleza, João Pessoa, Campina Grande, Chapecó, Cascavel, Foz do Iguaçu e Joinville.

No Setor de Telefonia foi atualizado o acervo tecnológico da Agência com a instalação, programação e configuração da nova central IP, substituição dos aparelhos analógicos por aparelhos IP em cada estação de trabalho.

A telefonia móvel local e longa distância nacional também foi atualizada, com a assinatura de contrato com a empresa CLARO, substituindo os antigos contratos com a Embratel e VIVO.

No Setor de Transporte foram realizadas contratações de serviços de monitoramento via satélite da frota da ANTT, manutenção dos veículos em todo território nacional, e serviço de transporte de servidores para a nova Sede.

No exercício de 2011 foi realizado o processo de desfazimento de 11 (onze) veículos e 1.500 itens de bens patrimoniais.

Relacionamento com a Sociedade



AÇÕES DE COMUNICAÇÃO

As ações de comunicação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) são planejadas com base em levantamento de necessidades nas áreas técnicas e são voltadas para a construção e manutenção da imagem da Agência. A Assessoria de Comunicação Social (Ascom) tem suas atividades focadas em três segmentos: imprensa, relações públicas e atividades institucionais. A atuação desses três setores em 2011 traduziu-se nas seguintes ações:

IMPRENSA

Durante o ano, a Assessoria de Imprensa prestou 1.560 atendimentos à imprensa, dos quais 210 foram direcionados ao Diretor-Geral. Intermediou entrevistas, sendo 150 individuais e 06 coletivas. Essas ações culminaram na veiculação de 1.382 notícias sobre a ANTT. As principais demandas recebidas e/ou produzidas pela Ascom no ano de 2011 foram referentes aos seguintes temas:

- Ações de fiscalização
- Pedágio - tarifas e praças
- Concessões de rodovias – BR-101 ES/BA
- Transporte de Passageiros - ProPass
- Trem de Alta Velocidade
- Diretoria

Atendimento à imprensa em 2011	
Geral	1.560
Direcionados à Diretoria	210
Releases	55
Entrevistas individuais	150
Entrevistas Coletivas	6

O trabalho de divulgação ao longo de 2011 foi feito com produção e distribuição de releases, acompanhamento de entrevistas e atendimento à imprensa. Durante o ano, a Ascom manteve constante interação com as assessorias de imprensa do setor, do governo e com a mídia em geral, trabalhando pró-ativamente na geração de notícias e informações, o que resultou na elaboração de 730 clippings ao longo do ano.

A Assessoria de Imprensa divulgou 55 notícias na página da ANTT na Internet. E na Intranet, produziu/divulgou quatro edições do jornal interno.

Número De Notícias Por Assunto 2011		
Concessões de Rodovias	Pedágio	155
	Novas Concessões	24
Concessões Ferroviárias	Fiscalização	58
	Novas Concessões	85
Transporte de Cargas	Geral	64
Transporte de Passageiros	Licitação de Concessões	56
	Fiscalização	24
	Tarifas	91
	Acidentes de Ônibus	-
Trem de Alta Velocidade - TAV	Geral	580
ANTT	Diretoria	113
	Administrativo	13
	Geral	9
TOTAL		1294

Tipos De Citações - 2011		Número De Citações Publicadas X Abordagem		
		Positiva	Neutra	Negativa
Concessões de Rodovias	Pedágio	-	155	-
	Novas Concessões	-	24	-
Concessões Ferroviárias	Fiscalização	-	58	-
	Novas Concessões	2	83	-
Transporte de Cargas	Geral	-	64	-
Transporte de Passageiros	Licitação de Concessões	-	56	-
	Fiscalização	2	22	1
	Tarifas	5	86	-
	Acidentes de Ônibus	-	-	-
Trem de Alta Velocidade - TAV	Geral	43	537	21
ANTT	Diretoria	-	113	-
	Administrativo	-	13	-
	Geral	-	9	-
TOTAL		52	1220	22

Notícias Provocadas Pela ANTT - 2011		
Concessões de Rodovias	Pedágio	25
	Novas Concessões	42
Concessões Ferroviárias	Fiscalização	16
	Novas Concessões	14
Transporte de Cargas	Geral	12
Transporte de Passageiros	Licitação de Concessões	28
	Fiscalização	6
	Tarifas	50
ANTT	Diretoria	59
	Geral	344
TOTAL		596

RELAÇÕES PÚBLICAS

A Ascom organizou e coordenou em 2011 os eventos da ANTT e participou da organização de outros, em parceria com órgãos do Governo e da iniciativa privada.

Evento	Quantidade
Reunião Bilateral	01 (*)
Audiências Públicas	16 (**)
Reuniões Participativas	09
Congressos/Feiras/Exposições	02 (***)
Eventos Internos (Auditório)	108
Eventos Externos	28

(*) Coordenação Geral e execução da Reunião Bilateral Brasil e Paraguai dos Organismos Competentes de Aplicação do ATIT realizada nos dias 30 e 31 de agosto de 2011, em Foz do Iguaçu - PR.

(**) Audiência Pública nº 120/2011 do Plano de Outorgas ProPass Brasil: foram realizadas sessões públicas nas seguintes cidades - Fortaleza; Porto Alegre; São Paulo; Brasília; Recife; Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

(***) Exposição - stand da ANTT no VI Congresso da ABAR: Brasília, no período de 20 a 23 de setembro de 2011; stand no XXV Congresso da ANPET, Belo Horizonte, no período de 07 a 11 de novembro de 2011.

Cabe, também, à Ascom, o gerenciamento do Auditório, incluindo equipamentos, manutenção e agenda de eventos. Durante o ano, em dias úteis, a taxa de ocupação do auditório foi de 48%.

ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

Neste segmento encontram-se as ações de Comunicação Interna e de Publicidade. Esta última está classificada em:

PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

Tem por objetivo divulgar informações sobre atos, obras e programas dos integrantes do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal (Sicom), suas metas e resultados.

PUBLICIDADE LEGAL

Aquela que se realiza em obediência à prescrição de leis, decretos, portarias, instruções, estatutos, regimentos ou regulamento internos dos integrantes do Sicom. É realizada por meio de contrato com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA

Tem por objetivo informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.

Essas ações são previstas e executadas em conformidade com o Plano Anual de Comunicação (PAC) e informadas à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa nº 1, de 27 de abril de 1993.

PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

A realização das ações abaixo se deu da seguinte forma:

Ações Promocionais Próprias

Utilizadas para divulgar atos, ações, programas, serviços, campanhas, metas e resultados da instituição e voltadas para valorizar e fortalecer a imagem e estimular a participação da sociedade nos assuntos afetos à área de atuação da Agência.

- Relatório Anual 2010
- Relatório Suinf - Rodovias Federais Concedidas

Produção Gráfica

Foram produzidos 73 tipos de produtos voltados para divulgação de eventos internos e ações de utilidade pública.

Ações de Patrocínio

- XXV ANPET – Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes
- VII Congresso Brasileiro de Regulação
- 8º Ciclo do Prêmio ANTP de Qualidade

Ações de Comunicação Interna

- Divulgação de ações de qualidade de vida no trabalho, saúde do servidor, capacitação, ANTT sustentável, planejamento estratégico e associação de servidores da ANTT.

Divulgação de 181 comunicados

Publicidade Legal

Foram divulgadas 52 matérias legais, sendo:

Publicadas em jornais de grande circulação

- 1 Comunicado TAV
- 16 Avisos de Audiência Pública
- 19 Avisos Licitação
- 8 Comunicado Relevante
- 4 Manifestações de Interesse
- 3 Aviso de Publicação de Edital

Veiculadas em Rádio (emissoras regionais e nacionais)

9 Avisos – Aviso de Audiência Pública nº 120/2011

Utilidade Pública

As ações de Utilidade Pública destinam-se a divulgar direitos, produtos e serviços colocados à disposição dos cidadãos com o objetivo de informar, educar, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar o cidadão sobre seus direitos e deveres.

Produção e impressão

Tipo De Publicação	Título	Quantidade
Cartilha	Propass - Custo da Passagem	10.000
Cartilha	Propass - Licitação	10.000
Filipeta	Propass - Reimpressão	1.500
Filipeta	Propass	50.000
Folder	Seminário Operação de Rodovia	150
Folder	Conta Frete	10.000
Folder	Propass	5.000
Folder	Propass - Reimpressão	5.000
Folder	3º Seminário de Direitos e Deveres	130
Folder	Pagamento de Frete Eletrônico	40.000
Folheto	RNTRC reimpressão	5.000
Folheto	RNTRC	5.000
Folder	RNTRC Pagto Frete Eletrônico	70.000
Livreto	Carta de Serviços da ANTT	1.000
Revista	Revistas - Transporte Terrestres de Produtos Perigosos	60
Revista	Revistas El Transporte Terrestres de Mercancias Peligrosas	60

Atividades Administrativas

A ASCOM tem sob sua gerência cinco contratos: publicidade legal, clipping de jornais e revistas, clipping de rádio e TV, agência de notícias, apoio a eventos e serviço gráficos.

Relacionamento com o Público Externo

Por meio da Ouvidoria, foram respondidas, durante o ano 112 manifestações de usuários.

AÇÕES PARLAMENTARES

No exercício de 2011 foram encaminhadas à Agência, 317 demandas, sendo que 111 mereceram aprovação das áreas técnica e jurídica, 129 não foram aprovadas, e 77 ainda estão em fase de análise na Agência. No cumprimento de sua missão regimental, a ASPAR vem se relacionando externamente, com o Ministério dos Transportes, Congresso Nacional, Câmara de Vereadores, Prefeituras e demais órgãos institucionais e internamente com todo o corpo gerencial da Agência e seus servidores no desempenho e eficácia dos seguintes trabalhos:

- Organização de 26 Audiências Internas com parlamentares;
- Acompanhamento de 13 (treze) Audiências Públicas no Congresso Nacional;
- Interação com as Superintendências na análise de 190 (cento e noventa) Pleitos de parlamentares;
- Interação com as Superintendências e Procuradoria-Geral na análise de 51 (cinquenta e um) Projetos de Lei da Câmara dos Deputados;
- Interação com as Superintendências e Procuradoria-Geral na análise de 4 (quatro) Projetos de Lei do Senado Federal;
- Interação com as Superintendências na análise de 3 (três) Medidas Provisórias.
- Interação com as Superintendências na análise de 26 (vinte e seis) Requerimentos de Informação;
- Interação com as Superintendências na análise de 11 Indicações da Câmara dos Deputados e Senado Federal.

Com vistas a uma maior dinamicidade de informação aos servidores da Agência, criamos a "NOTA INFORMATIVA ASPAR", com divulgação semanal e envio por e-mail a todos os servidores, apresentando todos os Projetos de Lei, Requerimentos, Audiências, enfim, toda a movimentação semanal dos fatos ocorridos no Congresso Nacional.

OUVIDORIA

A Ouvidoria tem como principal objetivo ser um canal célere e eficiente de comunicação para os cidadãos visando à melhoria contínua dos processos, programas e políticas da ANTT. Assim, além das competências legais e regimentais, temos o firme propósito de atuar como instrumento de gestão: as informações registradas pela Ouvidoria devem ser relevantes insumos para o processo decisório dos diversos setores da Agência.

Independentemente do canal escolhido pelo cidadão, a manifestação é registrada, analisada e respondida. A Ouvidoria da ANTT disponibiliza à sociedade os seguintes meios de contato:

- Telefone 0800 610 300
A central de atendimento funciona ininterruptamente, de segunda-feira a domingo, 24 horas por dia (inclusive feriados). Nossa central também recebe chamadas originadas de telefones móveis.
- Formulário eletrônico "Fale Conosco"
Ao utilizar o formulário eletrônico, o cidadão tem a possibilidade de enviar suas manifestações por escrito, via internet à Ouvidoria da ANTT.
- E-mail
Os interessados podem enviar manifestações para o e-mail ouvidoria@antt.gov.br.
- Atendimento online
Esse canal de atendimento, também conhecido como chat, está disponível no site da ANTT. O objetivo é proporcionar à sociedade uma ferramenta inovadora e ágil para a comunicação com a Agência em tempo real. A principal vantagem para a ANTT é o atendimento às demandas das pessoas com deficiência auditiva e/ou da fala.

- Atendimento presencial
A Sala de Informações ao Cidadão funciona no Edifício-Sede da ANTT, de segunda a sexta-feira, em horário comercial.
- Correspondência
A Ouvidoria da ANTT recebe manifestações, por meio de cartas endereçadas à sede da ANTT, localizada no Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, lote 10, trecho 03, Projeto Orla Polo 8 - Brasília - DF CEP: 70200-003.

A Ouvidoria da ANTT desempenha um papel de intermediadora de interesses, buscando promover a interligação entre toda sociedade e os setores finalísticos da Agência. Nossos atendentes são treinados para responder diretamente a maioria dos questionamentos e dúvidas que nos chegam e, atualmente, mais de 90% das manifestações são encerradas na Ouvidoria. As solicitações que dependem de análise, resposta ou atuação técnica são encaminhadas aos setores competentes para providências e posterior resposta ao interessado.

Portanto, um de nossos desafios em 2011 foi estimular maior celeridade e eficiência no registro, análise e tratamento das manifestações, em especial aquelas que dependeram de análise ou atuação das áreas técnicas. A otimização de processos internos da Ouvidoria visou contribuir para a desburocratização de procedimentos, incorporação de novos conhecimentos, redução de custos e facilitação do processo decisório dos gestores.

Outro desafio em 2011 foi o aprimoramento contínuo da Ouvidoria como instrumento de gestão, subsidiando o processo decisório dos gestores da ANTT com informações úteis e cada vez mais precisas sobre a percepção e opinião de vários agentes do setor de transportes terrestres (usuários, empresas reguladas, entidades de classe, comunidades, etc).

No ano de 2012, a Ouvidoria visando à facilidade e a celeridade no atendimento ao usuário de Transportes Terrestres, esta trabalhando na substituição do telefone 0800 610 300 pelo tridígito 166.

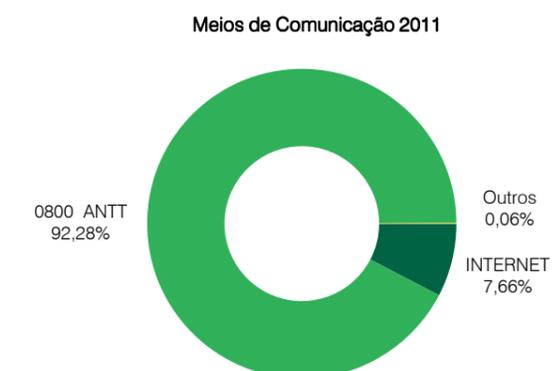
A Ouvidoria continuará trabalhando para implementar o Projeto Fiscalização em Tempo Real: trata-se do plano de integração entre a Ouvidoria e a Superintendência de Fiscalização - SUFIS/ANTT, prevendo a implementação de pronto atendimento ao cidadão, contemplando ações fiscalizatórias em tempo real, à ocasião da ocorrência de denúncias pelo usuário. Para isso foi inserido na Agenda Regulatória o Projeto "Definição de Procedimentos para o Tratamento das Manifestações dos Usuários Recebidas pela Ouvidoria", tendo em vista:

- Sanear as dificuldades encontradas pelas unidades organizacionais em responder as manifestações no prazo regulamentar.
- Quais mecanismos de padronização serão construídos, tornando os procedimentos que atualmente são tácitos em explícitos.

RESULTADOS ESTATÍSTICOS DA OUVIDORIA

No ano de 2011 a Ouvidoria acolheu cerca de 400.000 manifestações, evidenciando um crescimento de, aproximadamente, 24% no volume total de registros em relação ao ano anterior.

Meio de comunicação utilizado pelo cidadão-usuário



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

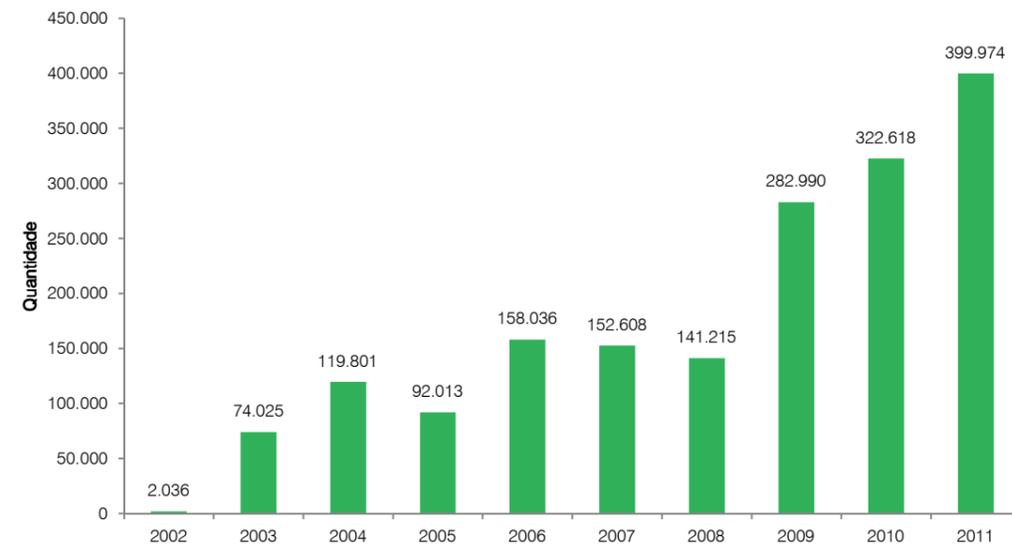
O Centro de Documentação – CEDOC/GAB da ANTT tem a finalidade de planejar e executar a administração do arquivo geral, os arquivos setoriais, a entrada e expedição de documentos, o acervo bibliográfico, bem como propor a padronização de procedimentos de guarda e manutenção dos documentos no âmbito da ANTT.

O CEDOC/GAB registrou, ao longo de 2011, um fluxo documental de aproximadamente 170.000, entre documentos protocolados, correspondências recebidas e enviadas, processos autuados e processos externos cadastrados, além de expedição e recebimento de malotes.

No que se refere a acervo documental sob a guarda do CEDOC/GAB, há cerca de 3.140 metros lineares, divididos em duas Áreas Restritas, sendo uma na Sede desta Agência e outra no nosso Edifício do Setor de Indústrias Gráficas - SIG.

O acervo bibliográfico disponível na Biblioteca da ANTT é de aproximadamente 1.650 unidades entre publicações e periódicos.

Manifestações recebidas pela Ouvidoria



Distribuição das manifestações por tipo

Tipo De Manifestação	Geral					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Pedido De Informação	144.252	140.234	127.098	257.747	237.491	275.082
Outras Solicitações	-	-	-	-	60.771	96.796
Reclamação	11.695	10.781	12.381	22.308	22.642	26.590
Sugestão	1.307	761	1.211	2.248	1.219	1.210
Elogio	782	832	525	687	445	129
Denúncia	-	-	-	-	50	167

Ética e Controle

CORREGEDORIA

A Corregedoria tem como atribuição a fiscalização das atividades funcionais da ANTT, a apreciação das representações que lhe forem encaminhadas relativas à atuação dos servidores e a realização de Correções Ordinárias e Extraordinárias nas unidades internas da Agência. Para exercer suas atribuições a Corregedoria conta com duas formas distintas de ação: a preventiva e a corretiva, valendo-se dentre seus instrumentos de intervenção corretiva, do processo de investigação preliminar, dos processos de sindicância investigativa e punitiva, e do processo administrativo disciplinar.

Os trabalhos de prevenção são realizados nas unidades internas e Unidades Regionais, por meio de correções ordinárias, oportunidade em que é feita avaliação, dentre outros aspectos, dos recursos humanos e materiais disponíveis, forma de trabalho, pendências gerais, além de entrevistas com chefia(s) e servidores, de forma individualizada, tendo como foco principal a orientação quanto à observância das normas internas; postura quando do atendimento ao público; bem como, o comportamento perante concessionárias, permissionárias, autorizatárias e representantes destas.

No ano de 2011 a Corregedoria promoveu, em parceria com a Comissão de Ética da ANTT - CEANTT, palestras para servidores em duas oportunidades, em abril e maio, ambas proferidas na Sede, em Brasília/DF, e tiveram como finalidade apresentar a forma de trabalho da COREG e da CEANTT, contando com a presença de 135 (cento e trinta e cinco) servidores. Quanto aos trabalhos corretivos desenvolvidos em 2011, foram instaurados quatro processos administrativos disciplinares e dezessete investigações preliminares, tendo sido concluídos no mesmo exercício, o total de doze processos administrativos disciplinares, haja vista a existência de procedimentos iniciados no exercício anterior.

Neste mesmo exercício, a COREG atuou em 78 (setenta e oito) manifestações recebidas diretamente pelo e-mail da Corregedoria, seja em razão de mensagens enviadas por servidores, por chefes das áreas internas, Unidades Regionais ou, ainda, de terceiros.

A Corregedoria também atuou em resposta a um total de 171 (cento e setenta e uma) mensagens enviadas à Ouvidoria, pertinentes a reclamações quanto à atuação de servidores da ANTT, enquanto no desempenho de suas atividades, seja em Brasília/DF ou em suas Unidades Regionais. As referidas demandas distribuíram-se, regionalmente, na seguinte forma: Sudeste – 116; Centro-Oeste – 28; Sul – 18; Nordeste – 7; e Norte – 2.

AUDITORIA INTERNA

Em 2011, a ANTT, por meio da Auditoria Interna (AUDIT) programou e realizou 10 (dez) trabalhos de auditoria, abrangendo todos os segmentos de atuação da Agência: fiscalização de cargas rodoviárias nas rodovias

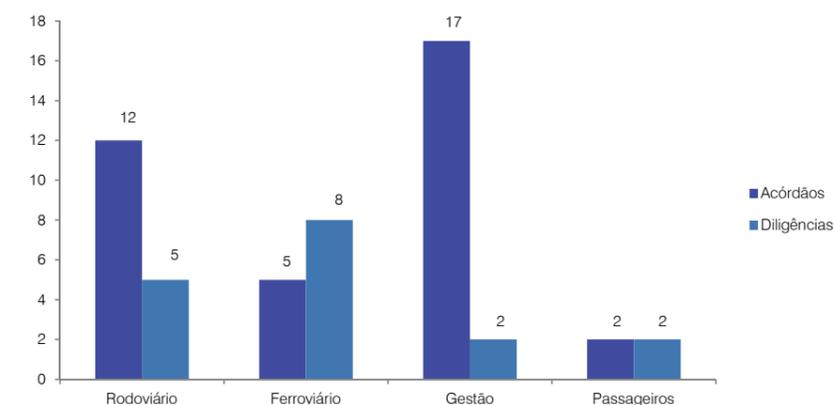
federais concedidas, regulação e fiscalização dos serviços de exploração de cargas ferroviárias, regulação e fiscalização dos serviços de transporte de passageiros e os principais atos da gestão administrativa e financeira, além de exames específicos nas Unidades Regionais do Rio de Janeiro e de São Paulo e Postos de Fiscalização vinculados a essas Unidades Regionais, sendo os respectivos Relatórios elaborados e enviados à Diretoria da ANTT e à Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU e suas recomendações, objeto de acompanhamento e monitoramento pela AUDIT.

Durante o ano de 2011, o TCU comunicou à ANTT 36 Acórdãos adotados por aquele Tribunal em processos relacionados às atividades da Agência bem como encaminhou 17 ofícios de Diligências requerendo informações e/ou documentos, os quais foram atendidos tempestivamente. Também realizou trabalhos de auditoria no segmento de regulação e fiscalização dos serviços de exploração de cargas ferroviárias e no contrato de concessão rodoviária da BR – 101 –trecho Florianópolis/Curitiba, além de inspeções com a finalidade de completar a instrução do processo relativo à Prestação de Contas de 2009.

No atendimento às disposições das Instruções Normativas nº. 27/1998 e 46/2004, a ANTT encaminhou ao Tribunal de Contas da União 38 ofícios com informações e documentos referentes aos atos de permissões e concessões.

No tocante às demandas da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU, as recomendações decorrentes dos trabalhos de auditoria são acompanhadas pela AUDIT até o seu completo atendimento. Foram realizadas pela SFC/CGU auditorias de acompanhamento da gestão da Superintendência de Serviços de Transporte de Cargas (SUCAR), além de auditoria de recursos externos, auditoria do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/2010 e auditoria de avaliação da gestão.

Quantidade de Acórdãos proferidos e Diligências recebidas



RELATÓRIO ANUAL ANTT 2011

Coordenação
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO - SUDEG

Projeto Gráfico, Diagramação, Arte e Finalização
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - ASCOM

Impressão
Supernova Soluções Gráficas e Editora Ltda



SCES :: Lote 10 :: Trecho 03
Projeto Orla Polo 8
CEP: 70200-003 :: Brasília - DF
Ouvidoria: 0800 610300
www.antt.gov.br